

ISSN 1414-6304

Revista /

MÚLTIPLA

NÚMERO 39 – ANO XX – DEZEMBRO 2015

EDITOR

Bernardo Celso R. Gonzalez

CONSELHO EDITORIAL

Nacional

Ana Luiza Setti Reckziegel (UPF)

Alcides Costa Vaz (UnB)

José Flávio Sombra Saraiva (UnB)

Marcos Ferreira da Costa Lima (UFPE)

Internacional

Bruno Ayllón Pino (Universidade Complutense de Madri)

Jens R Hentschke (Newcastle University)

Maria de Moserrat Llairó (Universidade de Buenos Aires)

Raquel de Caria Patrício (Universidade Técnica de Lisboa)

UPiS

Graduação • Pós-Graduação

Diretor-Presidente

Diretor Administrativo

Diretor Financeiro

Diretor de Ensino

Diretor de Pós-Graduação

Diretora de Avaliação

Vicente Nogueira Filho

José Rodolpho Montenegro Assenço

Ruy Montenegro

Benito Nino Bisio

José Ronaldo Montalvão Monte Santo

Andreza Rodrigues Filizzola Bentes

A **Revista Múltipla** é uma publicação semestral das Faculdades Integradas da União Pioneira de Integração Social – UPIS.

SEP/Sul - EQ. 712/912 - Conjunto “A”

CEP 70390-125 - Brasília - DF

As informações e opiniões expressas nos artigos assinados são da inteira responsabilidade dos respectivos autores.

Revista Múltipla – Ano XIX - vol. 29 - nº 39, dezembro de 2015

ISSN 1414-6304

Brasília, DF, Brasil

Publicação semestral

132 p.

1 - Ciências Sociais – Periódico

União Pioneira de Integração Social – UPIS

CDU

301(05)

Internet: <http://www.upis.br>

Revisão dos Originais

Ruy Davi de Góis e

Geraldo Ananias Pinheiro

Capa

Ton Vieira

Diagramação, editoração eletrônica e impressão

Inconfidência Printer

SUMÁRIO

- 5** **Apresentação**
- ENSAIO*
- 11** **Humanização da Assistência ao Parto Natural, Atuação dos Enfermeiros: Uma Revisão Integrativa**
Ruth Davi de Góis
Heliana Helena de Moura Nunes
- ARTIGOS*
- 27** **“Alimento-Mercadoria”: o processo de modernização mundial e as consequências na produção de alimentos e na alimentação humana**
Natália Salaro Grigol
- 47** **Direcionadores de Competitividade da Cadeia Agroindustrial do Trigo no Brasil**
Bárbara Françoise Cardoso
Fabiana Aparecida de Paula
Ayarra Euzebio do Espírito Santo Trigueiros
Daliane Rahmeier
- 73** **Análise da logística do transporte de soja em grãos para o mercado doméstico e internacional**
Flávio Nunes da Silva
Estevan Henrique Coelho
Matheus Sleiman da Costa
Dra. Marta Cristina Marjotta – Maistro
- 97** **A Política Regulatória do Setor Elétrico: Proposta de Revisão das Penalidades**
Suely Martins da Silva
- 109** **Jacques Lacan e o Sujeito Suposto Saber no Diálogo Socrático de Diotima**
Fábio Liborio Rocha
Daniela Scheinkman Chatelard
- RESENHA*
- 125** **Sociedade com Custo Marginal Zero**
Gilmar dos Santos Marques
- 129** **Normas para colaboradores**

SUMMARY

5 Foreword

ESSAY

11 Humanization of Assistance to Natural Birth, Performance of Nurses: An Integrative Review

Ruth Davi de Góis

Heliana Helena de Moura Nunes

ARTICLES

27 “Food-commodity”: the modernization worldwide and its effects on food production and feeding practices

Natália Salaro Grigol

47 Drivers of Competitiveness of the Wheat Supply Chain in Brazil

Bárbara Françoise Cardoso

Fabiana Aparecida de Paula

Ayarra Euzebio do Espírito Santo Trigueiros

Daliane Rahmeier

73 Analysis of soybean logistic transportation to domestic and interna- tional markets

Flávio Nunes da Silva

Estevan Henrique Coelho

Matheus Sleiman da Costa

Dra. Marta Cristina Marjotta – Maestro

97 Regulatory Policy of Electricity Sector: The Proposed Revision of Penalties

Suely Martins da Silva

109 Jacques Lacan and the Supposed Subject of Knowledge in Diotima’s Socratic Dialogue

Fábio Liborio Rocha

Daniela Scheinkman Chatelard

DIGEST

125 Society with Zero Marginal Cost

Gilmar dos Santos Marques

129 Norms for contributors

APRESENTAÇÃO

Prezados Leitores, nesses tempos de violência e de crises política e econômica que atingem nosso Brasil, inicio a apresentação do conteúdo de mais uma edição da Revista Múltipla por um artigo que contém a palavra “humanização”. Vocabulo de cujo significado estamos nos afastando em razão da nossa diuturna luta pela sobrevivência e pela realização de conquistas pessoais, que se resumem, muitas vezes, na busca de bens materiais.

A palavra “humanização”, no artigo mencionado, vem acompanhada daquilo que os crentes não se cansam de agradecer, que é o dom da vida, o qual se materializa no parto. Assim, as autoras se comprometeram a refletir sobre a assistência prestada à mulher no parto natural com ênfase na humanização que envolve a natureza do parto, os profissionais da enfermagem e a mãe que, em seu instinto maternal, sempre quer o melhor para seus filhos.

Os resultados da pesquisa revelaram que o enfermeiro precisa conhecer a situação da parturiente, personagem central, de forma a poder interpretar e compreender o sofrimento da mulher. A compreensão permite selecionar estratégias mais adequadas para resolver problemas que possam ocorrer. Outro fator preocupante identificado está relacionado à falta de participação das parturientes nas decisões sobre o seu parto, o que deixa transparecer que os profissionais da área de saúde desconsideram o protagonismo das mulheres na cena do parto.

Concluída essa etapa e nascida a criança, vem a preocupação com a alimentação que, ao contrário do que ocorria no passado, não é mais um processo simples. Antigamente, a alimentação cumpria a finalidade de proporcionar aos viventes a necessária energia para dar suporte aos afazeres do dia a dia. Atualmente, há um debate acerca do caráter do alimento, e a alimentação contemporânea clama pelo entendimento do processo de modernização que marca a nossa existência. Essa mudança de paradigma se deve a uma revolução no pensamento humano, ao desenvolvimento da ciência moderna e à evolução da tecnologia.

A transição da economia doméstica para a economia de mercado afetou, além dos alimentos, todos os processos produtivos. Os alimentos ganharam a condição de “alimento-mercadoria” ao incorporar a racionalidade de mercado em todos os elos da cadeia produtiva. O uso da terra e a produção que dela emerge seguem o velho ideal capitalista de tecnificação, eficiência dos processos produtivos e, fundamentalmente, a obtenção de lucro.

Os impactos daí advindos afetam as esferas simbólicas, nutricionais e sociais da alimentação, desmantelando sistemas locais de produção, levando a

perder, muitas vezes, as características da cultura da região ou dos componentes das comunidades envolvidas. Nos processos produtivos modernos, muitas culturas já perderam a sazonalidade em seu modo de produção por força do desenvolvimento tecnológico. Enfim, as cadeias produtivas apresentam aumento de complexidade e há também a reificação de alguns alimentos, sobretudo aqueles que, ao serem ingeridos, fazem perder peso, rejuvenescem etc. Essas características nos forçam a levar em consideração os alimentos que compõem a dieta, a segurança e a soberania alimentar.

De certa forma, o artigo que segue, “Direcionadores de competitividade da cadeia agroindustrial do trigo no Brasil”, inter-relaciona-se com o anterior, principalmente pela intervenção humana na busca de processos produtivos mais eficientes. No artigo mencionado, busca-se avaliar a competitividade da cadeia agroindustrial do trigo no Brasil, com apoio na metodologia desenvolvida pelo Sebrae, que permite verificar o quanto cada um dos componentes da cadeia produtiva influencia a competitividade do todo.

No desenvolvimento do trabalho, observou-se a necessidade de uma estrutura organizacional que permita a integração total entre os diferentes elos da cadeia e suas respectivas associações setoriais, ou seja, deve haver maior coordenação entre seus elos. A aplicação da metodologia citada permitiu a identificação dos principais problemas de coordenação existentes na cadeia e, assim, foi elaborada uma lista de ações corretivas que podem melhorar a eficiência do sistema. É interessante observar que, para a cadeia do trigo, o foco das ações necessárias concentra-se em políticas privadas, não dependentes do poder público, ao contrário do que é usual nos setores econômicos, os quais sempre buscam apoio em medidas providas dos governos.

Um grande gargalo para o crescimento econômico no Brasil situa-se no parque de infraestrutura e, no setor do agronegócio, não é diferente. Um dos pontos de estrangulamento é visto no setor de logística que, se expandido ou modernizado e mantido em condições operacionais, poderia baixar custos de produção, aumentando a margem remuneratória do produtor. O artigo “Análise da logística do transporte de soja em grãos para o mercado doméstico e internacional” põe a mão na ferida e procura apontar alguns caminhos.

Buscou-se caracterizar a infraestrutura logística de transporte e armazenagem de soja em grão para o mercado doméstico e de exportação, com base na logística existente e no mercado do complexo agroindustrial da soja. Foram mapeadas as regiões produtoras, com a identificação dos principais estados onde a soja é produzida e, por conseguinte, as rotas de escoamento e os principais portos

responsáveis pela exportação do grão. Os destinos e os modais adequados para o transporte também fizeram parte do estudo. Notou-se que o estado do Mato Grosso é o principal produtor nacional e, como era de se esperar, comprovou-se que o principal modal de transporte da produção até os portos é o rodoviário.

É interessante que se fale que a produção de soja vicejou inicialmente na região Sul, com destaque para os estados do Rio Grande do Sul e Paraná, enquanto a região Centro-Oeste, onde se situa o Mato Grosso, maior produtor, era considerada inapta para a produção de soja. Um dos fatores vitais para o sucesso do plantio de soja na região dos cerrados tem cunho sociológico. Isso porque pequenos produtores gaúchos, cujas propriedades estavam ficando pequenas para absorver a mão de obra familiar, venderam suas propriedades e rumaram para o Centro-Oeste, onde as terras eram baratas e, assim, puderam ser exploradas por pais e filhos. Porém, se não fosse a pesquisa agrícola que atuou fortemente no desenvolvimento de novas variedades que se prestavam ao cultivo nos solos da região e a disseminação da aplicação de calcário para controlar os níveis de acidez, certamente a história seria outra.

Continuando o nosso roteiro dos artigos que compõem a presente edição, pode-se dizer que em uma economia que cresce e se moderniza inserida no sistema capitalista em que há falhas de mercado – ao contrário da teoria da concorrência perfeita, que contaria com uma mão invisível a propiciar a alocação dos recursos escassos de forma eficiente – muitas vezes prevalece o comportamento oportunista, estudado na teoria de contratos. Dessa forma, o Estado deve ter uma atividade regulatória para organizar os mercados, a fim de resguardar o interesse dos consumidores.

É chegada a hora, então, de falarmos da regulação do setor elétrico. Trata-se do artigo “A política regulatória do setor elétrico: a proposta de revisão das penalidades” que nos mostra inicialmente o papel do Estado brasileiro de indutor do desenvolvimento e garantidor, na medida do possível, do bem-estar social.

Inicialmente, diversos setores da economia brasileira – por questões estratégicas do Estado, ou por incapacidade ou temor do setor privado em atuar em determinados setores da economia, ponderadas a necessidade de capital, o risco jurídico e a incerteza quanto à demanda – abriram espaço para o Estado Produtor. Assim, as telecomunicações, o setor de energia, que requer grande volume de capital, a siderurgia e outros setores foram assumidos pelo Estado. No entanto, nas últimas três décadas, principalmente para solucionar o problema fiscal, muitas empresas foram privatizadas, deslocando o papel de produtor para a iniciativa privada e, dessa forma, o Estado assumiu o papel de regulador.

O processo de privatização e outras mudanças na economia – principalmente o equacionamento da dívida externa e o controle orçamentário, com o país apresentando superávits fiscais, no conceito primário e o desenvolvimento tecnológico, sobretudo no campo das comunicações – propiciaram uma modernização no país. Nesse processo evolutivo, as agências reguladoras tiveram papel essencial na construção de regras que garantissem o funcionamento de cada setor objeto de suas atribuições. Dentre as quais, insere-se a penalização para transgressores e, a esse respeito, pergunta-se, qual a dose ideal de penalização ao não cumprimento normativo? Essa resposta poderá definir se a penalização será o remédio ou o veneno das concessionárias de serviço público e, nesse caso, do setor Elétrico Brasileiro.

Mudando radicalmente o rumo dos artigos, lembrando que isso é possível por estarmos lidando com uma revista multidisciplinar, trazemos, como último artigo da sequência, uma reflexão sobre Jacques Lacan e o Sujeito Suposto Saber no diálogo socrático de Diotima.

Contrário à teoria do finalismo de felicidade no amor e no gozo, Lacan se opõe à concepção eudemonista, na qual o estado de felicidade constituído de desejos poderia ser um fim absoluto. Essa noção levou Lacan à reflexão antifilosófica sobre um sujeito paradoxal em seu Êxtimo, dentro e fora dele, porque o Eros grego esteve no seu interior, em seu íntimo. No entanto, pela da concepção dada por um Lacan, estudioso da filósofa Diotima no Banquete platônico, amor e erotismo são entronizados pela amizade, pois assim, para Lacan, o significante fálico é o único sentido do ser, do ter, da fala, dando significado a novos significantes, como os da beleza, necessários à ascendência.

Como os temas anteriores trataram mais de aspectos aplicados, seja na economia, seja na saúde, como no artigo sobre a humanização do parto, esse último serve para deixar os pensamentos fluírem, permitindo, dessa forma, a criação em nossas mentes de um pensamento filosófico e reflexivo a respeito da vida, criando um ambiente de porquês.

E, assim, caro Leitor, passe algumas páginas e se depare com a oportunidade do contato com a realidade exposta nos artigos, sem deixar de ler, também, a resenha do livro “Sociedade com Custo Marginal Zero”, de Jeremy Rifkin, editado pela M. Books.

O Editor

ENSAIO

Ruth Davi de Góis

Especialista em Enfermagem Obstétrica. Mestre em Gestão e Saúde da Amazônia pela Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará.

Heliana Helena de Moura Nunes

Doutora em enfermagem pela Escola de Enfermagem Anna Nery da Universidade Federal do RJ. Enfermeira Assistente do Governo do Estado do Pará. Professora da Universidade do Estado do Pará.

Humanização da Assistência ao Parto Natural, Atuação dos Enfermeiros: Uma Revisão Integrativa

Humanization of Assistance to Natural Birth, Performance of Nurses: An Integrative Review

Resumo

A humanização do parto vem se tornando legítima como prática científica e de direitos humanos. É um termo bastante discutido porque permeia por valores e práticas que envolvem as relações entre seres humanos. A assistência ao parto humanizado deve ter como foco as necessidades da mulher, não somente os procedimentos e as normas técnicas. O objetivo desse trabalho é analisar e refletir sobre a assistência prestada à mulher no parto natural pelos profissionais da enfermagem com ênfase na humanização. Para isso, foi realizada uma revisão integrativa de literatura. A amostra foi obtida por meio de bases de dados eletrônicas como Lilacs e SciELO, analisando os títulos e o texto completo, totalizando uma amostra de 18 artigos da área de saúde. Após a leitura dos resumos, foram selecionados 14 artigos, no período compreendido entre 2005 e 2015. Os resultados dessa pesquisa revelaram que o enfermeiro precisa conhecer, interpretar e compreender a situação da parturiente com a finalidade de selecionar estratégias mais adequadas que contribuam para um melhor desfecho do nascimento. Outro fator preocupante que foi identificado neste estudo está relacionado à falta de participação das parturientes nas decisões sobre o seu parto. Parece que os trabalhadores de saúde desconsideram o protagonismo das mulheres na cena do parto.

Palavras-chave: Parto humanizado; Humanização da assistência; Parto natural.

Abstract

The humanization of birth is becoming as legitimate scientific practice and human rights. It is a very controversial term because permeates values and practices involving the relationships between human beings. Assistance to humanized delivery should focus on the needs of women, not only in procedures and technical standards. The

aim of this study is to analyze and reflect on the care provided to women in natural childbirth by nursing professionals with an emphasis on humanizing. For this, an integrative literature review was performed. The sample was obtained through electronic databases such as Lilacs and SciELO, from the analysis of the securities, and full text, resulting in a sample of 18 items of health. After reading the abstracts, 14 articles were selected for the period between 2005 and 2015. The results of this survey revealed that nurses need to know, interpret and understand the situation of the mother, in order to select the most appropriate strategies that contributed to a better birth outcome. Another worrying factor that was identified in this study is related to the lack of participation of women in labor in decisions about your delivery. It seems that health workers disregard the role of women in childbirth scene.

Keywords: Humanized birth; Humanization of assistance; Natural childbirth.

1. Introdução

O parto é o conjunto de fenômenos mecânicos ou fisiológicos que culminam na saída do feto e de seus anexos do organismo materno. Nesse contexto, no que se refere à assistência à mulher em um momento tão importante, o parto, entende-se que essa assistência deve ser humanizada, designando, assim, uma forma de cuidar mais atenta, com vistas a melhorias no atendimento (DIAS, 2006).

Para enfrentar esses desafios, foi instituído, pelo MS, em 2000, o Programa de Humanização do Pré-Natal e Nascimento (PHPN), cujo objetivo primordial é assegurar a melhoria do acesso, da cobertura e da qualidade do acompanhamento pré-natal, da assistência ao parto e ao puerpério às gestantes e ao recém-nascido, na perspectiva dos direitos da cidadania (DIAS, 2006).

Assegura-se, pela legislação do exercício profissional, regulamentada pela lei nº 7.498/86 e pelo Decreto-Lei 94.406/87, o direito de a enfermeira obstetra realizar: assistência à parturiente e ao parto normal, identificação das distócias obstétricas e tomada de providências até a chegada do médico, episiotomia, episiorrafia e aplicação de anestesia local, quando necessária (FIALHO, 2008).

A humanização e a qualificação da assistência entendem que a finalização de uma relação entre formação e prática são condições primordiais para que as ações de saúde do enfermeiro obstetra se transcrevam na resolução dos problemas identificados dentro de um marco ético que garanta saúde integral e bem-estar dentro das questões pertencentes à saúde da mulher.

A equipe de enfermagem deve ser parte integrante da equipe de saúde na assistência integral prestada, usando o seu conhecimento técnico-científico em conjunto

com seus preceitos éticos de compromisso com a profissão e com a vida humana, proporcionando assistência digna e com qualidade (MOURA, 2007, p. 452-455).

Nesse contexto, destaca-se o enfermeiro como profissional indispensável ao acompanhamento da parturiente, quando é admitida na sala de parto. Ele divide com ela as angústias quanto ao medo do parto difundido em nossa cultura ao longo dos séculos e proporciona amparo e conforto no decorrer do processo parturitivo, estimulando-a a assumir o protagonismo desse momento.

O enfermeiro possui, portanto, posição privilegiada para auxiliar a mulher nessa passagem, pois é capaz de utilizar estratégias transformadoras do ambiente em que atua, traduzindo a ciência que aprendeu em moldes humanistas, levando em conta os direitos da mulher à maternidade segura e prazerosa. Em nossa prática assistencial, temos buscado redirecionar o parto normal como evento fisiológico, natural e que possui grandes importâncias para a mulher e sua família.

É nosso dever como profissionais de saúde comprometidos com a qualidade do nascimento, empoderar as mulheres para que elas possam, com dignidade, segurança e autonomia, vivenciar de forma plena a gestação, o parto e o puerpério (MOURA, 2007).

Ao pesquisarmos sobre a humanização do parto, notamos que essa temática é bastante abordada na literatura, porém a atuação e contribuição da equipe de enfermagem nesse processo ainda são pouco descritas. Esse fato motivou uma revisão de literatura com o objetivo de buscar maior importância social e autonomia para a enfermagem obstétrica, bem como para a atuação dos enfermeiros quanto à humanização do parto. A importância, portanto, dessa pesquisa consiste em reconhecer a assistência prestada pela categoria profissional dos enfermeiros, no contexto de humanização do parto.

2. Material e Métodos

Para o presente estudo, foi realizada uma pesquisa bibliográfica integrativa, com abordagem qualitativa, do tipo meta-estudo qualitativo. Ela tem como característica o rigor metodológico, no qual todas as etapas da pesquisa são minuciosamente descritas.

Elaborou-se a pesquisa, seguindo as seguintes etapas: a) identificação do tema e questão de pesquisa; b) estabelecimento de critérios para inclusão e exclusão dos estudos; c) definição das informações a serem extraídas dos estudos; d) avaliação dos estudos incluídos na revisão; e) interpretação dos resultados; f) apresentação da revisão/síntese do conhecimento.

Foi desenvolvida a análise de conteúdo temática em três etapas: pré-análise, exploração do material e interpretação dos resultados.

Os critérios de inclusão para a escolha da amostra foram: artigos de pesquisa qualitativa com a temática humanização da assistência ao parto natural, que abordassem a atuação dos enfermeiros, publicados no idioma português, com delimitação temporal de 2005 a 2015, disponíveis *on-line*, na íntegra e gratuitamente e que tenham sido publicados em periódicos.

Os critérios de exclusão foram: artigos que não atendiam aos critérios do tema proposto, fuga ao tema, artigos publicados antes do ano de 2005 e em língua estrangeira.

Os descritores foram utilizados em português, com disponibilidade do texto completo em suporte eletrônico, classificados nos estratos A₁, A₂ e B₁ da WebQualis, segundo orientação do Portal Capes.

A seleção dos artigos foi desenvolvida com base na análise dos títulos e texto completo, totalizando uma amostra de 18 artigos da área de saúde. Após a leitura dos resumos, foram selecionados 14 artigos.

A revisão integrativa consiste num método de pesquisa que permite estabelecer uma síntese e conclusões gerais a respeito de uma área de estudo em particular, realizada de maneira sistemática e ordenada, com o objetivo de contribuir para o conhecimento investigado (VELHO *et al.*, 2012).

3. Referencial Teórico

3.1 A Assistência ao Parto Natural

A realidade ancestral do parto isolado, das mulheres dando à luz de forma solitária, foi modificada, pela necessidade de ajuda, para um acontecimento ocorrido de forma compartilhada e solidária. Sendo inicialmente domiciliar e depois institucional, trazendo o intervencionismo nessa atividade e transformando o parto em ato médico (GARCIA, 2010).

Em 1985, a Organização Mundial de Saúde (OMS) publicou o documento Tecnologia Apropriada para Partos e Nascimento (MOUTA, 2009). Esse documento enfatiza os direitos da população em relação à assistência pré-natal e à informação sobre as várias tecnologias utilizadas no parto; descreve o papel das instituições de saúde em relação ao parto e ao nascimento; faz críticas ao uso desnecessário de tecnologias no parto e questiona a cientificidade das tecnologias invasivas utilizadas como rotina no modelo biomédico (SEIBERT, 2010).

Acredita-se que a utilização de tecnologias de cuidado aproxima “o parto a um fenômeno normal, prazeroso e interativo entre mãe e filho” (SEIBERT, 2010).

À medida que a enfermeira obstétrica amplia sua visão em relação às práticas relacionadas ao ambiente no qual ocorre o parto natural, esse gera um ganho no modo de cuidar do corpo da mulher (RABELO, 2010).

Atualmente, com a ideia de tornar o parto o mais natural possível, respeitando todos os seus estágios, a enfermagem obstétrica retoma de forma gradual seu espaço, seja pela qualidade da assistência prestada, seja pela contribuição acadêmica (PÉREZ, 2015).

A formação do profissional enfermeiro obstetra, mais voltado para o cuidar, tem sido considerada aquela que possibilita ao profissional uma abordagem diferenciada na condução do trabalho de parto natural (DIAS, 2005).

3.2 Humanização da Assistência ao Parto Natural

No final do século XX, os profissionais de saúde despertaram para a importância da qualidade da assistência oferecida à saúde da mulher durante o trabalho de parto, já que ele era tido com um processo fisiológico natural, considerando a mulher e a criança saudáveis (FIALHO, 2008).

Na década de 70, surgem profissionais inspirados por práticas tradicionais de parteiras e índios, como Galba Araújo, no Ceará. Em 1993, é fundada a Rede pela Humanização do Parto e do Nascimento (Rehuna) que, por meio da carta de Campinas, denunciou as circunstâncias de violência e constrangimento em que se dá a assistência e as condições sub-humanas a que são submetidas mulheres e crianças durante o parto (MOURA, 2007).

No parto humanizado, a mulher pode reencontrar sua autonomia, requerendo, portanto, uma nova postura dos profissionais que a assistem (SEIBERT, 2010). O conceito de humanização do parto é bastante diversificado, há movimentos defendendo como um processo que respeita a individualidade das mulheres, colocando-as como protagonista e buscando adequação da assistência à cultura, às crenças, aos valores e às diversidades de opiniões dessas pessoas (OBSTETRAS, 2005).

O Programa de Humanização no Pré-Natal e Nascimento fundamenta-se nos preceitos de que a humanização da Assistência Obstétrica e Neonatal é condição primeira para o adequado acompanhamento do parto e do puerpério (GONÇALVES *et al.*, 2012).

A medicalização do parto nos fornece uma visão patológica, em que são usadas técnicas com uso abusivo da tecnologia e a cesariana aplicada sem

justificativa obstétrica (VELHO, 2012), fato que tem causado aumento de índices de morbimortalidade materna e neonatal, o que é caracterizado pela dificuldade de acesso aos serviços de saúde de qualidade e de ações educativas (MOURA, 2007).

O contato entre a paciente, o enfermeiro e o médico é para que esses utilizem seus conhecimentos e meios necessários e disponíveis para obter o melhor resultado e não que o resultado esperado seja obrigatoriamente atingido (DIAS, 2006). Muitas técnicas consideradas pelo Ministério da Saúde como prejudiciais ao parto continuam sendo utilizadas rotineiramente nos hospitais, caracterizando uma assistência desvinculada das evidências científicas (RA-BELO, 2010).

3.3 Percepções do Profissional de Enfermagem sobre o Parto Natural

Nos estudos com mulheres que tiveram parto normal e cesáreo, a vivência do protagonismo e maior satisfação com a cena do parto foi expressa como preferência pelo parto normal (GAMA, 2009). Baseado nisso, o cenário do parto/nascimento ficou marcado por algumas mudanças significativas, que aconteceram com o intuito de evitar o crescimento da morte materno/fetal e que desencadearam outras gravidades, como a violência institucional, ou seja, aquela exercida pelos serviços públicos, por ação ou omissão, podendo incluir a falta de acesso ao serviço público ou a sua má qualidade (GONÇALVES *et al.*, 2012).

De acordo com relatos, os partos não naturais são laboriosos e mais demorados do que o parto natural. Também são complicados e com muitas intervenções traumáticas e desnecessárias. Inclusive, em algumas pesquisas, as gestantes relatam que a criança é “empurrada e puxada” (SENA, 2012).

Ao analisar os depoimentos dos sujeitos entrevistados, Gonçalves *et al.* (2012) evidenciaram que o emprego de algumas práticas consideradas prejudiciais no trabalho de parto estão diretamente relacionadas ao trabalhador de plantão. Em sua pesquisa realizada com enfermeiros de instituições da Zona Leste do município de São Paulo, Gonçalves (2012) identificou a utilização rotineira de ocitócitos, episiotomia e posição de litotomia, consideradas práticas prejudiciais ao parto, conforme o Ministério da Saúde. Por meio dos depoimentos dos enfermeiros, Gonçalves (2012) pôde evidenciar que alguns já perceberam os malefícios que tais práticas trazem. Porém esses parecem não estar estimulados para promover mudança nas rotinas institucionais, bem como não estão empoderados frente à estruturação do sistema hospitalar.

4. Resultado e Discussão

Os dados analisados revelaram a produção de um conhecimento científico que, em seus resultados, apresentam aspectos positivos, negativos e gerais a respeito dos eventos, recomendações para a prática e sugestão de novas pesquisas. Essa pesquisa foi constituída por artigos publicados no Brasil. A amostra foi composta por 14 artigos científicos. Em seguida, foram consultadas as fontes de pesquisa, das quais foram selecionados relatos que cumpriram os critérios de inclusão.

Em relação ao significado de parto humanizado, observa-se que a expressiva maioria dos enfermeiros entende ser uma mudança de paradigma, na qual o processo de gestação, parto e pós-parto, deve respeitar a mulher e a família, não só no aspecto biológico, mas também no aspecto psicológico, social e cultural (OBSTETRAS, 2005).

Quadro 1 - Artigos que compuseram o corpo de análise da categoria: humanização da assistência ao parto natural, atuação dos enfermeiros: uma revisão integrativa Brasil, 2005-2015

Autor	Título	Ano	Principais Resultados
DIAS	Humanização da assistência ao parto: conceitos, lógicas e práticas no cotidiano de uma maternidade pública.	2006	O autor aponta que a atenção ao parto e ao nascimento na maternidade segue o modelo médico tecnocrático, que ainda utiliza rotinas de assistência que estão contraindicadas pelas pesquisas tendo como consequência a negação de vários direitos das mulheres.
FIALHO	O papel do enfermeiro no parto humanizado.	2008	A proposta do parto humanizado sofre influência direta do modelo organizacional, mas a sua efetiva implantação estará sempre atrelada à insubstituível relação entre a mulher e o profissional de saúde, uma relação entre dois seres humanos e, portanto, sujeita aos inevitáveis aspectos de suas subjetividades.
MOURA	A humanização e a Assistência de enfermagem ao parto normal.	2007	A análise apontou que o paradigma atual é centralizado na intervenção do parto, apesar do movimento da humanização defender o parto natural e fisiológico realizado por enfermeiras. O autor concluiu que a assistência de qualidade e humanizada ao parto por meio do profissional de enfermagem privilegia o respeito, a dignidade e a autonomia das mulheres.
OBSTETRAS	Parto humanizado na percepção das enfermeiras obstétricas envolvidas com a assistência ao parto.	2005	Por meio de entrevistas semiestruturadas, microgravadas, transcritas e organizadas para tabulação e análise, o autor mostrou que as enfermeiras relataram que o processo de humanização ocorre como uma estratégia política que objetiva a melhoria da assistência e o resgate do parto mais natural possível e que acreditam na necessidade de mudança de paradigma para que o processo se concretize. Os resultados evidenciaram, ainda, que as enfermeiras se apresentam mais integradas ao parto como um processo e não como um evento.

Autor	Título	Ano	Principais Resultados
VELHO	Vivência do parto normal ou cesáreo: revisão integrativa sobre a percepção de mulheres.	2012	O estudo apresenta percepções positivas e negativas das mulheres sobre os dois tipos de parto, tais como o protagonismo da mulher e a melhor recuperação no parto normal, a ausência de dor na cesárea, a insatisfação com a Assistência recebida; assim como recomendações para a prática obstétrica e sugestão de novas pesquisas. Os resultados apontam aspectos assistenciais que podem contribuir para a satisfação das mulheres e a necessidade de outras investigações para compreender melhor a multidimensionalidade do processo de parto, seja normal ou cesáreo.
GAMA	Representações e experiências das mulheres sobre a assistência ao parto vaginal e cesáreo em maternidades pública e privada.	2009	Os resultados revelam que o modelo de organização dos serviços público e privado apresentam variações que produzem diferentes tipos de assistência e de relação entre os profissionais de saúde e as usuárias.
GARCIA	O parto assistido por enfermeira obstetra: perspectivas e controvérsias.	2010	A análise do material pesquisado mostra que a assistência ao parto, inicialmente domiciliar e depois institucional, trouxe o intervencionismo nessa atividade; que o aspecto social e humano do nascimento foi minimizado e o parto transformado em ato médico. Encontrou-se forte ligação entre enfoque de humanização do parto e sua assistência por enfermeiro. O autor concluiu que, mesmo com respaldo legal e ético, a assistência ao parto por enfermeira obstetra é motivo de conflitos entre a equipe de saúde, particularmente no referente aos limites de atuação do enfermeiro e do médico. Tais conflitos devem ser identificados e discutidos nas instituições e essas devem investir no trabalho em equipe e dispor de protocolos claros, definindo atribuições e responsabilidades.
MOUTA	Estratégias de luta das enfermeiras da Maternidade Leila Diniz para implantação de um modelo humanizado de assistência ao parto.	2009	Esse estudo visou a identificar as estratégias de luta simbólica das enfermeiras da Maternidade Leila Diniz para a implantação de um modelo humanizado de assistência ao parto e analisar os efeitos da luta. As estratégias encontradas foram: a busca pela titulação, a implementação do Projeto de Assistência ao Parto e Nascimento por Enfermeiros Obstetras, a divulgação do capital institucionalizado no contexto científico e a participação das enfermeiras no grupo de gestantes. Concluímos que as estratégias de luta desenvolvidas por esses agentes contribuíram para que as enfermeiras obstétricas conquistassem na maternidade posição hierárquica para o desenvolvimento de práticas obstétricas do modelo humanizado.
SEIBERT	Tecnologias não invasivas de cuidado de enfermagem obstétrica no suporte físico à parturiente: critérios e efeitos esperados.	2010	Os resultados demonstraram que alguns aspectos relacionados às práticas e aos cuidados fornecidos pelas enfermeiras às parturientes ainda encontram-se pouco compreendidos pelas profissionais da área e que as enfermeiras preferem utilizar práticas/cuidados não invasivos pautados em critérios e efeitos esperados que possuam bases científicas que os comprove.
RABELO	Percepções de enfermeiras obstétricas sobre sua competência na atenção ao parto normal hospitalar.	2010	A análise concluiu que é do profissional de enfermagem a competência para atender o parto natural. Embora tenha enfatizado sua dimensão técnica, essa ênfase é justificada pela insegurança resultante da falta de espaço para realizarem esse tipo de atendimento.

Autor	Título	Ano	Principais Resultados
SENA	Avanços e retrocessos da enfermagem obstétrica no Brasil.	2012	Após a análise do percurso da enfermagem no campo da obstetrícia, observa-se um avanço considerável nessa área de atuação do enfermeiro no Brasil, sendo confirmado principalmente pela criação da lei do exercício profissional e pelos programas nacionais que incentivam a inserção de enfermeiros obstetras em várias áreas da saúde.
PÉREZ	Percepções de puérperas vítimas de violência institucional durante o trabalho de parto e parto: revisão integrativa.	2015	Constatou-se que a violência institucional está relacionada ao gênero, à atitude dos profissionais na tentativa ou consolidação de dominação do corpo e da mente feminina, de forma persuasiva e invasiva.
GONÇALVES	Como os trabalhadores de um Centro Obstétrico justificam a utilização de práticas prejudiciais ao parto normal.	2012	Por meio de entrevista com 23 trabalhadores, o autor identificou três núcleos temáticos: ações e condutas na dependência do trabalhador de saúde; práticas rotineiras como facilitadoras do trabalho e restrição da participação da parturiente no processo decisório. Algumas justificativas para o emprego das práticas: perpetuação de modelos inadequados, facilitação para a assistência no momento do parto e autoritarismo que alguns trabalhadores exercem sobre a parturiente por acreditarem serem detentores do conhecimento.
DIAS	Desafios na implantação de uma política de humanização da assistência hospitalar ao parto.	2005	O autor concluiu que a proposta de humanização da assistência ao parto sofre influência direta do modelo organizacional, dos desenhos da missão institucional, do envolvimento e aderência dos gerentes à proposta da capacitação e sensibilidade dos profissionais, mas a sua efetiva implantação estará sempre atrelada à insubstituível relação entre a mulher e o profissional de enfermagem.

No corpo da categoria estudada, o termo humanização do parto se refere a uma multiplicidade de interpretações e a um conjunto amplo de propostas de mudança nas práticas.

A atenção ao parto normal segue nitidamente duas concepções: a caracterizada pelo modelo intervencionista que está de acordo com a visão cartesiana, com enfoque no risco e que é mais praticada pelos médicos, e outra mais adequada com mínima intervenção, postulada pelas enfermeiras, que atuam de forma mais humana (VELHO et al., 2012).

A presente revisão integrativa explanou também acerca da percepção de mulheres que vivenciaram o parto normal ou cesáreo e, de acordo com os autores estudados, é possível reafirmar a importância do tipo de parto dessas mulheres, marcando profundamente suas histórias.

Entre os aspectos positivos encontrados a respeito do parto normal, a produção do conhecimento científico aqui avaliado evidencia a vivência do protagonismo pela mulher.

As enfermeiras obstétricas e as obstetizas possuem um papel relevante na assistência ao parto e precisam desenvolver ações como: fornecer informações sobre

a evolução do trabalho de parto de modo a expandir sua autonomia e centralidade no ato do nascimento.

No passado, Sena (2012) afirma que o partejar era realizado por curandeiras, parteiras ou comadres, que conheciam o processo do parto e puerpério de acordo com suas experiências próprias, tratando-o humanitariamente.

É importante que as gestantes participem das decisões sobre a utilização de intervenções. As enfermeiras obstétricas e as obstetrizes devem valorizar as experiências positivas e promover o enfrentamento da dor pelas mulheres, orientando-as sobre a dor no trabalho de parto e sua condução, especialmente com métodos não farmacológicos, como a respiração e os exercícios de relaxamento (RABELO e OLIVEIRA, 2010).

A sistematização da assistência de enfermagem com base na humanização e na integralidade do cuidado garante que as ações da equipe tenham visibilidade e especificidade. Os objetivos desta revisão foram descrever a importância da humanização do parto e do enfermeiro nesse contexto, assim como suas funções e deveres. Sob essa perspectiva do cuidado da parturiente, os autores pesquisados para este trabalho explanam sobre o modelo de atuação das categorias profissionais envolvidas (médicos, obstetras e enfermeiros), os possíveis resultados positivos decorrentes dessa nova assistência e o consequente choque de métodos e de cuidados.

A pesquisa desenvolvida confirma os resultados de outras análises que apontam para a preferência feminina pelo parto normal como vivência de protagonismo e de maior satisfação na cena do parto. No Brasil, o movimento pela humanização do parto é impulsionado por experiências em vários Estados.

Nas pesquisas realizadas, as enfermeiras entrevistadas relataram que o processo de humanização se deu como estratégia política que objetiva a melhoria da assistência e o resgate do parto mais natural possível e que acreditam na necessidade de mudança de paradigma para que o processo se concretize.

Tendo em vista que a enfermagem vem se preocupando e se empenhando cada vez mais na melhoria da atenção e, em especial, na humanização da assistência ao parto normal, com este estudo foi possível ampliar os conhecimentos sobre a temática, contribuindo com sua melhoria e humanização.

5. Considerações Finais

O enfermeiro obstetra exerce seu papel fundamentado no ato de cuidar e proporcionar conforto e segurança para a parturiente. Mesmo com respaldo legal e ético, a assistência ao parto por enfermeiros obstetras é motivo de conflitos

entre a equipe de saúde, particularmente no referente aos limites de atuação e de responsabilidades do enfermeiro e do médico.

O enfermeiro obstétrico ainda precisa embasar-se na educação em saúde para que a parturiente se sinta mais acolhida e segura durante o parto. É preciso refletir sobre as atitudes a serem tomadas e sobre a melhor forma de inserir as práticas humanizadas.

O momento do parto é único na vida da mulher e de seus familiares. Assim, a humanização deve ser um fator intrinsecamente presente. Assistir ao binômio mãe-filho de forma humanizada é garantir um direito humano, de repúdio à discriminação e à violência institucional contra as mulheres.

Referências

- BRASIL, Ministério da Saúde. Portaria nº 569, 570, 571, 572/GM. *Estabelece o Programa de Humanização do Pré-Natal e do Nascimento*. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1º jun. 2000b.
- COREN-SP. Parto natural e parto normal: quais as diferenças? *Revista Enfermagem*. Ano 10. nº 81, julho/2009. São Paulo - SP. Disponível em: <http://www.corensp.org.br/sites/default/files/revista_enfermagem_julho_2200_0.pdf>. Acesso em: 21 out. 2015.
- DIAS, Marcos Augusto Bastos. *Humanização da assistência ao parto: conceitos, lógicas e práticas no cotidiano de uma maternidade pública*. 2006. Tese (Doutorado) – Instituto Fernandes Figueira/ FIOCRUZ. Rio de Janeiro: 2006.
- DIAS, Marcos Augusto Bastos; DOMINGUES, R. M. S. M. Desafios na implantação de uma política de humanização da assistência hospitalar ao parto. *Ciência saúde coletiva*, v. 10, n. 3, p. 669-705, jul./set. 2005.
- FERREIRA, Adriana Gomes Nogueira et al. *Humanização do parto e nascimento: acolher a parturiente na perspectiva dialógica de Paulo Freire*. Universidade Federal de Pernambuco, on-line. Maio 2013.
- FERREIRA, Kelly Mendes; MACHADO, Larissa Vanessa; DO AMPARO, Mesquita Maria. Humanização do parto normal: uma revisão de literatura. *Saúde em Foco*, v. 1, n. 2, p. 134-148, 2014.
- FREITAS, Daniella Enoque Vasconcelos. *O SUS e a humanização do parto*. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Estadual da Paraíba, 2012.
- FIALHO, T. C. *O Papel do Enfermeiro no Parto Humanizado*. Monografia para conclusão do curso de graduação Lato Sensu em Saúde Pública. EVATA – Educação Avançada Ltda. Viçosa-MG, 2008.

- GAMAA, S., et al. Representações e experiências das mulheres sobre a assistência ao parto vaginal e cesárea em maternidades pública e privada. *Cad Saúde Pública*. Rio de Janeiro, 25(11): 2480-2488, nov., 2009.
- GARCIA, Selma Aparecida Lagrosa; LIPPI, Umberto Gazi; GARCIA, Sidney Antonio Lagrosa. O parto assistido por enfermeira obstetra: perspectivas e controvérsias. *Rev. bras. promoç. saúde (Impr.)*, v. 23, n. 4, 2010.
- GONÇALVES, Goulart; RODRIGUES, Eloisa da Fonseca; AZAMBUJA, Eliana Pinho de. Como os trabalhadores de um Centro Obstétrico justificam a utilização de práticas prejudiciais ao parto normal. *RevEscEnferm USP*, v. 46, n. 1, p. 30-7, 2012.
- MEDEIROS, Ana Lúcia; SANTOS, Sérgio Ribeiro; CABRAL, Rômulo Wanderley Lima. *Sistematização da assistência de enfermagem na perspectiva dos enfermeiros: uma abordagem metodológica na teoria fundamentada*. João Pessoa: [Sn], 2012.
- MOURA, Fernanda Maria de Jesus S. Pires et al. A humanização e a assistência de enfermagem ao parto normal. *Rev. bras. enferm.* 2007, vol. 60, n.4, pp. 452-455. ISSN 1984-0446.
- MOUTA, Ricardo José Oliveira; PROGIANTI, Jane Márcia. Estratégias de luta das enfermeiras da Maternidade Leila Diniz para implantação de um modelo humanizado de assistência ao parto. *Texto & Contexto Enfermagem*, v. 18, n. 4, p. 731, 2009.
- NASCIMENTO, Simone. *O Papel do Enfermeiro no Parto Humanizado*. 2012. Disponível em: <<http://www.nahoradoparto.com/2012/03/o-papel-do-enfermeiro-no-parto.html>>. Acesso em: 22 out. 2015.
- OBSTETRAS, H. D. P. S. E. (2005). Parto humanizado na percepção das enfermeiras obstétricas envolvidas com a assistência ao parto. *Rev Latino-am Enfermagem*, 13(6), 960-7.
- PÉREZ, Bárbara Angélica Gómez; OLIVEIRA, Edilaine Varjão; LAGO, Mariana Santos. Percepções de puerperas vítimas de violência institucional durante o trabalho de parto e parto: revisão integrativa. *Revista Enfermagem Contemporânea*, v. 4, n. 1, 2015.
- RABELO, Leila Regina; OLIVEIRA, Dora Lúcia. Percepções de enfermeiras obstétricas sobre sua competência na atenção ao parto normal hospitalar. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, v. 44, n. 1, p. 213-20, 2010.
- SANTOS, Rafaela Ayanne Alves dos; DE MELO, Mônica Cecília Pimentel; CRUZ, Daniel Dias. Trajetória de humanização do parto no Brasil a partir de uma

- revisão integrativa de literatura. *Cadernos de Cultura e Ciência*, v. 13, n. 2, p. 76-89, 2015.
- SEIBERT, Sabrina Lins. *Tecnologias não-invasivas de cuidado de enfermagem obstétrica no suporte físico à parturiente: critérios e efeitos esperados*. 2010. Tese de Doutorado. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Enfermagem.
- SENA, Chalana Duarte de et al. Avanços e retrocessos da enfermagem obstétrica no Brasil. *Revista de Enfermagem da UFSM*, v. 2, n. 3, p. 523-529, 2012.
- VELHO, Manuela Beatriz; SANTOS, Evanguelia Kotzias Atherino dos; BRUGGEMANN, Odaléa Maria; CAMARGO, Brígido Vizeu. Vivência do parto normal ou cesáreo: revisão integrativa sobre a percepção de mulheres. *Texto & Contexto Enfermagem*. Abr. - Jun. 2012, Vol. 21, n. 2, p. 458-466. ISSN 0104-0707.
- WEI, C. Y. *Ações humanizadoras na assistência ao parto: experiência e percepção de um grupo de mulheres em um hospital escola*. 2007. 190 f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Escola de Enfermagem. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

ARTIGOS

Natália Salaro Grigol

Bacharel em Ciências dos Alimentos (Universidade de São Paulo – USP/ Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”). Mestranda do Programa Interunidades de Pós-Graduação em Ecologia Aplicada – USP/ESALQ/CENA.

“Alimento-Mercadoria”: o processo de modernização mundial e as consequências na produção de alimentos e na alimentação humana

“Food-commodity”: the modernization worldwide and its effects on food production and feeding practices

Resumo

O debate acerca do caráter do alimento e da alimentação contemporânea clama pelo entendimento do processo de modernização mundial. Esse foi marcado por uma revolução no pensamento humano, pelo desenvolvimento da ciência moderna e da tecnologia. A transição da economia doméstica para a economia de mercado afetou todos os processos produtivos, inclusive o de alimentos. Na modernidade, o alimento ganhou a condição de “alimento-mercadoria” ao incorporar a racionalidade de mercado em todos os elos da cadeia produtiva. O uso da terra e a produção de alimentos seguem os ideais capitalistas de tecnificação, eficiência dos processos de produção e obtenção de lucro, impactando profundamente as esferas simbólicas, nutricionais e sociais da alimentação. Desmantelamento dos sistemas locais de produção; perda da sazonalidade e local de origem; aumento da complexidade da cadeia produtiva; diminuição da diversidade alimentar; expansão e padronização da dieta ocidental; reificação do alimento são alguns dos aspectos que devem ser levados em consideração nas discussões sobre dieta, segurança e soberania alimentar na contemporaneidade.

Palavras-chave: Modernidade; Alimento; Alimento-Mercadoria; Alimentação Atual.

Abstract

The debate about food and contemporary feeding practices requires an understanding of the way the world has become modernized. This has been characterized by a revolution in human thinking, as a result of modern science and technological

development. The transition from a domestic economy to a market economy has affected all the productive processes, including that of food. In the modern world, food has acquired the condition of a commodity by incorporating the rationale of the market at each stage of the productive food chain. Foodstuffs in the contemporary western society is “food-commodity”. The use of land and production of food are in line with capitalist ideas and scientific technification, productive efficiency and profitmaking, and this has had a profound effect on the symbolic, nutritional and social spheres of food issues. The factors that must be taken into account in discussions about diet, food security, food safety and food sovereignty in the contemporary world include the following: the dismantling of local production systems, the loss of seasonality and place of origin, an increase in the complexity of the productive food chain, a lessening of food diversity, the expansion and standardization of the Western diet and the materialization of food.

Keywords: The modern world; Food; Food-Commodity; Current Feeding.

1. Introdução e objetivos

A alimentação humana pode ser analisada sob várias perspectivas, ao mesmo tempo independentes e complementares – como a nutricional, a econômica, a social e a cultural. No entanto, na maioria das vezes, os estudos se limitam aos seus próprios métodos disciplinares e não tocam as outras dimensões a que se relacionam o alimento – efeito de um paradigma da simplificação da ciência moderna (OLIVEIRA; THÉBAUD-MONY, 1997). Contudo, há de se reconhecer que a abordagem disciplinar não é suficiente para abarcar a complexidade da alimentação humana, uma vez que as práticas alimentares são estabelecidas e consolidadas ao longo do tempo, resultantes de um processo ecológico, cultural, social e econômico, cujo significado e razão devem ser buscados na história de cada sociedade. Como afirma Murrieta (2001),

[...] os processos de escolhas alimentares são o resultado da interação dialética entre as estruturas habituais do cotidiano, os ciclos ecológicos dos recursos naturais, a dinâmica político-econômica dos mercados locais e regionais e as representações de classe e preferências individuais. No entanto, a resolução prática deste processo repousa nas condições contextuais do momento da tomada de decisão, numa combinação de condições materiais, lógica estrutural cotidiana e preferências sociais (MURRIETA, 2001, p. 41).

Assim, como defendido por Durham (2004)¹, pode-se dizer que a cultura produz padrões alimentares, ao mesmo tempo em que ela é também produzida pela continuidade dos próprios padrões alimentares. Percebe-se que não existe uma linearidade nesse processo. Ele é complexo e perpassa diferentes esferas da vivência humana. Portanto, a cultura alimentar não pode ser encarada como variável causal (independente) ou dependente: ela é um contexto (uma variável contextual). Um contexto que proporciona relações e que é formado por essas mesmas relações. Um contexto que é, simultaneamente, produtor e produto das ações e representações acerca dos alimentos.

Desse modo, a compreensão dos conteúdos e das causas dos pensamentos e ações humanas – e aqui se insere a alimentação humana – são reflexos das relações sociais e das relações do humano com o ambiente. Entretanto, as relações sociais não podem ser encaradas como uma sucessão de fatos no tempo, mas sim como “um movimento temporal de constituição dos seres e de suas significações” (CHAUÍ, 1993, p. 22).

Deve-se ressaltar, contudo, que não se trata de defender a existência de um caminho unidirecional que determine as relações entre alimentação, cultura e estrutura econômica. A complexidade da formação do hábito alimentar – como um processo econômico, social e cultural que se dá em determinado tempo e espaço – evidencia os perigos de se reduzir o simbólico ao material ou de se dar relativa autonomia do simbólico em relação ao material. A complexidade reforça a necessidade de que se compreenda que as duas dimensões caminham conjuntamente para esse processo. Uma vez que o ser humano é um organismo em constante diálogo com os fatores internos e externos, o modo humano de agir no ambiente é também o de percebê-lo. Assim, perceber que as relações entre o simbólico e o material estão concatenadas entre si é a chave para fugir do determinismo que coloca uma dimensão em função da outra e que ignora que as habilidades “culturais” dos seres humanos estão relacionadas às habilidades de engajamento ativo com o ambiente (INGOLD, 2000; INGOLD, 2003).

Uma vez que os processos históricos, tecnológicos, econômicos, políticos e sociais estão intimamente relacionados com os padrões alimentares de consumo,

¹ Os padrões culturais se referem simultaneamente à ação e ao seu significado, englobando necessariamente aspectos cognitivos e valorativos. Constituem, portanto, uma lógica própria da conduta real e não podem ser dissociados da ação à qual dão forma e significado. Por isso, a cultura deve ser entendida como um “*processo dinâmico e permanente de reorganização das representações na prática social, representações estas que são simultaneamente condição e produto desta prática*” (DURHAM 2004, p. 123). Nesse processo dinâmico, ação e representação se atualizam mutuamente: a ação atualiza o modo de pensar (a representação) e a representação repensa o modo de agir (a prática).

preferência e escolha, transformações nessas dimensões acabam por induzir certas alterações, em diferentes níveis, no estilo de vida das pessoas e nas práticas alimentares. Essas alterações não pertencem apenas à dimensão física, mas também à dimensão simbólica, afetando suas tomadas de decisões. Nesse sentido, é notório que o processo de modernização mundial engendrou mudanças nas dimensões epistemológica, econômica, social e política. Obviamente, seus efeitos se desdobraram na esfera da alimentação humana, pela introjeção de perspectivas, valores e concepções na produção e consumo.

Ao incorporar a racionalidade de mercado em todos os elos da cadeia produtiva, o alimento também passou a ser concebido pela sua condição de mercadoria. Essa nova condição trouxe implicações significativas para as dimensões simbólicas, nutricionais e sociais da alimentação humana. Investigar esses desdobramentos é de grande importância para a compreensão dos desafios ligados à alimentação humana na atualidade. Por esse motivo, propõe-se que o entendimento do caráter que o alimento e a alimentação assumem na sociedade industrial globalizada contemporânea pressupõe a compreensão da modernidade em sua totalidade histórica.

Neste ensaio, busca-se relacionar o processo de modernização mundial com as práticas alimentares e compreender a lógica que a produção e o consumo de alimentos têm no mundo modernizado, seus impactos sobre a dieta, segurança e soberania alimentar nas sociedades contemporâneas. Partindo da perspectiva ecológico-relacional de Ingold (2000; 2003), este estudo tem o intuito de relacionar diferentes perspectivas disciplinares, para abordar, de forma multidisciplinar, a problemática em questão. Para tecer o argumento proposto, o debate teórico contou referências das áreas de alimentação, nutrição, antropologia, ecologia, sociologia, epistemologia, filosofia e história.

2. Produção de alimentos e origem do pensamento moderno: um resgate histórico

A história da alimentação humana reflete a preocupação constante com a obtenção de alimentos, primeiramente pela busca e posteriormente pela sua produção (PROENÇA, 2010). O advento da agropecuária não foi apenas determinante por mudar a relação humana com a natureza, mas também no que tange à alimentação. A prática agrícola permitiu a multiplicação em níveis extraordinários de espécies vegetais que outrora não eram tão abundantes, gerando a segurança da disponibilidade de alimento (POLLAN, 2007; MAZOYER, ROUDART, 2010). Cardápios foram criados baseados na seleção, domesticação e criação de

novas espécies de plantas e animais que se reproduziam mais rapidamente e que apeteçiam ao paladar humano, como trigo, cevada, arroz, milho, carneiros, bois, galinhas etc. Sem a necessidade de deixar seu território em busca de alimentos, os primeiros agrupamentos coletivos como vilas e cidades foram surgindo, e os humanos passaram a adaptar o seu local às suas necessidades (POLLAN, 2007).

Compreender a sociedade contemporânea exige entender o nascimento da sociedade ocidental, cujo berço é a Grécia Antiga. No mundo antigo, o modo de produção de alimentos era regido pela terra e por economia natural. O produtor imediato, o camponês, estava unido diretamente ao meio de produção, a terra, ainda que pela relação social da servidão. Produzia o necessário e o excedente de sua produção era destinado aos senhores feudais, proprietários da terra, por meio de relação político-social de coação (ANDERSON, 1987). Nesse contexto, o trabalho e os seus produtos não eram considerados bens e o processo produtivo era ditado pela sua utilidade. O que vigorava nesse modo de vida tradicional era a norma da produção e do ganho do que era suficiente (ANDERSON, 1987; VERNANT, 1990). Era, assim, impensável o estímulo de um trabalho mais intenso e prolongado dos trabalhadores em troca de ganhos mais elevados (GORZ, 2008).

As técnicas utilizadas na produção de alimentos no mundo antigo eram concebidas como utensílios: feitos seguindo regras tradicionais, destinados a um fim prático, empregados como adaptações às condições naturais. Não objetivavam, portanto, a transformação da natureza. No mundo antigo, vigorava a concepção do cosmo, de um universo finito, estático, hierarquicamente ordenado e qualitativamente diferenciado do ponto de vista ontológico. Enquanto essa concepção prevaleceu, os humanos se viam subordinados à natureza qualitativa do Ser e se opunham a qualquer ideia de controle e mudanças relacionadas a ele (KOYRÉ, 1986).

Assim, seguindo a lógica de uma economia doméstica, a produção de alimentos era baseada em razão material, com fins a suprir a necessidade do usuário. Ainda que na Grécia antiga houvesse algum grau de troca mercantil, essa era residual, de modo que as atividades estavam baseadas no valor de uso (ANDERSON, 1987; VERNANT, 1990). É a utilidade de uma coisa que faz dela um valor de uso, o qual só se realiza pela sua utilização ou consumo. O valor de uso é, portanto, determinado pelas propriedades materiais inerentes ao bem, associadas ao seu valor natural, que é a sua capacidade de prover as necessidades humanas (MARX, 2011).

Tal concepção sobre o processo produtivo de alimentos e sobre a própria natureza humana foi superada pelo surgimento concatenado do pensamento moderno e de um novo modo de produção. É essencial considerar o papel das técnicas no entendimento desse processo. As técnicas empregadas na produção de bens

(inclusos, no caso, os alimentos) são mediadoras e funcionam como elementos estruturantes da relação do ser humano com a natureza. Assim, é impossível dissociar as transformações tecnológicas das transformações sociais e econômicas. A evolução da vivência humana está, dessa forma, intrinsecamente relacionada à evolução dos instrumentos de observação e experimentação da realidade, de modo que novas formas de enxergar o mundo e de lidar com o ambiente causam rupturas de paradigmas (KOYRÉ, 1986).

Nesse sentido, pode-se afirmar que a economia doméstica do mundo antigo foi desarticulada pelo desenvolvimento do pensamento moderno no século XVII (pela chamada Revolução Científica), que proporcionou a quebra do paradigma do pensamento antigo. Até Galileu, “ninguém procurou ultrapassar o uso prático do número, do peso, da medida, na imprecisão da vida cotidiana (...) para fazer dele um elemento do saber exato” (KOYRÉ, 1986, p.71). Apesar de o homem antigo saber executar cálculos astronômicos, esse não sabia executar cálculos numéricos, pois, além de não dispor de linguagem algébrica, compreendia-se que a diversidade qualitativamente determinada do Ser não poderia ser estabelecida por teoria matemática. Sendo assim, não havia a intenção de mensuração, já que, diante de uma concepção qualitativa da natureza, não havia também a ideia de comparação entre elementos intrinsecamente diferentes (KOYRÉ, 1986; CHAUI, 1993). Foi com a invenção do telescópio, de Galileu, e do desenvolvimento de instrumentos de medida (principalmente medida do tempo, como o relógio e o cronômetro) que a ideia de controle e exatidão começou a tomar posse do pensamento humano – possibilitando a substituição do mundo antigo do “aproximadamente” para o moderno mundo da precisão e da racionalização (KOYRÉ, 1986).

Com o desenvolvimento da *física clássica*², o pensamento moderno superou a criação de utensílios para a construção de instrumentos como o telescópio, por exemplo. Esses eram viabilizados pela construção de máquinas de precisão, exigindo maior acurácia e exatidão no pensamento e planejamento humano. O intuito da criação de

² Foi o surgimento de uma nova concepção de movimento, inseparavelmente ligada a uma nova noção de tempo, que possibilitou a transição do pensamento aristotélico para o moderno. A negação do cosmo (rompendo com a ideia de um universo finito, estático, hierarquicamente ordenado e qualitativamente diferenciado do ponto de vista ontológico) e a geometrização do espaço e matematização da natureza (rompendo com a noção de qualidade e subjetividade) estabeleceram as bases da ciência moderna (KOYRÉ, 1986). O pensamento antigo foi, portanto, superado pela elaboração da física clássica, pelos trabalhos de grandes mentes como Galileu, Bacon e Descartes. A natureza passou a ser entendida como um mecanismo, um sistema de relações de causa e efeito, e a ideia da causa final na natureza, como afirmado pelo pensamento grego, foi eliminada. Ao eliminar as causas finais do plano da natureza, o pensamento moderno também eliminou as explicações antropomórficas que impediam o desenvolvimento da física e da tecnologia (CHAUI, 1993).

um instrumento é completamente diferente da finalidade do utensílio: ele é feito por uma busca puramente teórica, para desvendar o funcionamento das coisas, do mundo. É nesse anseio pelo conhecimento mais íntimo dos fenômenos naturais, que o ser humano moderno diferenciou-se do antigo, rompendo com a contemplação e a aceitação da natureza para buscar dominá-la ativamente (KOYRÉ, 1986; CHAÚÍ, 1993).

A produção do conhecimento vinculou-se à prática de domínio técnico sobre a natureza e sobre a sociedade (CHAÚÍ, 1993), levando também à valorização do domínio científico como caminho para o progresso material. Possibilitado pela expansão do conhecimento acerca da natureza, o crescimento ilimitado das forças produtivas emergiu gradativamente como a solução para a melhor vivência humana (LE GOFF, 1984). Há de se considerar que a produção científica passou a ser concebida como expressão máxima da racionalidade humana, enaltecida como o dom divino que separaria o ser humano do restante da natureza. Criou-se uma concepção de mundo na qual a natureza poderia e deveria ser dominada pela vontade humana para o progresso dos bens materiais, em consonância com os ideais mercantis (LE GOFF, 1984; KOYRÉ, 1986).

A interrogação metódica da natureza, a experimentação e a valorização da linguagem matemática para o estabelecimento de leis que decodificassem os fenômenos naturais se firmaram como traços característicos da ciência moderna (KOYRÉ, 1986; CHAÚÍ, 1993). A noção de qualidade, por sua vez, foi declarada subjetiva e banida do domínio da natureza; a percepção dos sentidos como fonte de conhecimento foi suprimida; enquanto o conhecimento científico passou a ser o único caminho aceito para se chegar à “essência do real” (KOYRÉ, 1986).

Em suma, o pensamento moderno e, conseqüentemente, a ciência moderna são frutos de uma revolução no espírito humano, apoiados pelo desenvolvimento de instrumentos que mudaram a percepção humana sobre o tempo e o espaço, sobre o estático e o dinâmico, causando a transformação de um pensamento qualitativo para um quantitativo. Ao mesmo tempo, a valorização do fazer tecnológico progressivamente adentrou e transformou o pensamento e as relações humanas, inserindo a noção de medição e precisão – culminando, posteriormente, em eficiência e progresso – na vida cotidiana e nas relações sociais (KOYRÉ, 1986).

O desenvolvimento do pensamento quantitativo na ciência também se processava na esfera social e econômica da época. Ainda que não se trate de relação de causa e efeito, há de se considerar a análise de Foladori & Taks (2004) de que o conhecimento empregado para o desenvolvimento de tecnologias e a forma que elas se distribuem pela sociedade está intimamente ligado às relações sociais e às relações de produção. De fato, a ciência matemática só pôde fazer sentido em um

contexto de expansão da economia mercantil, pois só a possibilidade da quantidade é que torna possível o cálculo, a fragmentação e a abstração da realidade (LUKÁCS, 2003).

Logo, uma abordagem que não leve em consideração o desenvolvimento do pensamento moderno concatenado ao desenvolvimento do modo de produção capitalista poderá se limitar a uma relação de causa e efeito entre o material e o simbólico. Como bem coloca Castoriadis (1987), não adiantaria explicar a ascensão do racionalismo ocidental como consequência da expansão da burguesia, ou vice-versa, pois temos que considerar os dois processos. Tal qual dito anteriormente, a história cultural e a história material ocorrem simbioticamente. Assim, a revolução científica foi, ao mesmo tempo, estruturada e estruturante do fenômeno de transição da então economia doméstica para uma nova ordem econômica e social – a economia de mercado capitalista. Isso aconteceu por meio da ascensão da burguesia e de novos valores e concepções sociais (como a Reforma Protestante no século XVI), que desarticularam a estrutura econômica e social medieval. Dessa forma, houve a transição da economia doméstica para a economia de mercado, o que afetou todos os processos produtivos, inclusive o de alimentos.

Cabe aqui aprofundar no entendimento da lógica da economia de mercado, para, posteriormente, evidenciar suas implicações. Em contraste com o mundo antigo, no capitalismo do mundo moderno, as forças produtivas não são orientadas pela utilidade do produto, ou seja, pelo seu valor de uso. O objetivo da economia de mercado é gerar mercadorias que possam ser negociadas pelo seu valor de troca, o qual se caracteriza como um valor relacional (e não intrínseco) de uma mercadoria, que se efetua no momento da troca (MARX, 2011).

Por trás da ideia do valor de troca, há um outro conceito relacionado à concepção do trabalho e do tempo, o qual norteia os valores dessa nova ordem econômica e social. A única forma de se equiparar os valores de troca de duas mercadorias distintas é tendo um elemento de equivalência, que seria, portanto, o trabalho incorporado na produção (trabalho abstrato), medido em função do tempo despendido para produzir uma mercadoria. Entretanto, trata-se do tempo de trabalho socialmente necessário, ou seja, *“nas condições de produção socialmente normais existentes e com o grau social médio de destreza e intensidade do trabalho”* (MARX, 2011, p.61).

Uma vez que a superação da capacidade técnica histórica das forças produtivas assegura o lucro, evidencia-se como retroalimentada a profunda relação entre a expansão da economia de mercado e o direcionamento da ciência para a produção tecnológica. Inovações tecnológicas, desenhadas para maior controle e

precisão, resultam em maior produção em menor tempo, comparando ao tempo social vigente – o que aumenta a mais valia, ainda que por tempo limitado, para aqueles que as adotam primeiro (pois haverá um momento em que se estabelece um novo e menor tempo social necessário para a produção, considerando essa nova capacidade tecnológica).

Dentro desse contexto, a Revolução Agrícola que se deu na Inglaterra no final do século XVII e início do século XVIII merece destaque. Com a finalidade de se aumentar o controle sobre os ciclos produtivos (para com menor tempo e trabalho se obter maior produtividade), novas tecnologias para a produção de alimentos foram desenvolvidas e aplicadas, causando uma completa revolução na atividade agrícola e nas relações sociais (MAZOYER, ROUDART, 2010).

Primeiramente, deve-se destacar que os interesses da burguesia e da nobreza, que pretendiam investir em um modelo produtivo que gerasse excedentes para a produção de mercadorias (modo de produção capitalista), puderam ser viabilizados³ graças à estrutura política inglesa, ou seja, ao regime parlamentar. Os grandes proprietários ingleses encontraram oportunidades de aumentar seus terrenos, anexando propriedades de pequenos produtores que passavam por dificuldades financeiras. Com a formação de grandes propriedades de exploração agropecuárias cercadas, puderam também aumentar a criação de gado, sobretudo de ovinos. Gerou-se, assim, excedente de produção de alimentos e de lã, matéria-prima para a incipiente ideia de produção têxtil industrial.

Além disso, sistemas de rotação de cultura com forrageiras (capim e leguminosas) foram implementados, possibilitando a integração das atividades de pecuária e agricultura. Produzindo em todo o terreno durante todo o ano, disponibilizou-se mais alimento para os animais. Além disso, a nutrição do solo foi melhorada, elevando a fertilidade. Ao mesmo tempo, os instrumentos agrícolas foram aperfeiçoados e surgiram as primeiras máquinas agrícolas (como a máquina de cavar e semear com tração a cavalo; a semeadora mecânica; a máquina debulhadora e máquina de ceifar, por exemplo). Ademais, técnicas para aprimorar o cruzamento de raças animais e seleção de sementes também foram desenvolvidas, incrementando a produtividade (MAZOYER, ROUDART, 2010).

Com a Revolução Agrícola, dessa forma, a produção de alimentos passou a utilizar técnicas apuradas com fins a aumentar a produtividade agrícola e gerar

³ A política de cercamento dos campos, por exemplo, se concretiza quando a terra passa a ser vista como um bem de produção, marcando o início da Revolução Industrial no século XVIII. Essa medida possibilitou a formação de um exército reserva de mão de obra nos centros urbanos, ficando disponíveis para aceitar qualquer trabalho com que pudessem sobreviver.

um excedente comercializável – encaixando a produção de alimentos dentro da lógica de mercado.

Aumentar a produção de alimentos só seria viável se houvesse demanda efetiva para esse excedente, o que se traduz numa população não agrícola que fosse tão expressiva quanto à própria população agrícola. Com milhares de camponeses abandonando o campo em direção aos centros urbanos, consolidou-se uma sociedade composta por mais da metade de trabalhadores, de artesãos, de comerciantes, de empregados etc. O centro urbano tornou-se o destino e a causa, necessário para absorver os excedentes da produção provenientes da nova agricultura. Com a agricultura orientada para o mercado, houve maior produção, gerando capital para investir em novas máquinas e técnicas. Os lucros da agricultura foram, assim, investidos no arranque do processo de industrialização, que acompanhou o processo de urbanização. Foi por essa razão que, nos séculos XVI e XVII, a Revolução Agrícola se desenvolveu em torno dos centros de produção de tecidos de Flandres e da Inglaterra, ocorrendo em paralelo com a Revolução Industrial (MAZOYER, ROUDART, 2010). Esse processo favoreceu a emergência de uma nova sociedade urbano-industrial e colaborou para a centralidade econômica, social e simbólica no espaço urbano, dado o progresso possibilitado pela industrialização (FERRÃO, 2000).

Em resumo, com a introdução de novas tecnologias nas formas de produção, ocorreram mudanças nas práticas agrícolas que levaram à intensificação da produção de alimentos para dar suporte à crescente população urbana. Além disso, fatores externos também estimularam mudanças nos sistemas alimentares, já que, com o trabalho escravo e o estabelecimento das colônias, desenvolveram-se as primeiras cadeias de *commodities* (AZEVEDO, 2004). Tais fatores mudaram de forma substancial as cadeias alimentares das quais os humanos dependem. Produzido por um sistema agroindustrial, é na modernidade que o alimento ganhou a condição de mercadoria.

Com o processo de modernização, a cadeia alimentar humana foi reinventada. Desde as tecnologias para cultivo no campo até os aprimorados sistemas de conservação de alimentos e canais de distribuição, o emprego de novas tecnologias em novos contextos sociais e econômicos mudou as regras ecológicas da cadeia alimentar (POLLAN, 2007)⁴.

⁴ Alguns desses recursos permitiram diminuir a dependência em relação a produtos agrícolas específicos (AZEVEDO, 2004). Ao encarar a agricultura do ponto de vista holístico e ecológico, percebe-se que é uma forma de colher energia solar via fotossíntese. Mas, enquanto todas as formas de agricultura tradicional têm um balanço de energia positivo, a agricultura moderna, no geral, tem balanço de energia negativo, pois quase todas as suas operações, supostamente de alta produtividade, requerem mais energia fóssil nos insumos do que está contido em seu produto. Assim, o uso de combustíveis fósseis na agricultura industrial diminuiu em parte a dependência do sol na síntese de calorias, ou seja, aumentando o total de calorias disponíveis para o consumo humano (LUTZENBERGER, 2001; POLLAN, 2007).

No século XX, o processo de industrialização da agricultura se intensificou ainda mais, respaldado na perspectiva de que o sector agrícola não difere significativamente de outras indústrias, sendo necessário racionalizar o uso de recursos com vista a alcançar maior eficiência nos processos de produção. A segunda Revolução Agrícola (motorização, mecanização, fertilização mineral, seleção, especialização) proporcionou ganhos de produtividade jamais esperados, passando de 1 a 10 no princípio do século a 1 a 500 atualmente. Isso levou a uma redução muito importante dos preços reais (com inflação deduzida) da maior parte dos gêneros agrícolas (MAZOYER, ROUDART, 2010).

Ao mesmo tempo, estruturou-se, na agricultura, uma indústria alimentar, que passou a incorporar recursos da indústria química, de modo que o produto agrícola original foi crescentemente decomposto para a elaboração de produtos alimentares (AZEVEDO, 2004). A abordagem mecanicista e reducionista da ciência e da tecnologia modernas (como citadas anteriormente) influenciou, assim, a produção de alimentos, desde as práticas no campo até a industrialização. Isso se relaciona com o exposto por Marx (2011): a natureza dos meios de produção interfere diretamente na forma como os seres humanos produzem e consomem os bens dessa produção.

Pode-se dizer que a modernização das sociedades desencadeou a reordenação do contexto de vida da humanidade e fez emergir um novo modo de vida, no qual a oferta e o consumo de alimentos aumentaram expressivamente e todo tipo de gênero tornou-se acessível, notadamente devido ao desenvolvimento de tecnologia alimentar (FISCHLER, 1995).

A indústria de alimentos passou, assim, a configurar um importante papel na alimentação humana. Como a demanda por alimentos é relativamente inelástica, houve a necessidade de agregar valor às matérias-primas agrícolas na fabricação de alimentos, fazendo com que a indústria de alimentos se tornasse um negócio rentável (CHOPRA, GALBRAITH, DARTON-HILL, 2002).

Esse aumento tem acompanhado a consolidação de empresas agrícolas e alimentares em grandes corporações transnacionais, as quais desenvolveram marcas globais e estratégias de marketing com adaptação aos gostos locais. Essas empresas são caracterizadas pelo fornecimento global de suprimentos, pela centralização de recursos estratégicos e pela manutenção de operações em vários países para servir a um mercado mais globalmente unificado. Uma estratégia importante para essas empresas ao penetrar em novos mercados envolve contratos de parcerias com produtores locais de alimentos, atacadistas ou varejistas (CHOPRA, GALBRAITH, DARTON-HILL, 2002).

Verifica-se, assim, que as transformações que ocorrem atualmente no sistema mundial de alimentação fortalecem a concentração das corporações, a globalização da produção, a distribuição e o marketing alimentar, além de reforçar tendências de padronização e uniformização das dietas definidas culturalmente (AZEVEDO, 2004).

3. “Alimento-mercadoria”: a transformação de um alimento complexo em um alimento reificado

Fica evidente que a Revolução Industrial no século XVIII (consequência da revolução científica do século XVII, da emergência do pensamento moderno, do movimento iluminista, do fortalecimento da burguesia e de seu modo de produção capitalista) proporcionou um conjunto de mudanças tecnológicas com profundo impacto no processo produtivo de alimentos em nível econômico e social, no qual o advento da máquina gerou nova relação entre o capital e o trabalho e modificou as relações sociais, culturais e alimentares (LE GOFF, 1984; KOYRÉ, 1986; MARX, 2011). Essas são as raízes de nossa contemporaneidade moderna.

Por milênios, os fundamentos da alimentação eram garantir a vida em todas as conexões que dela derivam, o que adicionava ao alimento função de sociabilidade, prazer, afeto e integração. O alimento era concebido pela sua necessidade, pelo seu valor de uso. Contudo, no contexto moderno, o alimento passou a possuir um objetivo muito mais proeminente, alinhado ao sistema de produção capitalista: ser produzido, vendido e consumido como mercadoria para gerar lucro.

Ao agregar ao alimento a condição de mercadoria, o processo de modernização social e de mercado afetou toda a cadeia produtiva alimentar (MAZOYER; ROUDART, 2010). A expansão da economia capitalista tem demonstrado grande influência nas motivações de produção e consumo, afetando a tomada de decisões das populações de pequenos produtores rurais em relação ao uso da terra. A busca da estabilidade financeira leva essas populações a reconhecer as demandas do mercado vigente e a aproveitar novas oportunidades que se mostrem mais viáveis naquele contexto (LUI, 2013). Contudo, a dependência do domínio tecnológico e da infraestrutura para o sucesso econômico dentro desse contexto geralmente são de difícil acesso ao pequeno produtor rural. Com isso, milhares de pequenas e médias propriedades agrícolas menos equipadas e menos produtivas vêm perdendo espaço para as indústrias de alimentos (MAZOYER; ROUDART, 2010). O resultado desse processo histórico é o desmantelamento dos sistemas locais de produção ao longo das últimas décadas e a crescente influência e dependência das cadeias industriais de alimentos (LUI, 2013; PROENÇA, 2010; BRAGA, 2004).

Lui (2013) constatou que a transição das atividades agrícolas de pequena escala para a expansão da economia de mercado ocasiona a mudança no uso da terra, impactando na diminuição da importância da agricultura, na menor dependência da produção local para subsistência, no aumento das participações de outras atividades na formação da renda e na mudança nos hábitos alimentares pela incorporação da dieta urbana em populações rurais. Esses aspectos confirmam que *“espaço rural vem se tornando cada vez menos agrícola”* (LUI, 2013, p. 133), fenômeno conhecido como desagrarização.

Assim, fica claro que os valores atuais que norteiam o uso da terra e a produção de alimentos são consonantes com os ideais capitalistas, pela perspectiva da tecnificação, eficiência dos processos de produção e obtenção de lucro – valores que vêm impactando profundamente as esferas simbólicas, nutricionais e sociais da alimentação (MAZOYER; ROUDART, 2010).

Com as atuais possibilidades tecnológicas de produção de alimentos em larga escala e a sua conservação por longo tempo, bem como a viabilidade global de transporte e negociação desses itens, ocorre a ruptura espacial e temporal da produção e do acesso. Isso implica diversas modificações nos aspectos simbólicos da alimentação (PROENÇA, 2010).

Não há mais sazonalidade e os alimentos são produzidos fora da estação do ano e dos locais tradicionais, sendo também acessíveis em locais distantes da sua produção, alterando os padrões culturais. Outra problemática refere-se aos efeitos do próprio processo de industrialização, ao distanciar o alimento das pessoas devido à complexidade da cadeia produtiva. Em outras palavras, a cadeia industrial afasta o ser humano da origem de seu alimento, provocando a sua alienação no que tange às relações e conexões existentes na história da comida, de modo que o indivíduo perde o poder de ponderar sobre os impactos daquele alimento em sua dieta. Com isso, há a distorção da percepção da origem e dos ingredientes que compõem um determinado alimento. Alguns pesquisadores afirmam que o processamento de alimentos, ao trabalhar quimicamente os compostos alimentares, praticamente desconstrói a identidade da comida, para buscar novas sensações no ato de comer, popularizando os “produtos alimentares” em detrimento da “comida de verdade” (POLLAN, 2008; PROENÇA, 2010).

Além disso, existe toda uma mudança na concepção do alimento em si na sociedade. Pollan (2008) explica que, com o avanço da tecnologia no século XX, foi possível determinar os componentes fundamentais dos alimentos, como os macro e micronutrientes. Essas descobertas possibilitaram a cura quase imediata de doenças como escorbuto e beribéri, legitimando a ciência nutricional. Assim, construiu-

se um sistema alimentar baseado no nutricionismo, destacando a importância do nutriente e não do alimento em si e criando a necessidade de especialistas para ditar o que é saudável de se comer. A partir da década de 1950, houve mudança na linguagem: deixou-se de falar em alimentos e passou-se a falar em nutrientes. O reflexo do nutricionismo no mercado é a eliminação da distinção entre natural e processado: mesmo um alimento altamente processado pode ser considerado “mais saudável” se possuir as quantidades apropriadas de nutrientes. A orientação sobre o que se deve comer deslocou-se, assim, da cultura étnica e regional para a ciência nutricional (POLLAN, 2008).

É característico desse sistema agroalimentar a utilização de aditivos funcionais e produtos fabricados baseados em recombinações que priorizam as reduções de custo, o aumento da durabilidade do produto e a satisfação do paladar. Apesar de o processamento industrial garantir a higienização e o aumento da durabilidade dos alimentos, ele só é possível por meio de mudanças significativas na estrutura química e na biodisponibilidade dos nutrientes. A indústria deseja produzir produtos cujo tempo de exposição em prateleira se mostre suficiente para sua comercialização, considerando os mecanismos e as possibilidades de conservação. Para isso, manipula toda a sua estrutura bioquímica, num verdadeiro processo de reificação do alimento, tal como o caráter fragmentário da ciência moderna e do sistema capitalista. Ocorre que dieta baseada apenas em valores quantitativamente nutricionais não responde às reais necessidades nutricionais do ser humano, que deve considerar também aspectos como a integridade do alimento, a vitalidade, a biodisponibilidade de nutrientes e a ausência de contaminantes químicos sintéticos (AZEVEDO, 2004).

A utilização de gordura se expandiu, desde os produtos fritos até os doces e *snacks*. Além de gorduras e óleos, açúcares e sal também são ingredientes comumente adicionados aos produtos, seja no alimento em si ou no processamento. A vantagem é, assim, ganhar a preferência das pessoas por alimentos doces e palatáveis (visto a natural predisposição biológico-evolutiva para tal), além de proporcionar consumidores menos saciados, efeito de uma dieta rica em açúcares e gorduras (CHOPRA, GALBRAITH, DARTON-HILL, 2002). Desse modo, o ambiente em países industrializados se caracteriza pelo acesso ilimitado a alimentos processados altamente palatáveis e muito calóricos, cuja energia é derivada, predominantemente, de gorduras e açúcares (JAMES, 2004).

Os produtos industrializados, assim, são caloricamente densos e pouco nutritivos, contribuindo para o sobrepeso e obesidade. Uma dieta rica basicamente em carboidratos simples e gorduras não condiz com as necessidades onívoras do

ser humano para uma boa saúde. No entanto, milho, soja, trigo e arroz processados compõem a maior parte da dieta ocidental (inclusive indiretamente, na forma de ração para animais). Além dessa pequena variedade, o refino moderno dos grãos retira dos alimentos nutrientes e outros elementos importantes para a nutrição humana, o que faz crescer a incidência de doenças causadas por deficiências. Mesmo com a estratégia de adição de nutrientes por parte da indústria, os alimentos refinados não contêm o mesmo valor nutricional que os integrais (POLLAN, 2008). Além disso, com o valor monetário concentrado nesses grãos (e também na geração de biocombustível), a variedade de gêneros alimentícios produzidos cai simplesmente pelo fato do valor da produção de um pequeno conjunto de alimentos ser menor (POLLAN, 2008).

Assim, no contexto capitalista, o uso da terra, como meio de produção, é determinado de acordo com a rentabilidade do mercado. Qual será o alimento produzido e como ele será produzido são questões respondidas por uma ótica: assegurar o lucro. Todo o processo produtivo de alimentos é voltado, em cada elo de sua cadeia, para o lucro da venda da mercadoria que o alimento se tornou.

Ora, se a missão da cadeia agroindustrial de alimentos não é alimentar a sociedade, ela se destina a gerar lucro para aqueles que detêm seus modos de produção e para aqueles que se beneficiam da atual estrutura econômica e política. Logo, todo o processo de produção de alimentos – desde a escolha do local onde produzir, o que produzir, como produzir e para quem produzir – todos esses aspectos, cruciais para a segurança e soberania alimentar de uma sociedade, não são decididos tendo em vista o ser humano.

Na verdade, o alimento que socializou os humanos em comensais (CARNEIRO, 2005) não é mais destinado a eles. Não se tratam de comensais: tratam-se de consumidores. E quem são consumidores? São aqueles que podem pagar pelo alimento. Em outra leitura, a crueldade do sistema emerge: consumidores são aqueles que podem comprar as condições essenciais do viver, como a alimentação. E mais: compram aquilo que fornece algum lucro a outrem, não exatamente aquilo que contribui para a saúde, qualidade de vida, cultura, segurança e soberania alimentar. É uma lógica que contraria as necessidades fundamentais comuns a toda humanidade.

4. Considerações Finais

O debate sobre a alimentação contemporânea convoca o entendimento da própria contemporaneidade. Há de se considerar que o processo de modernização

mundial se apresenta como um fator econômico, social e político que alterou profundamente a compreensão humana sobre o mundo, sobre a própria humanidade e sobre a alimentação. O ser humano moderno, amparado pelo desenvolvimento da ciência e da tecnologia, viu-se imerso em nova perspectiva, dessa vez quantitativa. Se, no Mundo Antigo, o alimento era produzido pelo seu valor de uso, na modernidade, a orientação se dá pelo seu valor de troca. É na modernidade que o alimento ganhou a condição de “alimento-mercadoria”.

A produção do “alimento-mercadoria” incorpora, em todos os elos da cadeia, a racionalidade de mercado. Todo o processo produtivo, desde as práticas agrícolas até o processamento, transporte e distribuição, deve ser controlado para assegurar o lucro. Isso porque o mercado exige constância de oferta, independente dos eventos climáticos, das condições geográficas naturais, da sazonalidade e mesmo dos ciclos biológicos.

Entendido como um conjunto de nutrientes, os alimentos industrializados são elaborados por mudanças significativas na estrutura bioquímica do alimento, buscando a redução de custos, o aumento da durabilidade do produto, a satisfação do paladar e o retorno econômico. Cria-se visão fragmentada e abstrata do alimento, considerando apenas uma lista de nutrientes que devem ser consumidos, alheios às fontes, origens, modos de consumo e peculiaridades do comensal. Em outras palavras, o “alimento-mercadoria” é um alimento reificado. A ciência o apresenta sozinho, livre de um sistema bioquímico e de um sistema social.

Pelo caminho da produção do “alimento-mercadoria”, o complexo agroindustrial de produção de alimentos desmantela os sistemas locais de produção, em detrimento do pequeno produtor rural. Como consequência, a diversidade de alimentos ofertada se limita, ao mesmo tempo em que se padronizam modelos de cadeias produtivas – não há espaço para a produção fora desse esquadro. Na corrida pelo melhor retorno financeiro, itens historicamente associados à alimentação e às características das culturas alimentares estabelecidas de forma ajustada aos diferentes biomas são deixados para trás. Com isso, se limita também a variedade da dieta, ao mesmo tempo em que a criação de necessidades pelo intenso fluxo de propagandas com apelo à praticidade e à rapidez de produtos industrializados, colabora para a expansão do hábito alimentar da sociedade ocidental industrial – independentemente de onde for, da estrutura econômica ou ambiental.

Uma vez que o hábito alimentar é constituído por complexa rede de relações entre diversos fatores externos (estruturas políticas e socioeconômicas) e internos (como preferências pessoais, por exemplo), torna-se necessária abordagem que contextualize a alimentação. Os fatores internos e externos que regem tanto a

produção quanto o consumo de alimentos estão continuamente relacionados. Ao mesmo tempo em que esses fatores estruturam lógicas e relações, eles também são estruturados pelas mesmas lógicas e relações que estruturam. Nesse sentido, é importante notar que a concepção do “alimento-mercadoria” é tanto produto da modernidade quanto produtora das relações e estruturas que a mantém.

Referências

- ANDERSON, P. *Passagens da Antiguidade ao feudalismo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.
- AZEVEDO, E. Alimentação e Modos de Vida Saudável. *Saúde em Revista*. Piracicaba, v. 6, n. 13, p. 31-36, 2004. Disponível em: <<http://www.unimep.br/phpg/editora/revistaspdf/saude13art04.pdf>>. Acesso em: 27/3/2015.
- BRAGA, V. Cultura Alimentar: contribuições da antropologia da alimentação. *Saúde em Revista*. Piracicaba, v. 6, n. 13, p. 37-44, 2004. Disponível em: <<http://www.unimep.br/phpg/editora/revistaspdf/saude13art05.pdf#page=3&zoom=aut,43,206>>. Acesso em: 20/3/2015.
- CARNEIRO, H. S. Comida e sociedade: significados sociais na história da alimentação. In: *História: Questões & Debates*. Editora UFPR, Curitiba, n. 42, 2005, p. 71-80.
- CASTORIADIS, C. Reflexões sobre desenvolvimento e racionalidade. In: CASTORIADIS, C. *As encruzilhadas do labirinto II: domínios do homem*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, p. 139-184, 1987.
- CHAUÍ, M. *O que é ideologia?* São Paulo: Brasiliense, 1993.
- CHOPRA, M.; GALBRAITH, S.; DARNTON-HILL, I. A global response to a global problem: the epidemic of over nutrition. *Bull World Health Organ*. Genebra, v. 80, n. 12, p. 952-958, 2002. Disponível em: <http://www.scielosp.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0042-96862002001200009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 29/3/2015.
- DURHAM, E. R. *A dinâmica da cultura: ensaios de antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2004.
- FISCHLER, C. Gastro-nomia e gastroanomia: sabedoria do corpo e crise biocultural da alimentação contemporânea. In: CONTRERAS J (organizador). *Alimentación y Cultura: Necesidades, Custos y Costumbres*. Ciencias Humanas e Sociales. Barcelona: Universitat de Barcelona, 1995.
- FOLADORI, G.; TAKS, J. Um olhar antropológico sobre a questão ambiental. *Mana*. v. 10, n. 2, p. 323-348, 2004.

- FERRÃO, J. Relações entre mundo rural e mundo urbano: evolução histórica, situação actual e pistas para o futuro. *Sociologia, Problemas e Práticas*. n. 33, p. 45-54, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0873-6529200000200003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 28/3/2015.
- GORZ, A. *Ecológica*. São Paulo: Ed. Annablume, 2010.
- KOYRÉ, A. *Galileu e Platão: do mundo do “mais ou menos” ao universo da precisão*. Lisboa: Gradiva, 1986.
- JAMES, P. T. Obesity: The worldwide epidemic. *Clinics in Dermatology*. Vol. 22, n. 4, p. 276-280. 2004. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0738081X04000112>>. Acesso em: 29/3/2015.
- LE GOFF, J. Documento/Monumento. In: *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984. v. 1.
- LUI, G. H.; MOLINA, S. M. G. Benefícios Sociais e Transição de Modos de Vida Rurais: uma análise do Bolsa Família e da aposentaria rural entre pequenos produtores na Amazônia. *Política & Trabalho* (Online). v. 38, p. 137-155, 2013. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/politicaetrabalho/article/view/14337>>. Acesso em: 27/3/2015.
- LUKÁCS, G. *História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- LUTZENBERGER, J. A. O absurdo da agricultura. *Estud. av.* São Paulo, v. 15, n. 43, p. 61-74, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000300007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 27/3/2015.
- MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. 28. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- MAZOYER, M.; ROUDART, L. *História das agriculturas do mundo: do neolítico à crise contemporânea*. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: NEAD. 2010.
- MURRIETA, R. S. Dialética do sabor: alimentação, ecologia e vida cotidiana em comunidades ribeirinhas da Ilha de Ituqui, Baixo Amazonas, Pará. *Revista de Antropologia*. São Paulo, USP, v. 44, nº 2, p. 39-88, 2001.
- OLIVEIRA, S. P.; THEBAUD-MONY, A. Estudo do consumo alimentar: em busca de uma abordagem multidisciplinar. *Rev. Saúde Pública [on-line]*. São Paulo, v. 31, n. 2/4/1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89101997000200015>. Acesso em: 4/12/2014.

- POLLAN, M. *O dilema do onívoro: uma história natural de quatro refeições*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2007.
- POLLAN, M. *Em defesa da comida*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2008.
- PROENÇA, R. P. C. Alimentação e globalização: algumas reflexões. *Cienc. Cult.* São Paulo, v. 62, n. 4, p. 43-47, 2010.
- VERNANT, J. P. P. *Mito e pensamento entre os gregos: estudos de psicologia histórica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

Bárbara Françoise Cardoso

Doutora em Desenvolvimento Regional e Agronegócio pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE/Campus Toledo). E-mail: barbarafcardoso@gmail.com.

Fabiana Aparecida de Paula

Mestre em Economia Aplicada pela Universidade Federal de Viçosa (UFV/Campus Viçosa). Endereço: E-mail: fabyadp@gmail.com.

Ayarra Euzebio do Espírito Santo Trigueiros

Bacharel em Gestão do Agronegócio pela Universidade Federal de Viçosa (UFV/Campus Viçosa). Ministério da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural de São Tomé e Príncipe - São Tomé. E-mail: yara_trigueiros@hotmail.com.

Daliane Rahmeier

Mestre em Desenvolvimento Regional e Agronegócio e Doutoranda em Desenvolvimento Regional e Agronegócio pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE/Campus Toledo). E-mail: daliane.rahmeier@gmail.com.

**Direcionadores
de
Competitividade
da Cadeia
Agroindustrial
do Trigo no
Brasil***Drivers of
Competitiveness
of the Wheat
Supply Chain in
Brazil***Resumo**

Este artigo teve como objetivo avaliar a competitividade da cadeia agroindustrial do trigo no Brasil, analisando cada elo, de acordo com a Metodologia do Programa SEBRAE Cadeias Produtivas Agroindustriais, a fim de verificar o quanto cada um influencia na competitividade de toda a cadeia. Observou-se a necessidade imediata do desenvolvimento de uma estrutura organizacional que permita a integração total entre os diferentes elos da cadeia e suas respectivas associações setoriais, ou seja, deve-se tornar a cadeia mais coordenada entre seus elos. Foram identificados os principais problemas de coordenação existentes na cadeia e, baseado neles, elaborou-se uma lista de ações corretivas que devem ser implementadas, visando a melhorar a eficiência do sistema. Ressalta-se que o foco dessas ações se concentra em políticas privadas e, portanto, não são dependentes do poder público, embora o auxílio desse evidentemente seja de grande importância para cadeia.

Palavras-chave: Cadeia agroindustrial do trigo; Políticas públicas; Competitividade do trigo; Política agrícola.

Abstract

This paper aimed to evaluate the competitiveness of the wheat supply chain in Brazil, analyzing each link, according to the Methodology of the Program SEBRAE Agro-industrial Supply Chains, in order to verify how each one influences

the competitiveness of the entire supply chain. We observed an immediate need to develop an organizational structure that allows the total integration between different links in the supply chain and their respective industry associations, i.e. the chain should be made more coordinated between its links. The main coordination problems existing in the chain were identified and, from them, we elaborated a list of corrective actions that must be implemented in order to improve the supply chain efficiency. It is emphasized that the focus of these actions is on private policies and therefore are not dependent on the government, although its aid is clearly of great importance to the supply chain.

Keywords: Wheat supply chain; Public policy; Wheat competitiveness; Agricultural policy.

1. Introdução

A cultura do trigo chegou ao Brasil em meados da década de 1950 e, até a década de 1980, destacou-se na agricultura brasileira e na segurança alimentar do país.

Gonzalez e Costa (1998) sugerem que o plantio intensivo de trigo praticamente iniciou-se no período de 1975/76, o que, diante dos dados observados, talvez explicasse a razão das diferenças de produtividade, e registram que não teria sido o crédito o elemento impulsionador da produtividade, e sim a adoção de sementes melhoradas, melhores técnicas de cultivo e a incorporação de insumos. No entanto, Collor de Mello, já nos primeiros dias, após a posse na presidência da República, tomou medidas duras visando à eficiência econômica, entre as quais podemos mencionar a extinção da política para o trigo que, por meio da CTRIN, adquiria toda a produção nacional e importava o que faltasse e vendia todo o trigo adquirido aos processadores do produto.

As medidas adotadas por Collor causaram a desarticulação do mercado que não tinha os instrumentos necessários ao atendimento da demanda, ainda mais se considerando a abertura do mercado internacional. Os autores salientam que o trigo sofreu os efeitos da abertura de mercado, da escassez do crédito e da conjuntura desfavorável porque passava o seguro agrícola.

Todavia problemas fitossanitários, de políticas públicas e de coordenação da cadeia, desestimularam os produtores rurais, acarretando a diminuição gradual do cultivo e a grande dependência externa na década de 1990. Atualmente, a produção nacional de trigo é insuficiente para suprir a demanda, permanecendo a dependência externa.

Outrossim, a necessidade de enfrentar a concorrência em um mercado global sempre perfeito (subsídios camuflados e barreiras protecionistas, por exemplo), queda nos preços das *commodities* agrícolas, pressões ambientalistas, interesses comerciais difusos e fazer frente à crescente demanda por alimentos baratos no mundo exige que, cada vez mais, seja priorizada a redução de custos por unidade produzida.

A opção pelos sistemas de cultivo para elevado rendimento de grãos, especialmente o trigo no Brasil, nem sempre é, em termos econômicos, a mais atrativa em função dos riscos e custos elevados. De qualquer forma, alheias a esse fato, algumas iniciativas já estão sendo postas em prática, com base, principalmente, em doses elevadas de fertilizantes (envolvendo também o uso de redutores de crescimento) e proteção química (fungicidas e inseticidas). O entendimento do rendimento de grãos das culturas, o seu significado e, particularmente, a sua formação é essencial para não frustrar expectativas de quem aposta em soluções simples para questões complexas e que, com raras exceções, quase sempre, não leva em consideração, pelo menos de forma explícita, o desafio das correlações indesejadas (CUNHA; PIRES, 2005).

Contudo, mesmo no contexto de incertezas para a cultura do trigo, sua produção vem apresentando evolução positiva, apesar das instabilidades no decorrer dos anos. Em 1994, a produção brasileira de trigo foi de 2 milhões de toneladas, correspondendo a R\$ 242,7 milhões, enquanto, em 2013, a produção foi de 5,5 milhões de toneladas, equivalendo a R\$ 2,2 bilhões. O consumo foi de 11 milhões de toneladas, ou seja, a produção nacional supriu apenas 10% do consumo nacional de trigo. A área colhida saltou de 1,3 milhão de hectares em 1994 para 2,2 milhões de hectares em 2013. No entanto, conforme registram Gonzalez e Costa (1998, p. 21), citando Fernandes Filho, a produção de trigo alcançou patamar superior a cinco milhões de toneladas nos anos de 1986 a 1989, sendo, respectivamente, de 5.689, 6.034, 5.738 e 5.553 milhões de toneladas.

Em relação a 2013, para complementar a oferta interna, o Brasil importou cerca de 6,6 milhões de toneladas, sendo os maiores fornecedores os Estados Unidos, com 45,21% das exportações brasileiras de trigo, seguidos pela Argentina (38,27%), Paraguai (7,7%), Uruguai (5,0%) e Canadá (3,8%) (Associação Brasileira da Indústria do Trigo – Abitrito, 2013; Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento – Seab, 2014).

A cadeia agroindustrial do trigo pode contribuir em vários aspectos no desenvolvimento do Brasil, seja gerando empregos, fixando o pequeno produtor na zona rural, gerando renda adicional ao empresário rural, desenvolvendo novas áreas

e tecnologias, auxiliando a balança comercial, e até competindo internacionalmente com seus produtos industrializados. Pela sua importância econômica e estratégica, o cultivo do trigo representa oportunidade de renda ao agricultor no período de inverno e contribui de maneira significativa para a sustentabilidade do agronegócio.

No entanto, assim como as demais *commodities*, o comportamento da cadeia do trigo é afetado por variáveis socioeconômicas e naturais, como: condições edafoclimáticas; tecnologias de produção; beneficiamento e comercialização; hábitos alimentares; renda da população consumidora; taxa de câmbio; tributação e excesso de demanda de importação; custo de transportes; grau de protecionismo dos mercados e políticas públicas (MAIA, 1996; BRUNS, 1999).

Dentro desse contexto, o objetivo do artigo é analisar a competitividade da cadeia agroindustrial do trigo no Brasil, investigando cada elo da cadeia e verificando o quanto um influencia na competitividade do todo.

2. Metodologia do Programa Sebrae de Cadeias Produtivas

Para analisar a competitividade da cadeia agroindustrial do trigo no Brasil, foi utilizada como base a metodologia proposta pelo Programa Sebrae de Cadeias Produtivas Agroindustriais, que é uma iniciativa do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE, 2000). Tal iniciativa possui o intuito de direcionar ações para melhorar a eficiência e o aumento da competitividade dos diversos segmentos do agronegócio; articular e promover a integração das entidades que atuam nas cadeias agroindustriais; estimular, desenvolver, organizar e fortalecer os sistemas de governança nas cadeias; melhorar a segurança dos alimentos e a adequação às demandas dos mercados consumidores.

Dessa forma, o Programa permite que se analise a estrutura e o funcionamento da cadeia agroindustrial, a fim de verificar os pontos fracos dos elos para, posteriormente, elaborar ações que possam contribuir para a solução dos problemas identificados por meio da colaboração de todos os agentes da cadeia.

O Programa Sebrae Cadeias Produtivas Agroindustriais consiste em um modelo baseado em três passos, quais sejam: (i) Diagnóstico participativo sobre a cadeia produtiva em questão – em que se deve descrever a cadeia agroindustrial em estudo e os problemas perceptíveis de cada elo; (ii) Planejamento – no qual se desenvolve planos de ação, definindo as prioridades, isto é, os passos que serão seguidos para o desenvolvimento da pesquisa como um todo; (iii) Organização e gestão – em que são traçadas metas e programadas ações que irão solucionar os problemas priorizados na etapa de planejamento. Dessa forma, o primeiro e o

último passo foram adaptados, conforme o objetivo da pesquisa, e estão descritos conjuntamente na seção 4, enquanto o segundo passo, também adaptado, é detalhado nessa seção.

A seguir, são evidenciados os principais passos. Primeiramente, descrever-se-á brevemente os principais aspectos em cada direcionador, com o intuito de identificar os gargalos para que o segundo passo possa ser realizado, o qual consiste em propor medidas de ações corretivas, que possam solucionar ou minimizar esses problemas. Contudo as ações propostas devem ser viáveis e fatíveis de execução, considerando a realidade dos agentes que compõem cada elo.

Essa metodologia tem por objetivo proporcionar ações que promovam a melhoria da competitividade e eficiência da cadeia agroindustrial que se deseja estudar, enfatizando a participação dos pequenos empresários. Seus objetivos específicos são oito, no entanto apenas os três primeiros farão parte do desenvolvimento dessa pesquisa (adaptados para esse fim), pois os demais consistem em ações práticas que devem ser executadas pelos próprios agentes. Os objetivos consistem em:

- caracterizar e analisar o desempenho da cadeia agroindustrial, considerando a potencialidade e a representatividade da cadeia no contexto local, regional ou nacional;
- identificar eventuais pontos de estrangulamento na cadeia agroindustrial com o intuito de propor medidas de ações corretivas;
- desenvolver ações de conscientização, capacitação gerencial e tecnológica e acesso a mercados dos agentes da cadeia agroindustrial;
- qualificar os agentes da cadeia agroindustrial de maneira a contribuir para sua reestruturação organizacional, gerencial e mercadológica;
- disseminar novas técnicas de produção e marketing dentro dos elos da cadeia agroindustrial;
- conscientizar os agentes de cada elo da cadeia agroindustrial com o intuito de melhorar a interação entre eles e, conseqüentemente, a competitividade e eficiência da cadeia;
- articular e promover a articulação entre os agentes da cadeia agroindustrial;
- apresentar aos agentes da cadeia agroindustrial o Sistema Sebrae.

Os resultados esperados com a aplicação dessa metodologia, de acordo com o Sistema Sebrae, incluem melhorias na produtividade; na eficiência nas atividades produtivas; na qualidade das matérias-primas agropecuárias; na regularidade da

oferta de matérias-primas; na segurança dos alimentos; no incremento de renda; entre outras.

Silva e Souza Filho (2007) abordaram essa metodologia de forma mais abrangente, destacando alguns fatores, que, geralmente, constituem-se nos principais gargalos de uma cadeia agroindustrial, na análise de direcionadores de competitividade, quais sejam: (i) o ambiente em que a cadeia está inserida – considera-se o suporte governamental que a cadeia possui, como políticas, instituições, organizações etc.; (ii) a tecnologia – seja ela utilizada no processo de produção agrícola, industrial ou no processo de distribuição, a tecnologia é fundamental para o aumento da produtividade e redução de custos; (iii) estrutura de mercado – a estrutura de mercado, tais como oligopólio ou monopólio, pode interferir diretamente no funcionamento da cadeia agroindustrial, visto que está relacionada diretamente à competitividade dos agentes; (iv) coordenação da cadeia – refere-se à harmonização dos fluxos físicos (de mercadorias), financeiros e de informação e do estabelecimento dos direitos de propriedade de cada agente ao longo da cadeia; (v) gerenciamento das firmas – a alocação de recursos escassos, o relacionamento com o cliente e a rápida adaptação às mudanças ambientais são fundamentais na competitividade da firma; (vi) insumos – deve-se avaliar os principais insumos (terra, trabalho e capital) em todos os elos.

Por meio do método proposto pelo Programa Sebrae de Cadeias Produtivas Agroindustriais, caracterizou-se a estrutura e o funcionamento da cadeia agroindustrial do trigo; identificou-se e avaliou-se os principais direcionadores que condicionam a eficiência e a competitividade da cadeia agroindustrial em estudo e propôs-se políticas públicas e privadas e estratégias empresariais para a melhoria da eficiência e da competitividade da cadeia agroindustrial do trigo. Em complemento, foi utilizada a escala Likert para o estudo dos fatores que influenciam a competitividade da cadeia.

Primeiramente, foi verificado se cada subfator existente nos direcionadores eram não controláveis tanto pela firma quanto pelo governo (NC); quase controláveis pela firma ou pelo governo (QC); controláveis pelo governo (CG); controláveis pela firma (CF). Posteriormente, foi atribuída uma representação de índice e um peso a cada subfator do direcionador; em seguida, multiplicou-se um pelo outro. A Escala de Likert é a soma dos resultados obtidos em cada direcionador. Essa escala é bipolar, medindo uma resposta positiva ou negativa a uma afirmação. Em geral, são utilizadas na escala de Likert quatro ou cinco categorias ordinais, as quais indicam o grau de influência de cada direcionador na competitividade da cadeia em estudo (ALEXANDRE *et al.*, 2003). Nessa pesquisa, foram utilizadas cinco

categorias, quais sejam: -2 para muito desfavorável (MD); -1 para desfavorável (D); 0 para neutro (N); 1 para favorável (F); 2 para muito favorável (MF).

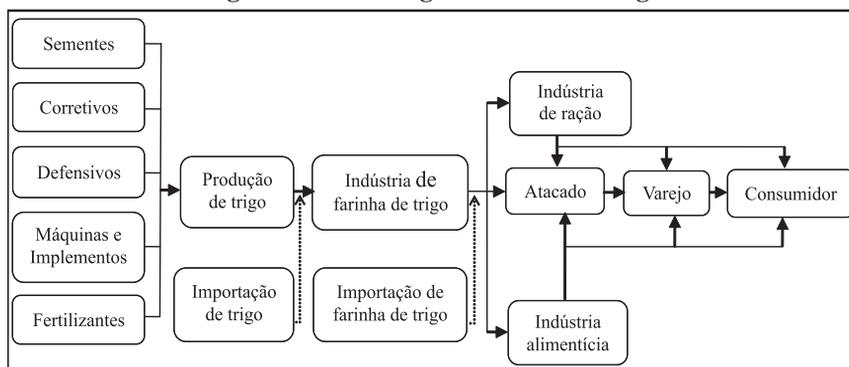
A base de dados para essa pesquisa consistiu em análise de diversas referências, como sites, artigos, revistas, livros, teses, dissertações etc., caracterizando-a como bibliográfica. Vale ressaltar que a pesquisa de campo não foi factível devido à impossibilidade de entrevistas com os agentes do setor.

3. Análise da Competitividade da Cadeia Agroindustrial do Trigo

Antes de iniciar a análise da competitividade da cadeia agroindustrial do trigo, faz-se necessário conhecer sua estrutura, bem como os elos que a compõem. Assim como as demais cadeias agroindustriais, a cadeia do trigo está dividida em cinco elos, quais sejam: insumos, produção, processamento ou industrialização, distribuição e consumo.

A Figura 1 mostra a representação da cadeia agroindustrial do trigo no Brasil, em que se tem no elo de insumos: os setores de sementes, de corretivos, de defensivos, de máquinas e implementos, de fertilizantes; no elo de produção: o setor de produção de trigo e o de importação de trigo; no elo de processamento: os setores de industrialização de farinha, de importação de farinha de trigo, de indústria de ração, de indústria alimentícia; no setor de distribuição: o setor de atacado e o de varejo; no elo de consumo: o setor de consumo.

Figura 1 - Cadeia agroindustrial do trigo



Fonte: Adaptado de Rossi e Neves (2004).

Para verificar a influência dos elos na competitividade da cadeia como um todo, faz-se necessária uma breve descrição sobre os principais direcionadores

e subfatores dentro de cada elo. Após o levantamento dos problemas existentes dentro dos elos, é exposta a análise da competitividade da cadeia do trigo, seguida por um conjunto de ações que podem minimizar esses problemas, de forma que haja melhoria relativa nas condições de produção, comercialização e consumo do trigo no Brasil.

3.1 Elo de Insumos

O elo de insumo é fundamental para o desenvolvimento das lavouras. É necessário que esse setor seja planejado, estruturado e analisado pelo produtor para se obter melhor produtividade, competitividade e produção com custos menores. Os principais insumos usados na cultura do trigo podem ser divididos nos seguintes ramos: sementes, corretivos, máquinas e implementos, defensivos e fertilizantes.

As sementes são as principais responsáveis pela disseminação e desenvolvimento da agricultura. Elas apresentam importância econômica como alimento direto, cerca de 60% a 70% dos alimentos consumidos mundialmente, e como alimento transformado pela agroindústria (WALTER, 2005; DEMINICIS *et al.*, 2009). No Brasil, a cultura do trigo é propagada por meio de sementes, embora alguns produtores aproveitem parte de sua própria produção de grãos da safra atual para semear a safra seguinte. A maioria das sementes agrícolas utilizadas comercialmente no Brasil é oriunda de instituições e empresas especializadas, que melhoram geneticamente a semente para que haja maior produtividade.

Os defensivos agrícolas ou agrotóxicos são produtos provenientes de processos físicos, químicos ou biológicos usados nos setores de produção, armazenamento e beneficiamento de produtos agrícolas, em pastagens, na proteção de florestas e ambientes urbanos, hídricos e industriais. Os defensivos agrícolas proporcionam muitos benefícios para o produtor, auxiliando no aumento da produção e produtividade, combatendo pragas, ervas daninhas e fertilizando o solo. No entanto o uso excessivo e indiscriminado de defensivos pode causar graves impactos ambientais, como poluição das águas, erosão do solo e até mesmo destruição do ecossistema (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa Mandioca e Fruticultura, 2014).

Em complemento aos defensivos agrícolas, os produtores de trigo também utilizam adubos e fertilizantes para proteger das pragas a sua produção. Os fertilizantes, assim como os defensivos, são produtos químicos que podem prejudicar a saúde do ser humano quando ingerido em excesso por meio da alimentação (SAAB; PAULA, 2008). Por outro lado, existe a possibilidade do uso de adubo

orgânico que, segundo a Rede de Agricultura Sustentável (RAS, 2014), resulta da decomposição dos materiais utilizados que combinam substâncias como potássio (da cinza) e nitrogênio (folhas verdes) e carbono (pó de serra). O composto pode ser armazenado de várias formas, desde em pilhas ao ar livre ou em tambores ou covas. O essencial é manter o material arejado. Para a produção de maior quantidade, é recomendável a formação de pilhas, sendo o material colocado de uma só vez para facilitar a decomposição e o controle do processo.

As máquinas e os implementos agrícolas, cujo uso foi intensificado com a modernização da agricultura, tornaram-se indispensáveis aos produtores para a maximização da produção e redução de custos, melhorando assim a qualidade da técnica de produção e a produtividade.

Considerando os insumos utilizados na produção de trigo como direcionadores de competitividade, os subfatores são os aspectos relacionados a cada insumo. O Quadro 1 apresenta os indicadores de competitividade para o elo dos insumos na cadeia agroindustrial do trigo, bem como a identificação do controle dos subfatores e a representação dos indicadores.

Quadro 1 - Análise dos direcionadores no elo de insumos

Direcionador/fator	Grau de controle				Avaliação/relevância			Resultado
	NC	QC	CG	CF	Indicador	Repres. do indicador	Peso	
<i>Sementes</i>								
Melhoramento genético				X	MF	2	0,35	0,70
Qualidade				X	MF	2	0,30	0,60
Produção				X	F	1	0,20	0,20
Estocagem				X	F	1	0,15	0,15
							1,00	1,65
<i>Defensivos/Fertilizantes</i>								
Combinações de princípios ativos				X	F	1	0,30	0,30
Comercialização				X	F	1	0,20	0,20
Impacto ambiental	X				MD	-2	0,50	-1,00
							1,00	-0,50
<i>Máq./Implem. Agrícolas</i>								
Fabricação				X	F	1	0,25	0,25
Tecnologia		X			MF	2	0,45	0,90
Mão de obra		X			F	1	0,30	0,30
							1,00	1,45
<i>Representatividade do elo de insumos na cadeia agroindustrial do trigo</i>								0,87

Fonte: Resultado da pesquisa.

No direcionador “Sementes”, todos os fatores relacionados são controláveis pela firma, ou seja, a firma pode definir os aspectos relacionados ao melhoramento

genético, à qualidade, à produção e à estocagem das sementes. O melhoramento genético e a qualidade das sementes utilizadas na produção de trigo são muito favoráveis à competitividade do segmento de sementes, o que permite que esse direcionador se enquadre entre favorável e muito favorável (1,65) à competitividade de todo o elo.

No direcionador “Defensivos/Fertilizantes”, as combinações dos princípios ativos que garantem a qualidade dos defensivos e fertilizantes, bem como a comercialização desses são controláveis pela firma. O que a firma nem o governo podem controlar é o impacto ambiental causado pela produção de defensivos e fertilizantes. Como os dois primeiros fatores se mostram favoráveis à competitividade do segmento de defensivos e fertilizantes, esse direcionador se posiciona entre desfavorável e neutro (-0,50) em relação à competitividade do elo de insumos.

No direcionador “Máquinas e Implementos Agrícolas”, a tecnologia e mão de obra são quase controláveis pela firma ou pelo governo, uma vez que o desenvolvimento de tecnologia no Brasil é carente de investimentos, pois a importação de tecnologia é economicamente mais viável do que a produção interna. Outrossim, a mão de obra não pode ser totalmente controlada porque sua qualificação pode depender do governo ou da firma, mas existem os sindicatos trabalhistas que interferem diretamente na mão de obra e esses sindicatos estão fora do controle tanto da firma quanto do governo. Contudo, uma vez produzida internamente, a fabricação de máquinas e implementos agrícolas é controlável pela firma. Em geral, esse direcionador se apresenta entre favorável e muito favorável (1,45) à competitividade do elo de insumos.

Analisando-se o contexto geral do elo de insumos, sua representatividade perante à competitividade da cadeia agroindustrial do trigo é baixa (0,87), caracterizando-se entre neutro e favorável. Isso mostra que o elo de insumos merece maior atenção do governo por meio de investimentos, incentivos e outros tipos de subsídios para que possa melhorar seu desempenho dentro da cadeia agroindustrial do trigo.

Dessa forma, as propostas para melhorar a interação e a organização do elo de insumos se resumem aos incentivos à pesquisa agropecuária, que é essencial para o aumento da qualidade e da produtividade do trigo no Brasil, bem como a sua disseminação. O setor de melhoramento genético deve continuar desenvolvendo variedades cada vez mais resistentes a pragas e doenças, que sejam mais produtivas e que se adaptem melhor às mudanças climáticas. A atividade de extensão deve garantir a melhoria das práticas agrícolas, e a indústria

de insumos deve elaborar mais produtos específicos para cultura, aumentando a eficiência do cultivo. Também é importante o incentivo às pesquisas envolvendo a tecnologia de alimentos, visando à melhoria dos processos produtivos e à segurança do alimento.

3.2 Elo de Produção

A produção do trigo é o elo principal que move a cadeia agroindustrial, pois os demais elos são dependentes desse para existir, embora a maioria dos insumos utilizados na produção de trigo também possa ser utilizada na produção de outras culturas.

A pesquisa e desenvolvimento (P&D) é fundamental nesse cenário para melhorar a qualidade do trigo, por se tratar de um insumo industrial usado em vários segmentos da indústria. Estudos e pesquisas realizados por universidades e empresas públicas e privadas também são importantes para diagnosticar a produção e, dessa forma, fornecer subsídios para a elaboração de políticas públicas.

A qualidade do grão de trigo é definida diversamente em cada elo da cadeia, porém, para a produção, a qualidade é definida pelas características agrônômicas, tais como resistência a pragas e doenças, elevada produtividade e elevado peso por hectolitro. Essas características, embora importantes para o produtor, são atribuídas no elo de insumos, pois uma semente com essas características produzirá trigo com essas qualidades, garantindo um produto agroindustrializado de alto padrão, beneficiando toda a cadeia (Guarienti, 1996; Costa *et al.*, 2008).

Uma boa produção de trigo requer que a semente seja plantada em condições edafoclimáticas adequadas. O processo de colheita é de grande importância para garantir a produtividade, pois é necessário que a colhedora esteja regulada corretamente para garantir as condições de umidade do grão e da palha. Por outro lado, cabe ressaltar que o Brasil não é autossuficiente na produção de trigo e, por isso, a importação do grão é necessária (Mendes, 2013; Embrapa Soja, 2014). Em janeiro de 2014, os principais exportadores de trigo para o Brasil eram Estados Unidos (54,9%), Uruguai (25,8%), Canadá (14,4%) e Argentina (4,5%) (Abitrigo, 2014).

Considerando os aspectos necessários para a produção nacional de trigo como direcionadores de competitividade, seus fatores são aqueles relacionados a cada aspecto. O Quadro 2 mostra os indicadores de competitividade para o elo de produção agrícola, bem como a identificação do controle e a representação dos indicadores.

Quadro 2 - Análise dos direcionadores no elo de produção agrícola

Direcionador/fator	Grau de controle				Avaliação/relevância			Resultado
	NC	QC	CG	CF	Indicador	Repres. do indicador	Peso	
<i>P&D</i>								
Sistema de produção		X			F	1	0,40	0,40
Qualidade do grão		X			MF	2	0,60	1,20
							1,00	1,60
Produção de Insumos								
Qualidade		X			MF	2	0,50	1,00
Disponibilidade		X			F	1	0,20	0,20
Tipo		X			F	1	0,30	0,30
							1,00	1,50
<i>Produção do Trigo</i>								
Fatores climáticos	X				MF	2	0,40	0,80
Dimensão geográfica	X				MF	2	0,25	0,50
Recursos hídricos	X				MF	2	0,35	0,70
							1,00	2,00
<i>Importação de Trigo</i>								
Qualidade do grão	X				MF	2	0,55	1,10
Preço	X				F	1	0,45	0,45
							1,00	1,55
<i>Representatividade do elo de produção agrícola na cadeia agroindustrial do trigo</i>								1,66

Fonte: Resultado da pesquisa.

No direcionador “P&D”, as pesquisas e projetos de extensão rural são quase controláveis pelo governo, uma vez que esse pode dispor de financiamentos públicos para auxiliar o setor de P&D a desenvolver melhores sistemas de produção, resultando em maior produtividade e maior qualidade do grão. Mesmo sendo quase controlável pelo governo, esse setor enquadra-se entre favorável e muito favorável (1,60) à competitividade do elo de produção agrícola.

No direcionador “Produção de Insumos”, a qualidade do grão, bem como a quantidade disponível e o tipo que será produzido, é quase controlável pela firma, pois existem as condições climáticas que interferem no processo de produção. Mesmo assim, esse direcionador se apresenta entre favorável e muito favorável (1,50) à competitividade do elo de produção.

No direcionador “Produção de Trigo”, todos os fatores relacionados são não controláveis, uma vez que envolvem características edafoclimáticas que está além do controle humano. Contudo todos esses fatores são muito favoráveis à produção de trigo, o que faz com que esse direcionador também seja muito favorável (2,00) à competitividade do elo.

No direcionador “Importação de Trigo”, a qualidade do grão importado e o preço de importação são fatores não controláveis, mas com grande relevância para

a competitividade do elo de produção agrícola, posicionando-se entre favorável e muito favorável (1,55).

No geral, o elo de produção agrícola caracteriza-se como importante e fundamental para a competitividade da cadeia agroindustrial do trigo, apresentando-se entre favorável e muito favorável (1,6). Tal fato caracteriza a carência de organização do elo, pois esse move toda a cadeia. Seus direcionadores deveriam ser muito favoráveis à competitividade da cadeia.

Dessa forma, propõe-se como medidas de ação corretiva: (i) a disseminação da produção de trigo – o Brasil possui capacidade para expandir a produção de trigo e aumentar sua produtividade, principalmente por meio da produção de variedades distintas que atendem às exigências das indústrias. Deve-se ressaltar que ações públicas e privadas são necessárias para garantir a viabilidade econômica de longo prazo do cultivo do trigo para o produtor rural; (ii) a qualificação da mão de obra – deve-se proporcionar maior acesso da mão de obra aos programas de treinamento e desenvolvimento, uma vez que os recursos humanos podem ser considerados vantagem competitiva no sistema de produção. Além disso, com a modernização da agricultura, o uso de máquinas e implementos agrícolas requer mão de obra cada vez mais qualificada.

3.3 Elo de Processamento

O elo de processamento da cadeia agroindustrial do trigo consiste nos moinhos, que transformam o trigo em farinha, e nas indústrias alimentícias e de ração, que utilizam a farinha e o farelo do trigo como matéria-prima. No entanto, cabe ressaltar que esse elo tem sofrido alterações no decorrer dos anos com a atual tendência de alimentação saudável e a entrada dos transgênicos no mercado, que ainda não é totalmente aceito.

Nos moinhos, o processo de transformação do trigo é simples e resume-se no esmagamento dos grãos de trigo para a obtenção da farinha, como produto principal, e do farelo, como subproduto. De acordo com Rossi e Neves (2004), do total de trigo recebido pelos moinhos, 75% resultam em farinha e 25% em farelo, podendo variar de acordo com a qualidade do grão e dos equipamentos de moagem.

Os moinhos comercializam a farinha para as indústrias alimentícias e o farelo para as indústrias de ração. Nas indústrias alimentícias, a farinha é utilizada para a fabricação de pães, massas, biscoitos e até mesmo empacotada e vendida ao consumidor final.

Contudo a produção desse elo não é suficiente para mover a cadeia, necessitando, portanto, de importação de farinha de trigo. A maior parte dessa importação

é proveniente do Uruguai (33,77%), seguido pelo Paraguai (24,76%) e Argentina (23,52%) (Abitrigo, 2014).

De forma geral, os principais aspectos que podem ser abordados dentro desse elo, relacionados à competitividade da cadeia são, basicamente, a infraestrutura, as indústrias e o processo industrial do trigo. O Quadro 3 mostra os indicadores de competitividade para o elo de processamento do trigo, bem como a identificação do controle e a representação dos indicadores.

Quadro 3 - Análise dos direcionadores no elo de processamento

Direcionador/fator	Grau de controle				Avaliação/relevância			Resultado
	NC	QC	CG	CF	Indicador	Repres. do indicador	Peso	
<i>Infraestrutura</i>								
Maquinários				X	F	1	0,40	0,40
Tecnologia		X			MF	2	0,60	1,20
							1,00	1,60
<i>Produção Industrial</i>								
Subprodutos				X	F	1	0,15	0,15
Capacidade ociosa				X	MF	2	0,25	0,50
Tecnologia		X			F	1	0,30	0,30
P&D				X	MF	2	0,30	0,60
							1,00	1,55
<i>Importação de Farinha de Trigo</i>								
Qualidade				X	MF	2	0,60	1,20
Diferenciação				X	F	1	0,40	0,40
							1,00	1,60
<i>Representatividade do elo de processamento na cadeia agroindustrial do trigo</i>								1,58

Fonte: Resultado da pesquisa.

No direcionador “Infraestrutura”, os maquinários são controláveis pela firma, uma vez que essa escolhe qual marca utilizar e como fazer sua manutenção, enquanto a tecnologia empregada é quase controlável, pois, como o país não produz alta tecnologia (relacionada à cadeia agroindustrial do trigo), ela, muitas vezes, deve ser importada. Assim, a firma não tem controle de sua utilização. No entanto, a partir do momento em que a importação de tecnologia é liberada pelo governo, a firma assume o controle da tecnologia empregada. Nesse contexto, ressalta-se que a infraestrutura no elo de processamento é fundamental para a competitividade, mostrando-se entre favorável e muito favorável (1,60).

No direcionador “Produção Industrial”, apenas a tecnologia empregada é quase controlável pela firma. A explanação desse fato é a mesma decorrente no direcionador “Infraestrutura”. Por outro lado, os subprodutos, a capacidade ociosa e a P&D são controláveis pela firma, uma vez que depende dessa gerenciar os recursos

escassos a fim de produzir com melhor qualidade os seus produtos e subprodutos. A P&D é essencial nessa fase do processo, pois ela ajuda a desenvolver novas técnicas de produção que permitem reduzir a capacidade ociosa. Esse direcionador se apresenta entre favorável e muito favorável (1,55) à competitividade do elo de processamento.

No direcionador “Importação de Farinha de Trigo”, a qualidade e a diferenciação dos produtos são controláveis pela firma, por meio da escolha de matéria-prima, da tecnologia empregada, do país importador etc. Esse direcionador está entre favorável e muito favorável (1,60) à competitividade do elo.

Em geral, esse elo apresenta-se entre favorável e muito favorável (1,58) à competitividade da cadeia agroindustrial do trigo no Brasil. Esse resultado mostra que a competitividade do elo de processamento depende mais do setor privado do que do setor público, porém esse pode intervir criando campanhas sobre nutrição, educação alimentar, entre outras, que podem favorecer ainda mais o setor de P&D desse elo.

Dessa forma, sugere-se, como medida de ação corretiva, maior investimento na atualização tecnológica tanto nos moinhos quanto nas indústrias alimentícias e de ração, pois essa proporcionará aumento de produtividade e qualidade, além da possibilidade do desenvolvimento de novos produtos.

3.4 Elo de Comercialização

Embora exista a transação direta entre as indústrias de ração animal e o produtor rural, grande parte dos produtos chega ao cliente por meio de agentes de distribuição – atacadistas e varejistas. A importância dos canais de distribuição é ainda mais evidente no caso da indústria de alimentos, pois o consumidor final procura esses produtos no varejo.

O atacado é composto por grandes empresas que compram os produtos das indústrias e revendem em grande quantidade para empresas menores, representantes do varejo, ou para o consumidor final. O varejo, por sua vez, é composto por pequenas ou grandes redes, como supermercados e padarias, por exemplo, que compram os produtos diretamente das indústrias ou do atacado e revendem em pequenas quantidades para o consumidor final ou microempresas.

O setor varejista é o responsável por transmitir aos demais setores da cadeia e a todo o elo as informações provenientes dos consumidores, pois esse setor é o que está mais próximo do consumidor final.

A diferenciação do produto está, basicamente, no *marketing* e na inovação de embalagens. Também é possível que empresas desse elo exijam a rastreabilidade do produto para que seu cliente confie em sua marca. Além disso, a rastreabilidade é requi-

sito de todos os sistemas de gestão da qualidade, como a Produção Integrada, APPCC (Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle) e ISO (*International Organization for Standardization*). Esses sistemas de rastreabilidade permitem a diferenciação do produto perante o mercado, facilitando sua comercialização e fidelização do consumidor pela garantia da segurança dos alimentos e do respeito ao meio ambiente (COSTA, 2006).

Nesse elo, há incidência tanto de importações quanto de exportações de trigo e de produtos agroindustrializados, como massas e biscoitos. De acordo com Rossi e Neves (2004), o Brasil mais importa do que exporta esses produtos.

A importação de trigo e de farinha é necessária para movimentar todos os elos da cadeia, pois a produção nacional não é suficiente para esse fim. Contudo a exportação ocorre, principalmente, quanto aos produtos agroindustrializados, como massas e biscoitos.

Tendo em vista esse cenário, os direcionadores de competitividade desse elo estão relacionados com o mercado interno e externo e com a logística utilizada na comercialização dos produtos provenientes do trigo. O Quadro 4 mostra os indicadores de competitividade para o elo de comercialização, bem como a identificação do controle e a representação dos indicadores.

Quadro 4 - Análise dos direcionadores no elo de comercialização

Direcionador/fator	Grau de controle				Avaliação/relevância			Resultado
	NC	QC	CG	CF	Indicador	Repres. do indicador	Peso	
Importação								
Quant. e qual. do trigo				X	F	1	0,20	0,20
Renda interna			X		F	1	0,30	0,20
Quant. e qualidade da farinha				X	F	1	0,25	0,25
Taxa de câmbio		X			N	0	0,25	0,00
							1,00	0,65
Exportação								
Taxa de câmbio		X			N	0	0,40	0,00
Renda externa	X				F	1	0,60	0,60
							1,00	0,60
Transporte								
Infraestrutura				X	F	1	0,25	0,25
Logística				X	MF	2	0,25	0,50
Canais de transporte			X		MF	2	0,30	0,60
Fretes				X	D	-1	0,20	-0,20
							1,00	1,15
Diferenciação								
Marketing				X	MF	2	0,30	0,60
Embalagem				X	F	1	0,10	0,10
Qualidade				X	MF	2	0,40	0,80
Rastreabilidade			X		MF	2	0,20	0,40
							1,00	1,90
Representatividade do elo de comercialização na cadeia agroindustrial do trigo								1,07

Fonte: Resultado da pesquisa.

No direcionador “Importação”, a quantidade e a qualidade do trigo e da farinha importados estão sob o controle da firma, uma vez que cabe a ela a decisão de quanto e de quem importar. Contudo a importação depende da renda interna, que está sob o controle do governo, e da taxa de câmbio, que não está diretamente sob o controle do governo, mas esse pode intervir para que não haja valores exorbitantes da taxa de câmbio. Esse direcionador se mostra entre neutro e favorável (0,65), uma vez que as importações somente darão continuidade ao processo nacional ao qual a cadeia agroindustrial do trigo é submetido.

No direcionador “Exportação”, a taxa de câmbio e a renda externa são os principais aspectos que devem ser observados. A taxa de câmbio segue a mesma explicação descrita no direcionador “Importações”, enquanto a renda externa não pode ser controlada nacionalmente. Esse direcionador está entre neutro e favorável (0,60) à competitividade do elo de comercialização.

No direcionador “Transporte”, com exceção dos canais de transporte, que são controláveis pelo governo, os demais aspectos são controlados pela firma, pois é dela a responsabilidade de manter em boas condições os meios de transporte utilizados para o transporte do seu produto, a otimização da rota de entrega e o valor do frete a ser cobrado. Ao governo cabe manter os canais de transporte, ou seja, as rodovias, ferrovias, hidrovias e aerovias, em condições adequadas para que o transporte não prejudique a qualidade do produto. Esse direcionador é de grande importância para a competitividade do elo, embora se enquadre entre favorável e muito favorável (1,15).

No direcionador “Diferenciação”, apenas a rastreabilidade é controlada pelo governo, visto que existem leis que obrigam alguns produtos a serem rastreados, como carnes e medicamentos. No caso do trigo, a rastreabilidade é facultativa e, por isso, as empresas que a adotam o fazem como diferenciação do seu produto. Em relação aos demais tipos de diferenciação, como *marketing*, embalagem e qualidade, todos são controláveis pela firma. Esse direcionador está entre favorável e muito favorável (1,90) à competitividade do elo.

De modo geral, esse elo apresenta-se entre favorável e muito favorável (1,07) à competitividade de toda a cadeia. Isso mostra que, embora as importações e as exportações não sejam favoráveis à competitividade da cadeia agroindustrial nacional do trigo, o elo o é, pois a diferenciação do produto compensa essa falta de competitividade.

Dessa forma, propõem-se como medidas de ação corretiva projetos de expansão e modernização do varejo, como mercados e padarias, bem como o aumento dos investimentos nos canais de transporte e maior intervenção governamental na taxa de câmbio.

3.5 Elo de Consumo

De acordo com Rossi e Neves (2004), o maior empecilho para o aumento do consumo de derivados do trigo é mais de caráter econômico (baixo poder aquisitivo) do que cultural (hábito alimentar). Um fator que o consumidor leva em consideração é a segurança do alimento. Preocupado com a saúde, o consumidor exige cada vez mais produtos com o menor uso possível de agrotóxicos. Alguns problemas podem afetar a segurança dos alimentos ainda na lavoura, tais como presença de insetos, resíduos de agroquímicos, fungos e microtoxinas (Antunes, 2008). Outrossim, o consumidor procura praticidade e eficiência no preparo dos alimentos, pois a modernização fez com que o tempo se tornasse um fator escasso. Sendo assim, o Quadro 5 mostra os indicadores de competitividade para o elo de consumo, bem como a identificação do controle e a representação dos indicadores.

Quadro 5 - Análise dos direcionadores no elo de consumo

Direcionador/fator	Grau de controle				Avaliação/relevância			Resultado
	NC	QC	CG	CF	Indicador	Repres. do indicador	Peso	
Hábitos Alimentares								
Cultura	X				F	1	0,35	0,35
Preferência/gosto	X				F	1	0,25	0,25
Renda			X		F	1	0,40	0,40
							1,00	1,00
Renda								
Poupança	X				N	0	0,50	0,00
Investimento	X				N	0	0,50	0,00
Preço do produto		X			F	1	0,60	0,60
							1,00	0,60
Segurança do Alimento								
Qualidade do produto				X	MF	2	0,40	0,80
Higiene do local de venda				X	MF	2	0,30	0,60
Saúde/nutrição		X			MF	2	0,30	0,60
							1,00	2,00
Conveniência								
Praticidade no preparo				X	MF	2	0,35	0,70
Opção de consumo	X				F	1	0,30	0,30
Descentralização do varejo	X				F	1	0,35	0,35
							1,00	1,35
Representatividade do elo de consumo na cadeia agroindustrial do trigo								1,23

Fonte: Resultado da pesquisa.

No direcionador “Hábitos Alimentares”, a cultura e a preferência/gosto pelo trigo não podem ser controladas nem pelo governo nem pela firma. O governo pode iniciar campanha de nutrição alimentar sem, contudo, esperar retorno a curto prazo. Os hábitos alimentares estão na cultura da população e é preciso iniciar uma nova

cultura com a nova geração, o que levaria mais de 100 anos. Por outro lado, o governo pode controlar a renda da população, controlando, assim, de forma indireta, o consumo de trigo no país, pois quanto maior a renda, maior o consumo. Dessa forma, esse direcionador se mostra favorável (1,00) à competitividade do elo de consumo.

No direcionador “Renda”, fatores como poupança e investimento, que são não controláveis, pouco influenciam na competitividade do elo, pois independentemente de quanto o consumidor decidir poupar e investir, parte da sua renda é obrigatoriamente destinada à alimentação – necessidade básica do ser humano. Por outro lado, o preço do produto interfere na decisão de compra, uma vez que existem substitutos perfeitos para os derivados de trigo. Sendo assim, esse direcionador está entre neutro e favorável (0,60) quando relacionado à competitividade do elo de consumo.

No direcionador “Segurança do Alimento”, a qualidade do produto e a higienização do local de produção e venda são de fundamental importância para garantir a segurança do alimento e são controláveis pela firma. O fator saúde/nutrição, por sua vez, não pode ser controlado, mas pode haver intervenção governamental para melhorar o sistema público de saúde e reduzir a desnutrição, incluindo os derivados de trigo na cesta básica alimentar. Todos esses fatores contribuem fortemente para a competitividade do elo de consumo, fazendo com que esse direcionador seja muito favorável (2,00).

No direcionador “Conveniência”, a praticidade no preparo dos alimentos é o único fator que a firma pode controlar. As opções de consumo, isto é, variedades, e a descentralização do varejo são fatores não controláveis, apesar de a firma poder escolher o ponto de venda onde construir seu negócio. De qualquer forma, esse direcionador está entre favorável e muito favorável (1,35) à competitividade do elo de consumo.

No geral, o elo de consumo está entre favorável e muito favorável (1,23) à competitividade da cadeia agroindustrial do trigo. Esse é um dos principais elos devido ao fato de fornecer o *feedback* necessário para o bom funcionamento dos demais elos. Contudo observa-se que esse elo necessita de melhoras no que diz respeito aos hábitos alimentares do consumidor e à renda.

Dessa forma, propõe-se como medida de ação corretiva para esse elo, políticas que incentivem o aumento do consumo dos derivados do trigo, pois ainda existem tabus como “pão e massas engordam” o que faz com que a população reduza o consumo dos derivados do trigo. No entanto, se consumidos em uma dieta balanceada, esses produtos são bastante nutritivos e essenciais na alimentação. Portanto, faz-se necessária a elaboração de um plano de comunicação que enfatize a importância nutricional e funcional dos derivados do trigo na alimentação humana.

3.6 Ambiente Institucional

Os incentivos à produção brasileira de trigo iniciaram-se a partir da década de 1960 e, até a década de 1980, o governo federal incentivou a produção por meio da fixação de preço mínimo pago aos agricultores, do favorecimento dos produtores na obtenção de crédito rural, e agindo como monopolista/monopsonista na comercialização do trigo. Na década de 1990, com a abertura comercial, o monopólio na comercialização do trigo foi extinto e a importação do cereal foi permitida, o que fez com que o preço mínimo pago aos agricultores se igualasse ao preço internacional do trigo. Nessa década, os subsídios à produção foram extintos. A partir da década de 2000, as políticas específicas para a triticultura foram extintas, permanecendo para essa atividade as políticas gerais para as culturas de inverno e para a agricultura como um todo (FERNANDES FILHO, 1994; BRUM *et al.*, 2004).

Os principais instrumentos de apoio concedidos pelo Governo Federal à triticultura e outras culturas do agronegócio brasileiro são: Prêmio Equalizador Pago ao Produtor (Pepro); Programa Nacional de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro); Prêmio de Escoamento do Produto (PEP); Aquisições do Governo Federal (AGF); Empréstimo do Governo Federal (EGF); Cédula do Produto Rural (CPR); Seguro Agrícola; Financiamento para Custeio e Comercialização; Financiamento para Investimento (MAPA, 2012).

Dentro desse contexto, os direcionadores de competitividade que se fazem necessários são as medidas adotadas pelo Governo Federal e o acompanhamento do contexto externo de barreiras, *dumping* e protecionismo. O Quadro 6 mostra os indicadores de competitividade para o ambiente institucional, bem como a identificação do controle e a representação dos indicadores.

Quadro 6 - Análise dos direcionadores no ambiente institucional

Direcionador/fator	Grau de controle				Avaliação/relevância			Resultado
	NC	QC	CG	CF	Indicador	Repres. do indicador	Peso	
Governo								
Subsídios			X		MF	2	0,30	0,60
Políticas públicas			X		F	1	0,40	0,40
Tributação			X		D	-1	0,30	-0,30
							1,00	0,70
Barreiras								
Dumping	X				MD	-2	0,40	-0,80
Protecionismo	X				D	-1	0,30	-0,30
Tarifas	X				D	-1	0,30	-0,30
							1,00	-1,40
Representatividade do ambiente institucional na cadeia agroindustrial do trigo								-0,35

Fonte: Resultado da pesquisa.

No direcionador “Governo”, os fatores são todos controláveis por ele, sendo que os subsídios concedidos à cadeia agroindustrial do trigo são muito favoráveis à competitividade, pois possibilita ao produtor condições para aumentar sua produção. As políticas públicas são favoráveis, pois disponibilizam maior acesso aos subsídios. Por outro lado, a tributação é um fator desfavorável devido ao fato de que muitos produtores de trigo não auferem renda suficiente e, com a tributação elevada, a produção de trigo torna-se inviável. Nessa perspectiva, esse direcionador está entre neutro e favorável (0,70) à competitividade do ambiente institucional.

No direcionador “Barreiras”, todos os fatores são não controláveis, uma vez que são fatores externos à economia brasileira e, por isso, são desfavoráveis ou muito desfavoráveis à competitividade do ambiente institucional. Dessa forma, a competitividade desse direcionador está entre muito desfavorável e desfavorável (-0,35) à competitividade de todo o ambiente institucional.

Considerando essa situação, as ações de medidas corretivas propostas giram em torno da maior participação e intervenção governamental dentro da cadeia agroindustrial do trigo, aumentando a proteção nacional ao cereal, facilitando o acesso às linhas de crédito, criando políticas específicas para a cultura do trigo etc.

Dentro desse contexto, o Quadro 7 resume o resultado da competitividade de cada elo na cadeia agroindustrial do trigo.

Quadro 7 - Análise dos direcionadores em todos os elos da cadeia agroindustrial do trigo

Elos	Resultados	Representatividade do indicador
Insumos	0,87	Neutro – Favorável
Produção agrícola	1,66	Favorável – Muito Favorável
Processamento	1,58	Favorável – Muito Favorável
Comercialização	1,07	Favorável – Muito Favorável
Consumo	1,23	Favorável – Muito Favorável
Ambiente Institucional	-0,35	Muito Desfavorável – Desfavorável

Fonte: Resultado da pesquisa.

O ambiente institucional que envolve toda a cadeia agroindustrial do trigo apresentou um resultado contrário ao que se esperava, pois é um ambiente que age em todos os elos e, por isso, deveria se mostrar um dos mais competitivos. No entanto o resultado mostra que o que mais prejudica a competitividade da cadeia é o ambiente institucional. Ou seja, as ações governamentais não estão sendo suficientes para garantir a competitividade da cadeia. Outrossim, com a cadeia sendo influenciada pelas importações e exportações, o ambiente externo

age negativamente pelo fato de não poder ser controlado pelo governo ou pela firma.

Em relação aos elos, o de insumos é o que menos influencia a competitividade da cadeia agroindustrial do trigo, porém os insumos são necessários para que haja uma produção agrícola de qualidade que, por sua vez, é o elo que possui maior influência na competitividade da cadeia. Embora os demais elos estejam representados entre favorável e muito favorável, sua influência na competitividade da cadeia é pequena.

Os resultados obtidos pelo Quadro 7 mostram que todos os elos da cadeia agroindustrial do trigo no Brasil precisam de melhorias para ampliar a coordenação da cadeia e a comunicação entre os elos. A melhor organização dos agentes é necessária para amenizar os gargalos em cada elo.

4. Considerações Finais

Este artigo teve como objetivo analisar a competitividade da cadeia agroindustrial do trigo no Brasil por meio de indicadores de competitividade em cada elo da cadeia. Observou-se a necessidade imediata do desenvolvimento de estrutura organizacional que permita a integração total entre os diferentes elos do sistema e suas respectivas associações setoriais, ou seja, deve-se tornar a cadeia mais coordenada entre seus elos.

O elo de insumos mostrou-se o mais fraco de toda a cadeia, embora seja o principal elo quando relacionado à qualidade do produto, pois a qualidade, seja do trigo, seja dos produtos agroindustrializados, só é possível com a qualidade dos insumos utilizados na produção agrícola. Esse elo deve ser objeto de estudo a fim de melhorar sua competitividade dentro da cadeia.

Contrariamente, o elo de produção agrícola é o mais competitivo de toda a cadeia, embora a produção nacional não seja suficiente para suprir a demanda. No entanto as importações de trigo possibilitam maior competitividade desse elo, uma vez que auxilia no suprimento de matéria-prima para o elo seguinte.

O elo de processamento é o segundo mais competitivo, mostrando inter-relação com o elo antecedente. Contudo ressalta-se que nesse também ocorre importações de farinha, o que auxilia no suprimento do próprio elo para a produção da indústria alimentícia.

Um fato observado e que merece atenção é que os elos com maior incidência de importações (produção agrícola e processamento) são os que possuem maior competitividade dentro da cadeia. Embora o setor de comercialização também

possua importações de massas e biscoitos, essa não é tão representativa dentro da cadeia como o são as importações de trigo e farinha.

Por sua vez, o elo de consumo está no meio da cadeia em termos de competitividade, no entanto deveria ser um dos mais fortes por fornecer o *feedback* para os demais elos. Esse elo exige pesquisas mais profundas, uma vez que as preferências dos consumidores mudam de acordo com as tendências que surgem.

O que se observa é a pouca interação entre os agentes da cadeia dentro de cada elo e entre os elos, o que dificulta a maior organização e coordenação da cadeia. Em geral, para melhorar a coordenação entre os elos, é necessário que algumas políticas específicas para cada elo sejam adotadas, bem como para a cadeia como um todo. Primeiramente, faz-se necessário dizer que existe grande informalidade dentro da cadeia, isto é, agentes que atuam de forma ilegal, prejudicando todo o setor, pois, além de não recolherem impostos e representarem concorrência desleal, eles reduzem a credibilidade e a qualidade de todo o setor. Esses agentes informais devem ser retirados da cadeia ou legalizados.

Outro aspecto que contribuiria para a melhoria da coordenação da cadeia é a intervenção governamental por meio de financiamentos de projetos e investimentos em infraestrutura, bem como facilitar o acesso às linhas específicas de crédito para a atividade agrícola e subsidiar pesquisas científicas, projetos de renovação tecnológica, entre outros.

Considerando que a produção de trigo no Brasil, é proveniente de pequenos produtores, a redução e/ou isenção de impostos no elo de produção agrícola proporcionaria incentivo para aumento da produção.

Portanto, para pesquisas futuras, sugere-se maior detalhamento dos agentes dentro de cada elo a fim de identificar os verdadeiros gargalos para que as soluções propostas possam ser pontuais e, conseqüentemente, eficazes. Além disso, pode-se utilizar de entrevistas com os agentes para que a real visão e situação do setor possam ser abordadas, ponto esse que é uma limitação deste artigo.

Referências

- ABITRIGO – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DO TRIGO. *Boletim informativo*: Ed. 94, ano IV, nº 94, São Paulo, 16/12/2013. Disponível em: <http://www.abitrigo.com.br/boletins/BO_94-16-12-2013.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2014.
- ABITRIGO – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DO TRIGO. *Brasil: importação de trigo 2014 (por país)*. Disponível em: <http://www.abitrigo.com.br/pdf/mdic/importacao_trigo.PDF>. Acesso em: 22 abr. 2014.

- ALEXANDRE, J. W. C.; ANDRADE, D. F. de.; VASCONCELOS, A. P. de.; ARAÚJO, A. M. S. de; BATISTA, M. J. *Análise do número de categorias da escala de Likert aplicada à gestão pela qualidade total através da teoria da resposta ao item*. In.: XXIII ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO. Ouro Preto, out. 2003. Disponível em: <http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP2003_TR0201_0741.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2014.
- ANTUNES, J. M. *Sistema de produção integrada confere rastreabilidade para o trigo*. Disponível em: <<http://www.embrapa.gov.br/imprensa/noticias/2008/janeiro/4a-semana/sistema-de-producao-integrada-confere-rastreabilidade-para-o-trigo/>>. Acesso em: 17 nov. 2008.
- BRUM, A. L.; HECK, C. R.; LEMES, C. da L. As políticas brasileiras de fomento à cultura do trigo. *Desenvolvimento em Questão*, ano 2, nº 3, p. 95-117, jan./jun. 2004.
- COSTA, M. das G. da; SOUZA, E. L. de; STAMFORD, T. L. M.; ANDRADE, S. A. C. Qualidade tecnológica de grãos e farinhas de trigo nacionais e importados. *Ciência e Tecnologia de Alimentos*, Campinas, vol. 28, nº 1, p. 220-225, jan./mar. 2008.
- COSTA, T. S. da. *Produção de alimentos seguros no setor conserveiro da região sul do Rio Grande do Sul: um estudo de caso*. Dissertação. 85f. Programa de Pós-Graduação em Ciência e Tecnologia Agroindustrial – Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2006.
- CUNHA, G. R. da; PIRES, J. L. F. *Sistemas de cultivo para rendimento elevado em trigo e o desafio das correlações indesejadas*. Passo Fundo: Embrapa Trigo, 2005. 7p. html. (Embrapa Trigo. Documentos Online, 48). Disponível em: <http://www.cnpt.embrapa.br/biblio/do/p_do48.htm>. Acesso em: 24 nov. 2008.
- DEMNICIS, B. B.; VIEIRA, H. D.; ARAÚJO, S. A. C.; JAARDIM, J. G.; PÁDUA, F. T.; CHAMBELA NETO, A. Dispersão natural de sementes: importância, classificação e sua dinâmica nas pastagens tropicais. *Arch. Zootec.*, vol. 58, p. 35-58, 2009.
- EMBRAPA Mandioca e Fruticultura – EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA, Centro Nacional de Pesquisa de Mandioca e Fruticultura. *Cultivo da banana para o ecossistema dos Tabuleiros Costeiros: uso de agrotóxicos*. Embrapa Mandioca e Fruticultura. Disponível em: <<http://www.sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Banana/BananaTabCosteiros/agrotoxicos.htm>>. Acesso em: 18 jul. 2014.

- EMBRAPA Soja – EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA, Centro Nacional de Pesquisa de Soja. *Qualidade industrial do trigo: cultivares de trigo*. Embrapa Soja. Disponível em: <<http://www.dag.uem.br/pet/home/Qualidade%20Industrial%20do%20trigo%20-%20Cultivares%20de%20trigo.pdf>>. Acesso em: 9 jun. 2014.
- FERNANDES FILHO, J. F. *Análise da política brasileira de fomento à produção de trigo – 1930/1990: um caso particular de continuidade*. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação da FGV/EAESP. Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 1994.
- GONZALEZ, Bernardo C. R. e COSTA, Silvia, M. A. L. *Agricultura Brasileira: Modernização e Desempenho*, Teoria e Evidência Econômica, Passo Fundo, 1998, v. 5, nº 10, p. 7-35
- GUARIENTI, E. M. *Qualidade industrial do trigo*. Passo Fundo: Embrapa Trigo, 1996.
- MAPA – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. *Política agrícola brasileira para a triticultura e demais culturas de inverno*. Brasília: MAPA, 2012.
- RAS – REDE DE AGRICULTURA SUSTENTÁVEL. *Produção de adubo orgânico*. Disponível em: <[HTTP://www.agrisustentavel.com/san/adubo.htm](http://www.agrisustentavel.com/san/adubo.htm)>. Acesso em: 20 ago. 2014.
- ROSSI, R. M.; NEVES, M. F. *Estratégias para o trigo no Brasil*. São Paulo: Atlas, 2004.
- SAAB, A.A.; PAULA, R.A. O mercado de fertilizantes no Brasil: diagnósticos e propostas de políticas. *Revista de Política Agrícola*, vol. 17, nº 2, abr./maio/jun., 2008.
- SEAB – SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO. *Trigo*. 06/03/2014. Disponível em: <<http://www.agricultura.pr.gov.br/modules/qas/uploads/3768/prognosticotrigo2014.pdf>>. Acesso em: 19 set. 2014.
- SEBRAE – SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. *Metodologia do Programa Sebrae: cadeias produtivas agroindustriais*. Brasília: Sebrae/NA, 2000.
- SILVA, C. A. da.; SOUZA FILHO, H. M. de. *Guidelines for rapid appraisals of agrifood chain performance in developing countries*. Food and Agriculture Organization of the United Nations, Rome, 2007.
- WALTER M. *A importância da semente na agricultura*. Disponível em: <www.ufsm.br/sementes/docs/importancia.doc>. Acesso em: 25 jul. 2014.

Flávio Nunes da Silva¹
Estevan Henrique Coelho¹
Matheus Sleiman da Costa¹
Dra. Marta Cristina Marjotta-Maistro
marjotta@cca.ufscar.br - Prof^a. Adjunta
do Departamento de Tecnologia Agroin-
dustrial de Socioeconomia Rural, UFSCar,
Campus de Araras - SP.

¹Graduandos em Engenharia Agrônômica
na UFSCar, Araras - SP.

Análise da logística do transporte de soja em grãos para o mercado doméstico e internacional

*Analysis of soybean
logistic transportation to
domestic and international
markets*

Resumo

O conteúdo do artigo tem o intuito de caracterizar a infraestrutura logística de transporte e armazenagem de soja em grão para o mercado doméstico e de exportação com base no estudo de logística e mercado do complexo agroindustrial da soja. Identificaram-se os principais estados produtores de soja no Brasil, mapearam-se as rotas de escoamento e os principais portos brasileiros responsáveis pela exportação da soja em grão, seus principais destinos e os modais adequados para o transporte do grão. Notou-se a grande produção de soja no estado do Mato grosso *vis-à-vis* os demais estados produtores e, como era de se esperar identificou-se o modal rodoviário como o principal modal para o transporte até os portos.

Palavras-chave: Modal de Transporte; Portos; Exportação de Soja.

Abstract

The content of the article has the intention of characterizing the logistic infrastructure of soybean transportation and storage in the domestic market and for exportation based on soybean complex. It was possible to identify the main producer states of soybean in Brazil, to map the soybean route, the main ports for its exportation and the main final destination and the soybean modal transportation that is the best to transport soybean. It was noticed that the largest soybean producer state was Mato Grosso, as well as the most common modal used was the highways.

Keywords: Transport Modal; Ports; Soybean Exportation.

1. Introdução

O sistema logístico integra os fluxos físicos e de informações como a movimentação de materiais e produtos, desde a previsão para que nunca falte o fornecimento de insumos e o planejamento da produção e distribuição para seus

destinos. As áreas de atuação da logística são a montante, que é o fornecimento de matéria prima ou logística de entrada que abrange às operações e à troca de informações nos locais de fornecimento, a logística interna, que se refere à produção e à distribuição dos produtos, e a jusante, que é a responsável pela distribuição dos produtos ou logística de saída, referente às operações e à comunicação de distribuição (ALVES, 2001).

Bowersox & Closs (2009), citando o *Council of Logistics Management*, define logística como o processo de planejamento, implementação e controle eficiente e eficaz do fluxo e armazenagem de mercadorias, serviços e informações relacionadas desde o ponto de origem até o ponto de consumo, com o objetivo de atender às necessidades dos clientes.

Os mesmos autores estendem esse conceito e focalizam o que vem a ser a logística integrada. Nesse sentido, a logística é vista como a competência que vincula a empresa a seus clientes. Ao expandir essa abordagem integrando fornecedores e cliente, a empresa estará realizando o gerenciamento da cadeia de suprimento. O processo tem duas ações inter-relacionadas: fluxo de materiais e fluxo de informações.

Como fluxo de materiais se considera que as operações logísticas têm início com a expedição inicial de materiais ou componentes por um fornecedor, e terminam quando um produto fabricado ou processado é entregue a um cliente. Dessa forma, esse fluxo estará diretamente ligado: à distribuição física (que é a movimentação de produtos acabados); ao apoio à manufatura (que se concentra no gerenciamento de estoque em processo à medida que esse flui entre as fases da fabricação); ao suprimento (que abrange a compra e a organização da movimentação de entrada de materiais).

O fluxo de informações identifica os locais específicos, dentro de um sistema logístico, em que é preciso atender a um tipo de necessidade. Sem informação precisa, o esforço do sistema logístico pode ter sido em vão. A informação logística abrange dois tipos principais de fluxo: os fluxos de coordenação (que resultam em planos que especificam os objetivos estratégicos, as limitações de capacidade, as necessidades logísticas, o posicionamento de estoques, as necessidades de fabricação, as necessidades de suprimento, as projeções) e os fluxos operacionais (que estão relacionados com o gerenciamento das operações para receber, processar e expedir o estoque na forma desejada para processar tanto os pedidos de compra quanto os dos clientes).

De acordo com Ballou (2009), um dos objetivos da logística é melhorar o nível de serviço oferecido ao cliente, tendo a qualidade do fluxo de produtos e

serviços gerenciado como nível de serviço logístico. A logística, portanto, é um fator que pode ser utilizado como estratégia para uma organização, sendo que a sua aplicação se dá desde a escolha adequada de fornecedores, passando pela organização e chegando ao consumidor final.

Para esse mesmo autor, as atividades logísticas nem sempre tiveram importância dentro das organizações, sendo que poderia se dividir o desenvolvimento histórico da atividade em três períodos: antes de 1950; entre 1950 e 1970 e a partir de 1970.

No primeiro período, havia conflitos de objetivos e de responsabilidades, as empresas fragmentavam a administração de atividades-chave da logística (estoque de responsabilidade do marketing e das finanças). Somente com as atividades militares na Segunda Guerra que o conceito de logística começou a ser sedimentado. Nesse período, de acordo com Ballou (2009), certa ineficiência na distribuição de produtos ainda poderia ser tolerada.

No período seguinte, entre 1950 e 1970, um estudo sobre o papel que o transporte aéreo poderia desempenhar na distribuição física mostrou que o alto custo de transporte poderia ser compensado pela velocidade na entrega e baixa necessidade de estoque, assim, conceituou-se o que seria custo total. Ou seja, o conceito de custo total reconhece que os custos individuais (de transporte, de estoque e de processamento de pedidos) exibem comportamentos conflitantes, devendo ser examinados coletivamente e balanceados no ótimo; o ponto de custo mínimo total ficará em um lugar intermediário entre os três custos.

A partir de 1970, acontecimentos tais como o embargo petrolífero com elevação do preço do petróleo, o que levou ao aumento do custo de transporte, crescimento do mercado de consumo mais lento e o surgimento da inflação, levou a se repensar na necessidade de controlar custos, aumentar a produtividade e controlar a qualidade dos bens produzidos. Esse alto grau de interesse pelo melhor gerenciamento das empresas levou ao conceito de logística integrada, esta sendo entendida como a integração tanto da administração de materiais como da administração física, conformando a logística empresarial.

De acordo com Novaes (2001), hoje a logística refere-se ao processo de planejar, implementar e controlar, de maneira eficiente, o fluxo e a armazenagem de produtos, bem como os serviços de informação associados, cobrindo desde o ponto de origem até o ponto de consumo, com o objetivo de atender aos requisitos do consumidor.

Para um planejamento logístico eficiente, é necessário considerar os custos envolvidos e avaliar quais as melhores formas de se compensar esses custos,

dado que as atividades envolvidas no planejamento, principalmente, transporte e armazenagem, apresentam certo conflito econômico. Tem-se um *trade-off* entre transporte e armazenagem.

De acordo com Ballou (2009), quanto maior o número de depósitos menor o custo de transporte, pois se consegue levar mais carga para os armazéns a custos menores, e menores volumes podem ser transportados por distâncias menores entre os armazéns e o cliente; maior o custo de estoque e maior o custo de processamento de pedidos, dado que mais estoque é necessário para manter o mesmo nível de disponibilidade do produto, e os depósitos servem como ponto de processamento de pedidos.

Ainda segundo o autor, pode-se dizer que existem quatro razões básicas que justificam a necessidade de armazenagem: reduzir custos de transporte e de produção; coordenar suprimentos e demanda na unidade produtora; auxiliar o processo de produção; auxiliar o processo de marketing, dada a sazonalidade de consumo de certos produtos, em específico, de produtos agrícolas.

A natureza e a extensão dos riscos na atividade de armazenagem são discutidas por Bowersox & Closs (2009). Para esses autores, a natureza e à extensão dos riscos variam dependendo da posição da empresa no canal de distribuição, ou seja, está localizada na produção, no atacado ou no varejo.

No caso de o agente ser o produtor, o investimento em estoque começa com matérias-primas e componentes, como também inclui estoques de produção em processo e termina em produtos acabados; são investimentos de maior profundidade e de longa duração, apesar de as linhas de produtos serem menores. Já na atividade de atacadista, a exposição desse agente ao risco é menor do que a dos fabricantes, mas é mais profunda e de mais longa duração que do varejista; quando os produtos são sazonais, os atacadistas são forçados a formar estoques com grande antecedência às vendas, aumentando a profundidade e a duração do risco. Por fim, no elo varejista, pelo fato de comprar ampla variedade de produtos e assumir o risco no processo de comercialização, são estoques amplos e de alta rotatividade; os varejistas tentam empurrar os estoques para trás, ou seja, tentam aumentar as responsabilidades dos produtores, no sentido de exigirem entregas menores de cargas e com maior frequência.

Considerando, portanto, as definições e as relações citadas anteriormente, percebe-se, que no momento da tomada de decisão para iniciar atividade econômica produtiva e, mesmo na condução dessa atividade, os custos logísticos devem ser considerados, englobando transporte, armazenagem e manutenção de estoque. Esses custos logísticos tendem a variar de país para país.

A Fundação Dom Cabral (2014) mostrou que o custo logístico do Brasil, em 2014, estabeleceu-se na ordem de 11,19% do Produto Interno Bruto do país e que, nesse mesmo ano, segundo Larrañaga (2009), os custos logísticos nos Estados Unidos corresponderam a 8,8% do PIB deste país. Dentre as atividades logísticas consideradas no caso brasileiro, a de maior participação relativa no custo logístico total foi a de transportes, com cerca de 60% do custo, seguida do custo com estoque, 31%, e de armazenagem, 5%, o restante ficando por conta de custos de administração.

A matriz de transporte brasileira, de acordo com a Agência Nacional de Transporte Terrestre (2012), é composta pelos modais rodoviário, ferroviário, dutoviário, aquaviário e aéreo. A maior participação fica por conta do modal rodoviário, com 52% do transporte de cargas sendo realizado por esse modal. Em segundo lugar, está o transporte ferroviário, com um percentual de 30%, seguido da cabotagem com 8%, o modal hidroviário com 5%, dutoviário com 5% e, por último, o modal aéreo, sendo responsável por menos de 1% do transporte nacional.

A maior utilização de rodovias tem levado a maiores custos de transporte, dado que os custos de se utilizar esse modal são maiores que os de outros modais, principalmente para longas distâncias. Em outros países, de acordo com os dados do Ministério dos Transportes (2009), os outros modais têm maior participação na matriz de transporte, como é o caso dos EUA, em que a ferrovia é responsável por movimentar 43% das cargas; já na Rússia, esse percentual (para as ferrovias) passa para 81%. Essas participações relativas dos modais na matriz de transporte dos países fornecem indicações de quanto o custo logístico total é majorado pelo custo de transporte.

Considerando os produtos agrícolas, o modal rodoviário também predomina no transporte desses produtos e, em função de grandes distâncias percorridas, o preço final do produto fica onerado. Os agentes do agronegócio estão em busca de soluções menos onerosas para a movimentação da produção, sendo o modal ferroviário e alguns trechos de hidrovia (como a hidrovia Tietê-Paraná) os mais propícios para a redução dos custos de transporte.

2. Objetivos

O objetivo geral deste artigo é caracterizar a infraestrutura logística, de transporte e armazenagem, de soja em grão para o mercado doméstico e de exportação.

Os objetivos específicos são:

- a) Identificar e quantificar as principais regiões brasileiras produtoras de soja;

- b) Fazer um levantamento dos locais e da capacidade estática de estocagem da soja em grão;
- c) Identificar maiores centros consumidores internacionais do produto, destacando o seu fluxo;
- d) Mapear as principais rotas de distribuição da soja, seja aquela direcionada para o mercado doméstico, como aquela enviada aos portos para exportação;
- e) Levantar os principais modais de transporte utilizados para movimentação do produto, bem como a existência ou a possibilidade de intermodalidade no transporte;
- f) Caracterizar os principais portos por onde é escoada a soja brasileira.

3. Referencial Teórico, Material e Métodos

3.1 Referencial Teórico: Conceitos sobre Logística¹

O sistema logístico integra fluxos físicos e de informação responsáveis pela movimentação de materiais e produtos, gerando cadeia de suprimentos.

A gestão da cadeia de suprimentos visa à sincronização entre fluxos físicos de produtos e fluxo de informações sobre a necessidade do mercado, propondo apressar o suprimento das necessidades por meio do uso da informação, em vez de antecipar estoques para a satisfação da demanda.

O conceito de cadeia de suprimentos tem relação direta com o conceito de cadeia de produção agroindustrial, que, quando percorrida desde as zonas de produção até o consumidor final, é dividida em três macros segmentos, sendo estes: comercialização, industrialização e matérias-primas.

A gestão logística cuida da movimentação geral dos produtos, sendo responsável pela gestão de suprimentos, apoio à produção e distribuição física, tendo como objetivo geral o de evitar o suprimento de produtos e a estocagem em excesso, procurando manter os custos de produção os mais baixos possíveis.

O sistema logístico é composto pelos canais logísticos, que é formado por empresas independentes que, combinadas, conseguem entregar o produto ou materiais na data e local corretos, contudo esses dependem das tecnologias dos processos operacionais e da comunicação ao poder dos agentes que participam dos canais de distribuição associados.

¹ Esta seção foi baseada em Batalha (2001).

Um dos canais logísticos é chamado de transferência, que engloba o transporte de cargas da origem a seu destino final, sendo que esse pode ser feito por meio de modais de transporte que são: ferroviário, rodoviário, hidroviário (fluvial ou marítimo), aeroviário e dutoviário. Esses modais diferenciam-se pela rapidez, abrangência, custo, segurança e estrutura de instalações necessárias.

O modal rodoviário é o que apresenta a maior flexibilidade em detrimento da maior disponibilidade do serviço e velocidade. Ele é facilmente adaptável à carga e à descarga e, para distâncias entre 650 a 800 km, é o modal mais econômico em relação aos demais.

O modal aeroviário só se apresenta em cidades de porte médio a grande, onde exista a infraestrutura necessária para a operação, a enorme vantagem que esse modal apresenta é sua velocidade para grandes distâncias. Contudo a capacidade de transporte é limitada pela dimensão dos porões dos aviões, sendo necessário o acondicionamento de produtos leves. Embora obtenha um custo mais elevado, sua eficiência é refletida no custo total logístico.

O modal hidroviário, principalmente o marítimo, apresenta grande variabilidade no tempo de viagem, devido ao fato de depender de inúmeros fatores desde a organização dos portos até as condições climáticas. É usado principalmente para carga a granel (soja). O transporte fluvial fica limitado às hidrovias, mais lento que o modal ferroviário, ficando sujeito às condições meteorológicas.

O modal dutoviário é altamente inflexível, dependendo da estrutura das instalações, contudo opera continuamente, porém lento, mas com grande capacidade de transporte.

O modal ferroviário é usado para a movimentação em massa de cargas com baixo e médio valor agregado. É muito usado para cargas homogêneas a granel de grandes volumes e distâncias. O serviço ferroviário para volumes de cargas pequenas é caro. O modal ferroviário normalmente é conjugado com outros modais, gerando o conceito de intermodalidade.

Intermodalidade é quando a movimentação de mercadorias requer mais de um meio de transporte. O transporte intermodal deve ser projetado com base na compatibilidade de cargas, sendo favorecido pela unitização das cargas, reduzindo os custos de manuseio do produto.

3.2 Material e Métodos

A pesquisa em que se baseia este artigo foi realizada com a utilização de dados secundários oriundos de outras publicações, cujo conteúdo principal

teve por suporte a revisão bibliográfica levada a efeito, utilizando-se livros, trabalhos acadêmicos, *sites* especializados tanto do setor público quando do setor privado, tomando-se o cuidado de verificar a consistência do conteúdo teórico e dos dados obtidos. O escopo da análise consistiu no mapeamento da literatura relacionada à cultura de soja e sua logística de armazenagem e transporte.

Para elaborar o panorama da logística do escoamento da soja em grãos, foram definidas rotas aliadas à existência de modais compatíveis com o transporte do produto, considerando mapas e dados secundários de órgãos públicos, como, por exemplo, do Ministério dos Transportes.

As informações sobre a estrutura portuária foram encontradas, também a título de exemplificação, na Secretaria Especial de Portos (SEP) e ANTAQ (Agência Nacional de Transportes Aquaviários). As demais fontes são citadas à medida que os dados/informações vão sendo revelados. A discussão das informações relevantes para o atingimento dos objetivos propostos constituem as próximas seções.

4. Resultados e Discussão

4.1 Identificação e Caracterização das Principais Regiões Brasileiras Produtoras de Soja

A soja (*Glycine Max (L.) Merrill*), que hoje é cultivada mundo afora, é originária de espécies de plantas rasteiras que se desenvolviam na costa leste da Ásia, principalmente ao longo do Rio Amarelo, na China. A “domesticação” da soja iniciou-se – pelo que atualmente se conhece por técnica de melhoramento genético de cultivares – por cientistas da antiga China, que começaram o processo pelo cruzamento entre duas espécies de soja selvagem (EMBRAPA, 2004).

A soja chegou ao Brasil por meio Estados Unidos, em 1882. A partir daí, o professor da Escola de Agronomia da Bahia Gustavo Dutra realizou os primeiros estudos de avaliação das cultivares introduzidas oriundas daquele país (EMBRAPA, 2004).

Com o estabelecimento do programa oficial de incentivo à triticultura nacional, em meados dos anos 50, a cultura da soja foi igualmente incentivada, por ser a melhor alternativa de verão para suceder o trigo cultivado no inverno (EMBRAPA, 2004).

A cultura da soja ganha cada vez mais importância na agricultura mundial devido à grande diversidade do uso da oleaginosa e ao aumento da demanda global por alimentos e, com isso, a área destinada ao cultivo de soja vem aumentando ano a ano. De acordo com o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos – USDA –, a área plantada no mundo passou de 81,48 milhões de hectares na safra 2002/03 para 118,19 milhões na safra 2014/15, como é mostrado na tabela 1 (SEAB, 2015).

Tabela 1 - Produção e Produtividade Mundial da Soja

Safra	Área (em milhões de hectares)	Produção (em milhões de toneladas)	Produtividade (toneladas/hectare)
2008/09	96,34	211,64	2,197
2009/10	102,18	261,09	2,555
2010/11	102,85	264,68	2,573
2011/12	102,16	238,11	2,331
2012/13	108,55	267,60	2,460
2013/14	113,09	283,15	2,504
2014/15	118,19	318,95	2,699

Fonte: SEAB.

O Brasil encontra-se dentro do cenário mundial, entre os maiores produtores de soja do mundo, como é mostrado na tabela 2.

Tabela 2 - Produção Mundial de Soja - Safra 2010/11 a 2014/15

País / Safra	Produção de soja mundial (em milhões de toneladas)				
	2010/11	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15
Brasil	75.300	66.500	82.000	86,70	96,20
Estados Unidos	90.605	84.192	82.055	91,39	106,88
Argentina	49.000	40.100	51.000	53,50	60,80
China	15.100	14.480	12.600	12,20	12,35
Índia	9.800	11.000	11.500	9,50	9,00
Paraguai	7.128	4.350	8.350	8,19	8,10
Canadá	4.445	4.298	4.930	5,36	6,05
Outros	12.546	14.539	15.171	16,31	19,57
Total	263.924	239.459	267.606	283,15	318,95

Fonte: SEAB.

Apenas pela visualização dos dados da tabela, percebe-se que o Brasil, os Estados Unidos e a Argentina dominam a produção mundial. Se fizermos a média

da participação do total da produção desses países, encontra-se o percentual de 81,2% o que significa que os demais países somados contribuem com o restante, ou seja, 18,8%.

Com relação à produção de soja no Brasil, a área cultivada é de, aproximadamente, 27 milhões de hectares, contidos nos 67 milhões de hectares em que são cultivadas todas as culturas. Com esses números, percebe-se que a soja ocupa 40% do total da área de cultivo agrícola. A tabela 3 mostra série histórica de produção de soja no Brasil entre as safras de 2008/09 a 2012/13.

Tabela 3 - Série histórica da produção de soja no Brasil: Safras 10/11 a 14/15

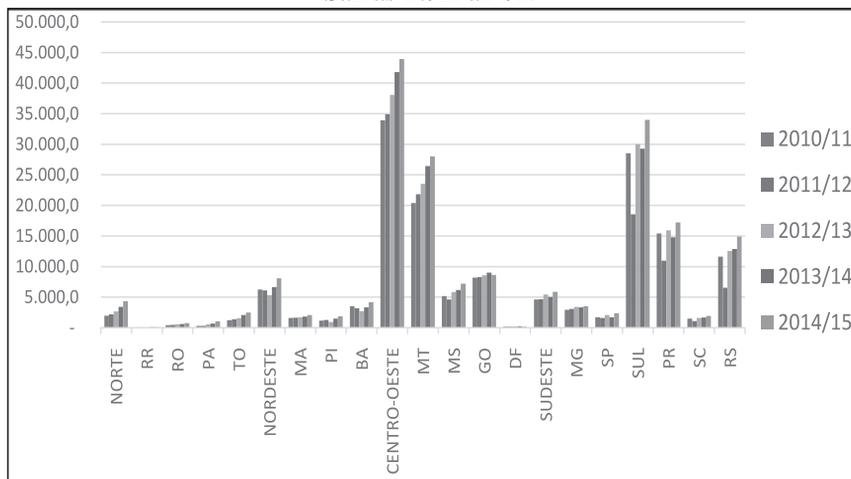
REGIÃO/ UF	PRODUÇÃO (em mil toneladas)									
	Safra 10/11	%	Safra 11/12	%	Safra 12/13	%	Safra 13/14	%	Safra 14/15	%
NORTE	1.977,2	2,62%	2.172,2	3,27%	2.661,5	3,27%	3.391,3	3,94%	4.304,8	4,47%
RR	10,4	0,01%	10,4	0,02%	33,6	0,04%	56,2	0,07%	79,2	0,08%
RO	425,3	0,56%	462,2	0,70%	539,3	0,66%	607,7	0,71%	732,9	0,76%
PA	314,4	0,42%	316,7	0,48%	552,2	0,68%	668,6	0,78%	1.017,0	1,06%
TO	1.227,1	1,63%	1.382,9	2,08%	1.536,4	1,89%	2.058,8	2,39%	2.475,7	2,57%
NORDESTE	6.251,5	8,33%	6.096,3	9,18%	5.294,8	6,50%	6.620,9	7,69%	8.084,1	8,40%
MA	1.599,7	2,12%	1.650,6	2,49%	1.685,9	2,07%	1.823,7	2,12%	2.069,6	2,15%
PI	1.144,3	1,52%	1.263,1	1,90%	916,9	1,13%	1.489,2	1,73%	1.833,8	1,91%
BA	3.507,5	4,66%	3.182,6	4,79%	2.692,0	3,30%	3.308,0	3,84%	4.180,7	4,34%
CENTRO-OESTE	33.938,9	45,06%	34.904,8	52,58%	38.091,4	46,74%	41.800,5	48,54%	43.968,6	45,68%
MT	20.412,20	27,10%	21.849,00	32,91%	23.532,80	28,87%	26.441,60	30,70%	28.018,60	29,11%
MS	5.169,4	6,86%	4.628,3	6,97%	5.809,0	7,13%	6.148,0	7,14%	7.177,6	7,46%
GO	8.181,6	10,86%	8.251,5	12,43%	8.562,9	10,51%	8.994,9	10,44%	8.625,1	8,96%
DF	175,70	0,23%	176,00	0,27%	186,70	0,23%	216,00	0,25%	147,30	0,15%
SUDESTE	4.622,1	6,14%	4.656,3	7,01%	5.425,9	6,66%	5.015,3	5,82%	5.873,5	6,10%
MG	2.913,6	3,87%	3.058,7	4,61%	3.374,8	4,14%	3.327,0	3,86%	3.507,0	3,64%
SP	1.708,5	2,27%	1.597,6	2,41%	2.051,1	2,52%	1.688,3	1,96%	2.366,5	2,46%
SUL	28.534,6	37,88%	18.553,4	27,95%	30.025,8	36,84%	29.292,8	34,01%	34.012,3	35,34%
PR	15.424,1	20,48%	10.941,9	16,48%	15.912,4	19,52%	14.780,7	17,16%	17.210,5	17,88%
SC	1.489,2	1,98%	1.084,9	1,63%	1.578,5	1,94%	1.644,4	1,91%	1.920,3	2,00%
RS	11.621,3	15,43%	6.526,6	9,83%	12.534,9	15,38%	12.867,7	14,94%	14.881,5	15,46%
BRASIL	75.324,3	100%	66.383,0	100%	81.499,4	100%	86.120,8	100%	96.243,3	100%

Fonte: CONAB.

Pela tabela 3, foi possível montar um gráfico, comparando as safras em relação à produção de soja do Brasil, conforme mostrado no gráfico 1.

Ao analisar a tabela 3 e o gráfico 1, é possível notar que o Centro-Oeste brasileiro possui a maior porcentagem na produção de soja do Brasil. Dentro dessa região, identifica-se o estado do Mato Grosso como o mais expressivo em termos de volumes de produção. Assim, com o intuito de analisar o mercado doméstico de soja brasileiro, buscou-se o maior estado produtor de soja como mostrado na tabela 4.

**Gráfico 1 - Série histórica da produção de soja no Brasil:
Safras 10/11 a14/15**



Fonte: CONAB.

Tabela 4 - Região brasileira com maior participação na produção de soja no Brasil

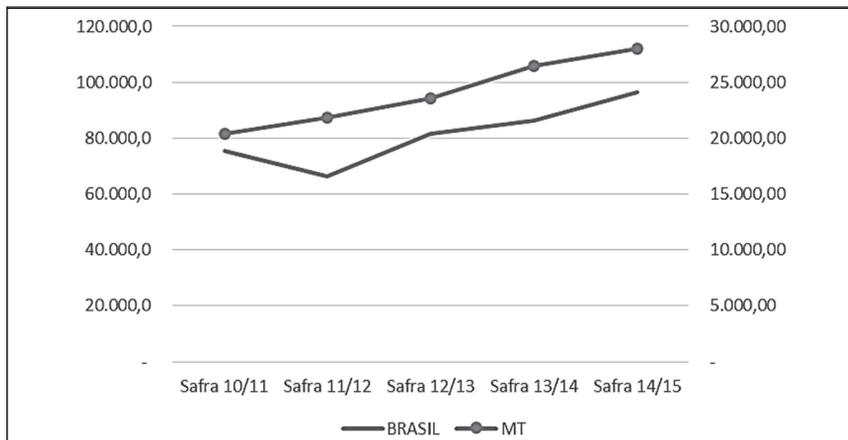
REGIÃO/UF	Safra 10/11	%	Safra 11/12	%	Safra 12/13	%	Safra 13/14	%	Safra 14/15	%	Média %
MT	20.412,20	60,14%	21.849,00	62,60%	23.532,80	61,78%	26.441,60	63,26%	28.018,60	63,72%	62,30%
MS	5.169,4	15,23%	4.628,3	13,26%	5.809,0	15,25%	6.148,0	14,71%	7.177,6	16,32%	14,95%
GO	8.181,6	24,11%	8.251,5	23,64%	8.562,9	22,48%	8.994,9	21,52%	8.625,1	19,62%	22,27%
DF	175,70	0,52%	176,00	0,50%	186,70	0,49%	216,00	0,52%	147,30	0,34%	0,47%
CENTRO-OESTE	33.938,9	100,00%	34.904,8	100,00%	38.091,4	100,00%	41.800,5	100,00%	43.968,6	100,00%	100,00%

Fonte: CONAB.

A Região Centro-Oeste, além de ser a maior produtora de soja no Brasil, abriga o Estado do Mato Grosso, primeiro colocado com participação média de 62,30% entre as safras de 2010/11 a 2014/15. Ao destacar o Mato Grosso como maior produtor de soja, é possível mostrar a sua evolução, dentro do cenário brasileiro de produção de soja. Ver gráfico 2.

A análise revela um aumento de 24% na produção de soja, comparando as safras 08/09 e 12/13.

Gráfico 2 - Evolução da produção (em mil toneladas) de soja no estado do Mato Grosso (eixo 2) em comparação entre as safras de 10/11 a safra 14/15

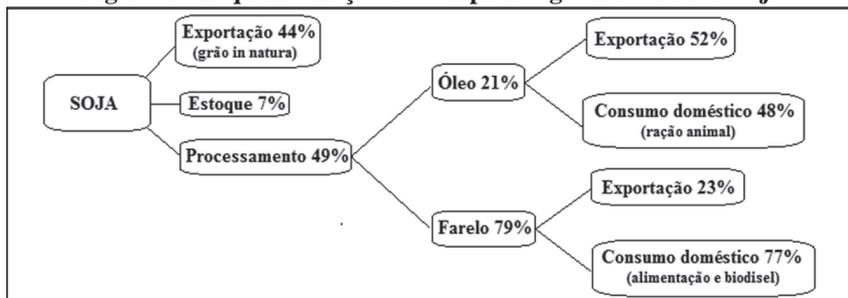


Fonte: CONAB.

4.2 Infraestrutura de Transporte e Armazenagem das Regiões Identificadas

Entende-se por complexo agroindustrial da soja ou agronegócio da soja todo o processo que se inicia no plantio da soja, manejo do solo até a colheita, transporte, seleção do produto, armazenamento, beneficiamento, industrialização, comercialização (mercado doméstico ou exportação). É importante ter essa visão sistêmica do processo, pois, em cada fase a atividade logística, se faz presente, com maior ou menor intensidade. Nesta pesquisa, o foco está na fase final do processo, ou seja, na comercialização da soja em grão.

Figura 1 - Esquemática do complexo agroindustrial da soja

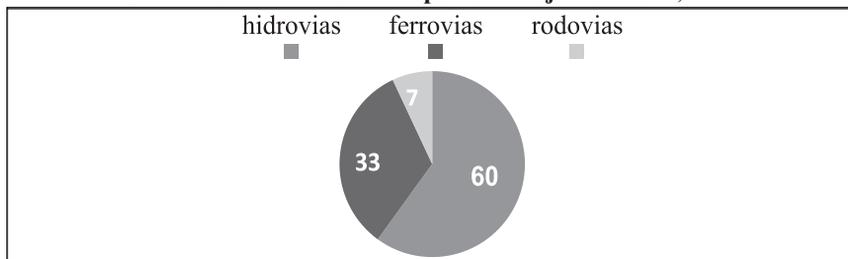


Fonte: APROSOJA (organização dos autores).

4.2.1 Infraestrutura de Transporte

Segundo dados da ABIOVE, em 2009, a matriz de transportes da soja em grãos no Brasil é composta de 60% de rodovias, 33% de ferrovias e 7% de hidrovias, conforme mostrado no gráfico 3.

Gráfico 3 - Matriz de transporte de soja no Brasil, 2009



Fonte: ABIOVE.

As principais rotas de escoamento da soja no mercado doméstico brasileiro estão apresentadas conforme a figura 2.

Figura 2 - Principais rotas de escoamento da soja no mercado doméstico da soja brasileira



Fonte: TECPAR.

O escoamento da produção da soja do Mato Grosso é realizado principalmente pelo modal rodoviário, utilizando-se as rodovias BR-163 e BR-364, que

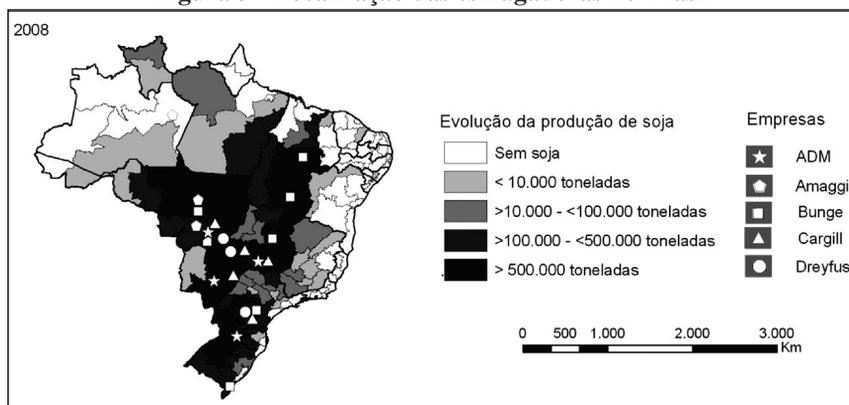
interliga o estado aos portos de Santos e Paranaguá. Pode ser empregado também a intermodalidade, representada por rodo-ferroviária, rodo-fluvial e fluvial-ferroviária (LAVORENTE, 2011).

Os portos de Santos/SP, Manaus/AM, Vitória/ES, Paranaguá/PR, Santarém/PA e São Francisco do Sul/SC são responsáveis pelo escoamento de 99% da produção de soja do Mato Grosso, ficando com o porto de Santos a maior porcentagem (LAVORENTE, 2011).

4.2.2 Infraestrutura de Armazenagem

A análise do mercado doméstico da soja deve levar em conta as esmagadoras de soja, dado que são essas empresas que compõem o principal mercado consumidor internamente e são responsáveis, em sua grande maioria, pela armazenagem do grão antes de ser processado. No Brasil, há clara liderança das empresas ADM (Archer-Daniels-Midland Company), Bunge, Cargill e Dreyfus-Coinbra também chamadas de Grupo ABCD, e da empresa nacional Amaggi. As empresas esmagadoras estão localizadas no Brasil conforme figura 3.

Figura 3 - Localização das esmagadoras no Brasil



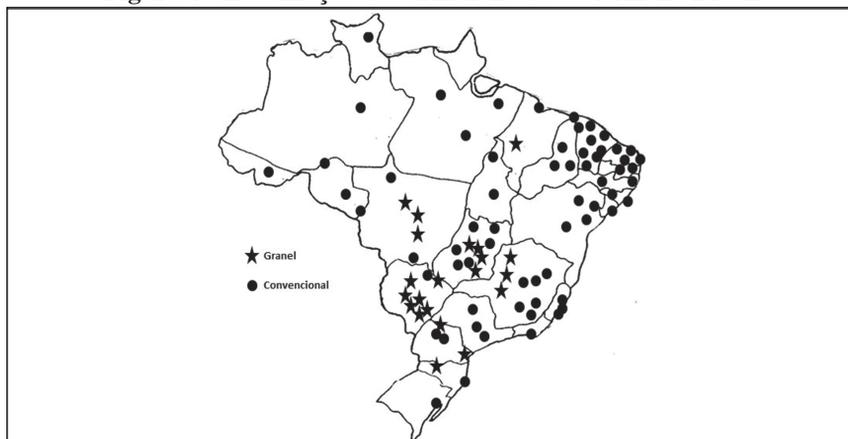
Fonte: WESZ, 2011.

Com a análise espacial das empresas do Grupo ABCD e Amaggi, é possível evidenciar que essas estão próximas a áreas produtoras de soja. No Mato Grosso, essas empresas detinham, em 2009, quase 90% da condição de processamento de grãos. A localização visa ao desempenho logístico adequado do ponto de vista da eficiência econômica e do perfil concorrencial estabelecido.

Essas empresas investiram em armazenamento de grãos e, em 2009, já atingiam cerca de 500 armazéns com capacidade estática para 14 milhões de toneladas (WESZ, 2011).

Em 2013, a configuração de armazéns para grãos, segundo a CONAB, no Brasil, é representada na figura 4.

Figura 4 - Localização dos armazéns da CONAB no Brasil



Fonte: CONAB (organização do autor).

A capacidade total estática, em 2014, desses armazéns, para produtos a granel é de 123,7 milhões de toneladas, enquanto os armazéns convencionais participam com 23,4 milhões de toneladas, gerando um total de 147,1 milhões de toneladas de capacidade estática de armazenamento.

4.3 Centros Consumidores Mundiais de Soja

Os principais consumidores de soja brasileira em grãos no período de 2008 a 2013, como mostrado na tabela 5, foram China, Espanha, Países Baixos (Holanda), Itália, Tailândia, Alemanha, Portugal, Reino Unido, Taiwan (Formosa), Japão e Vietnã. Ressalta-se que o Japão e o Vietnã entraram como principais importadores de soja brasileira a partir do ano de 2011, ocupando o lugar de Portugal. Taiwan entrou no ranking dos principais países em 2010, ocupando o lugar da Alemanha.

Tabela 5 - Principais importadores de soja brasileira em grão, no período de 2009 a 2014

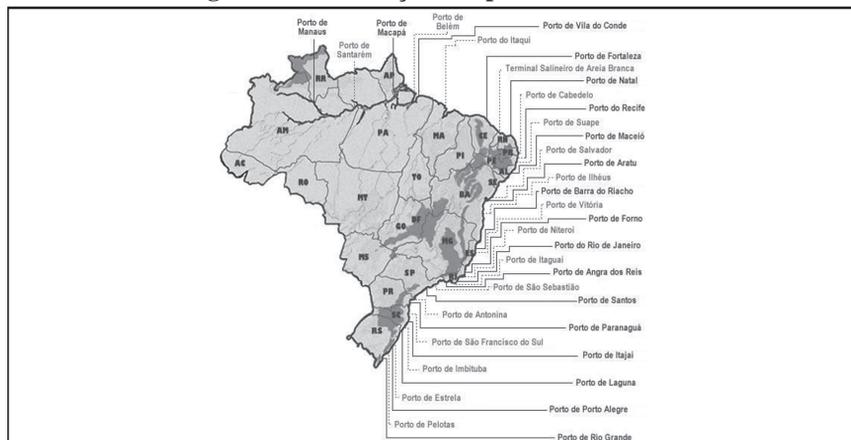
	2009		2010		2011		2012		2013		2014	
	US\$ FOB (milhões)	Toneladas (milhões)										
China	6.342,90	15,9	7.133,40	19	10.957,10	22,1	12.028,30	22,8	17.147,90	32,2	16615,159	32,664
Espanha	791,9	2,1	740,2	1,8	1.192,90	2,3	1.130,20	2,1	1.058,70	1,9	1072,905	2,12
Países Baixos (Holanda)	974,3	2,4	550,5	1,4	710,2	1,5	550,1	1	829,5	1,6	1013,057	2
Itália	278,5	0,728	213,1	0,568	-	-	-	-	-	-	249,688	0,462
Tailândia	362,6	0,929	444,8	1,1	577,8	1,1	598,1	1	589,1	1	626,409	1,244
Alemanha	453,8	1,1	-	-	-	-	-	-	-	-	327,154	0,65
Portugal	275,8	0,663	281,7	0,732	-	-	-	-	-	-	163,782	0,317
Reino Unido	261,3	0,633	251,7	0,597	333,8	0,687	300,6	0,549	241,9	0,455	148,71	0,297
Taiwan (formosa)	-	-	247,5	0,634	482,2	0,967	607,5	1	525,5	0,979	379,61	0,724
Japão	-	-	-	-	253,8	0,536	297,3	0,548	328,9	0,61	299,754	0,581
Vietnã	-	-	-	-	258,2	0,506	297,2	0,575	307,9	0,571	219,158	0,431

Fonte: ANEC.

4.4 Estrutura Portuária Nacional

Atualmente, existem 34 portos públicos marítimos sob a gestão da Secretaria de Portos da Presidência da República (SEP/PR), 16 encontram-se delegados, concedidos ou têm sua operação autorizada aos governos estaduais e municipais. Os outros 18 marítimos são administrados diretamente pelas Companhias Docas, sociedades de economia mista, que têm como acionista majoritário o Governo Federal e, portanto, estão diretamente vinculadas à Secretaria de Portos. Os portos estão dispostos conforme a figura 5.

Figura 5 - Localização dos portos brasileiros



Fonte: SEP.

Em 2012, os portos brasileiros, que já vinham apresentando sintomas com a falta de estrutura e grande burocracia, sofreram com a expansão das exportações brasileiras, gerando filas de caminhões e de navios à espera de carregamento.

Com isso, foi editada a Medida Provisória (MP) 595, que foi criada procurando substituir a Lei dos Portos, de 1993. A MP propõe novos critérios para o arrendamento e exploração dos portos, uma vez que esses eram controlados pelo poder público, ela essencialmente abre o litoral brasileiro para a iniciativa privada construir portos e terminais para movimentar carga própria ou para terceiros. Em 16/5/2013, a MP 595 foi aprovada no Congresso Nacional e sancionada pela presidente com veto de 13 itens, entre eles, o que estabelecia prorrogação automática dos novos contratos de concessão e arrendamento de terminais em portos públicos.

4.5 Novas Possibilidades de Intermodalidade no Transporte da Soja e Investimentos em Transporte

Em 2014, o governo federal lançou o Programa de Investimentos Logísticos (PIL), que pretendeu ampliar os investimentos públicos em infraestrutura de rodovias, ferrovias, portos e aeroportos, com investimento total previsto de 198,4 bilhões de reais.

O investimento em rodovias foi estimado em 66,1 bilhões de reais e previu a construção ou melhoria em 13,9 mil km de rodovias.

O investimento em ferrovias, estimado em 86,4 bilhões de reais previu 4 mil quilômetros de vias férreas construídas (G1, 2015), como apresentado na figura 6.

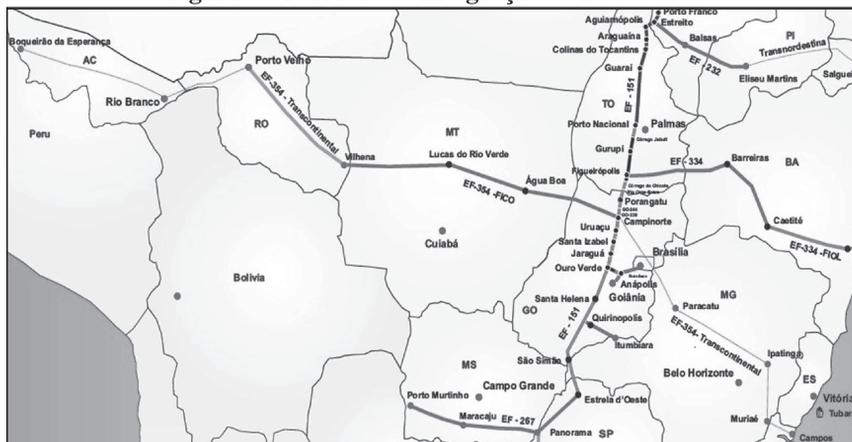
Figura 6 - Novos investimentos em ferrovias



Fonte: LOGÍSTICA BRASIL.

O programa previu a construção de uma ferrovia nomeada de FICO (Ferrovia de Integração Centro-Oeste) com 1641 km que ligaria os municípios de Vilhena, em Rondônia, e Campinorte, em Goiás, passando pelo município de Lucas do Rio Verde, em Mato Grosso, como mostrado na figura 7.

Figura 7 - Ferrovia de Integração Centro-Oeste



Fonte: VALEC.

A FICO é só parte de um projeto muito maior que pretende ligar o Oceano Atlântico ao Oceano Pacífico por meio de ferrovias. Chamada de transcontinental essa ferrovia foi projetada para ter aproximadamente 4.400 km de extensão em solo brasileiro, entre o Porto do Açu, no litoral do estado do Rio de Janeiro e a localidade de Boqueirão da Esperança/AC, como parte da ligação entre os oceanos Atlântico, no Brasil, e Pacífico, no Peru.

Em complemento a FICO, grandes empresas ligadas ao agronegócio como Bunge, Cargill, Maggi e Dreyfus, associadas a estruturadora de negócios Estação da Luz Participações (EDLP) propuseram em março de 2014 um novo projeto de ferrovias para melhorar o escoamento da produção de grãos do estado do Mato Grosso.

O projeto prevê orçamento de 10 a 15 bilhões de reais e tem como objetivo criar três ramais de linhas férreas. O projeto começaria em Água Boa (MT) e terminaria em Campinorte (GO) denominado de “Fico Leste”.

A principal ferrovia sairia do centro de Mato Grosso, em Sinop, e seguiria por 1.000 km até o porto de Miritituba, no Rio Tapajós, no Pará. Lá, a carga seguiria por mais 1.000 km de hidrovia para ser exportada pelos portos

ao norte, como Vila do Conde e Santarém, denominada de Ferrovia do Grão ou Ferrogrão.

Um terceiro ramal sairia do oeste de Sapezal (MT) e seguiria para Porto Velho (RO), às margens do Madeira, denominado “Fico Oeste”. De lá, a carga iria por rio até o Porto de Itacoatiara (AM) ou para os portos do Pará, como mostrado na figura 8.

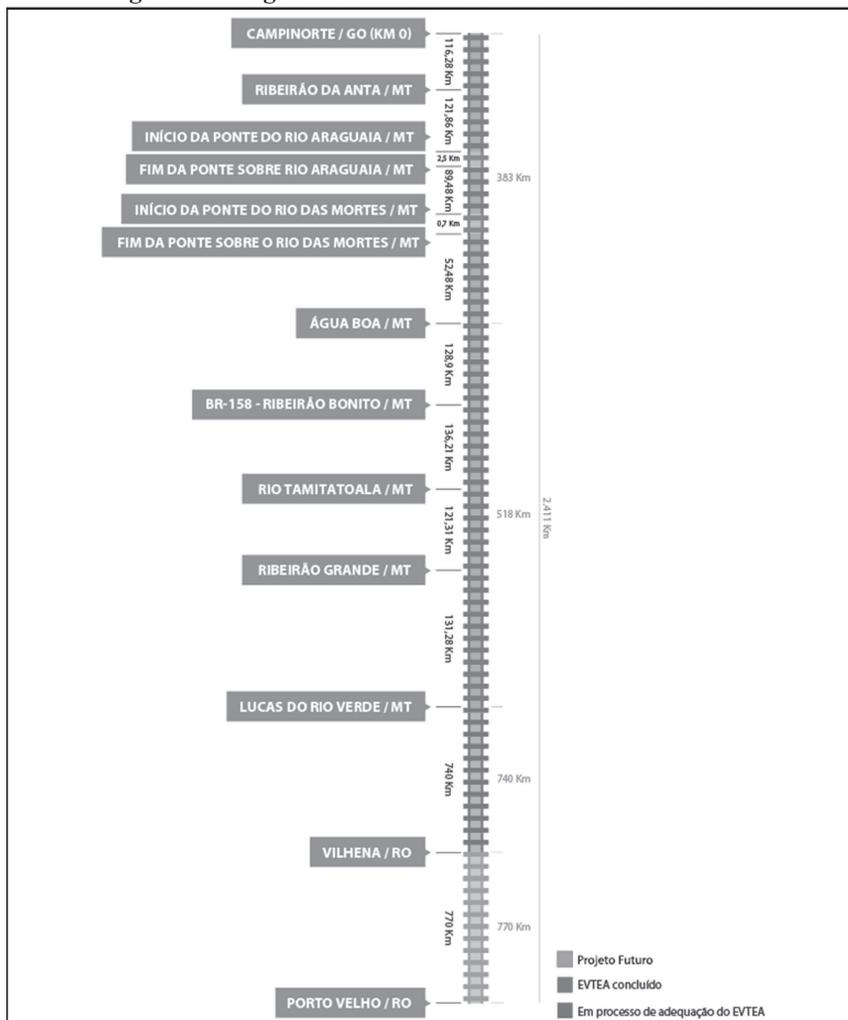
Figura 8 - Fico Oeste, Fico Leste e Ferrogrão



Fonte: ANTP.

Segundo a VALEC, concessionária que administra a FICO, as obras de infraestrutura propostas pelo governo federal até dezembro de 2015 não estavam em construção e sim em processo de adequação e realização de estudos técnicos, como pode ser visto na figura 9. A ferrovia proposta pelas empresas do agronegócio como Bunge, Cargill, Maggi e Dreyfus, associadas à estruturadora de negócios Estação da Luz Participações (EDLP), foi incluída no PIL 2 e espera-se que a concessão saia até 2016, tendo a previsão de término na safra 22/23 (Portos e Navios, 2015)

Figura 9 - Diagrama Unifilar da ferrovia Transcontinental



Fonte: VALEC.

5. Conclusão

Baseado nos dados apresentados e comentários neste artigo, indica-se que o Brasil ainda necessita de melhorias no sistema logístico de transporte de soja em grãos²,

² Aliás, o Brasil tem séria carência de investimentos, sobretudo na área de infraestrutura.

com o prosseguimento das obras de ferrovias, eclusas etc., que disponibilizassem ao país a possibilidade de utilização de uma malha, que pudesse permitir a intermodalidade, pensada pela busca de eficiência e compreendendo a utilização dos diversos modais de forma integrada, visando a otimizar os resultados, ou seja, máxima utilidade e custo mínimo. Para tanto, o planejamento dos investimentos deve levar em conta a eficiência na alocação dos recursos e na obtenção de resultados. A adoção do PIL (Programa de Investimentos Logísticos) apresenta grande potencial de melhoria do transporte logístico para o país.

Adicionalmente, outros trabalhos e pesquisas futuros podem trazer novos elementos que permitam o melhor uso dos recursos de investimento, ampliando o impacto econômico nos setores que farão uso das novas estruturas e potencializando o resultado econômico dos produtores que hoje assistem à perda de renda derivada do alto custo de transporte.

6. Referências

- ABIOVE. Associação Brasileira das Indústrias de óleos Vegetais. *O caso de sucesso do agronegócio Soja no Brasil*. Disponível em: <http://www.abiove.com.br/palestras/abiove_palestra_ukfarmers_mar09_br.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2013.
- ALVES, Maria Rita Pontes Assumpção. Logística agroindustrial. In: BATALHA, Mário Otávio (coord.). *Gestão agroindustrial*. GEPAI: Grupo de Estudos e Pesquisas Agroindustriais/ coordenador Mário Otávio Batalha. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001.
- AMAZONAS, Leonardo. *Conjuntura de soja 2013*. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/camaras_setoriais/Soja/20RO/Apresentacao_Conjuntura_soja.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2013.
- ANEC. Associação Nacional dos Exportadores de Cereais. *Estatísticas*. Disponível em: <<http://www.anec.com.br/estatisticas.html>>. Acesso em: 20 mar. 2014.
- APROSOJA. Associação dos Produtores de Soja e milho do estado de Mato Grosso. *Os usos da soja*. Disponível em: <<http://www.aprosoja.com.br/sobre-a-soja/Os-usos-da-Soja>>. Acesso em: 30 nov. 2013.
- ANTT. *Projeto de Reavaliação de Estimativas e Metas do PNL*. Disponível em: <<http://www.transportes.gov.br/public/arquivo/arq1352743917.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2014.

- ANTP. *Gigantes do agronegócio se unem para investir nas novas ferrovias*. Disponível em: <<http://antp.org.br/website/noticias/clipping/show.asp?npgCode=CBB8C300-CF2F-456C-A98B-3216BA8E731E>>. Acesso em: 1º maio 2014.
- BALLOU, Ronald H. *Logística empresarial: transporte, administração de materiais e distribuição física*. 20ª reimpr. São Paulo: Atlas, 2009.
- BOWERSOX, Donald J.; CLOSS, David J. *Logística Empresarial: O Processo de Integração da Cadeia de Suprimento*. São Paulo: Editora Atlas, 2009.
- CONAB. Companhia Nacional do Abastecimento. *Importações e exportações*. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=546&t=2>>. Acesso em: 13 nov. 2013.
- CONAB. Companhia Nacional do Abastecimento. *Armazéns da Conab*. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=506>>. Acesso em: 30 nov. 2013.
- EMBRAPA. *A soja no Brasil*. Disponível em: <<http://www.cnpso.embrapa.br/producao soja/SojanoBrasil.htm>>. Acesso em: 1º maio 2014.
- FUNDAÇÃO DOM CABRAL – *Custos Logísticos no Brasil*. Disponível em: <<http://www.fdc.org.br/professorespesquisa/publicacoes/Paginas/publicacaodetalhe.aspx?publicacao=18471>>.
- G1 – Veja quais são os investimentos anunciados pelo governo. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2015/06/veja-quais-sao-os-investimentos-anunciados-pelo-governo.html>>. Acesso em: 21 dez. 2015.
- GEPAI, Grupo de Estudos e pesquisas Agroindustriais. *Gestão Agroindustrial*. Coordenador Mário Otávio Batalha. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001.
- LAVORENTE, Gabriela Bassetti. *Caracterização das vias de exportação de soja do estado do Mato Grosso*. Universidade de São Paulo - Escola superior de agricultura “Luiz de Queiroz”. Piracicaba, 2011. 26p.
- LOGÍSTICA BRASIL. *Programa de investimento em logística: rodovias e ferrovias*. Disponível em: <http://www.epl.gov.br/html/objects/_downloadblob.php?cod_blob=1107>. Acesso em: 1º maio 2014.
- MELO, J. *Entenda alterações proposta pela nova lei dos portos*. Notícia UOL. 16 maio 2013. Disponível em: <http://jc3.uol.com.br/blogs/blogjamildo/canais/noticias/2013/05/16/entenda_alteracoes_proposta_pela_nova_lei_dos_portos_151529.php>. Acesso em: 30 nov. 2013.
- NOVAES, Antônio Galvão. *Logística e Gerenciamento da Cadeia de Distribuição: Estratégia, Operação e Avaliação*. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

- PORTOS E NAVIOS – *Tradings ratificam interesse na construção da 'ferrogrão'*. Disponível em: <<https://www.portosenavios.com.br/noticias/portos-e-logistica/32227-tradings-ratificam-interesse-na-construcao-da-ferrograo>>. Acesso em: 21 dez. 2015.
- SEAB. Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento. *Soja: Análise da conjuntura agropecuária*. Disponível em: <http://www.agricultura.pr.gov.br/arquivos/file/deral/prognosticos/2016/soja_2015_16.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2013.
- TECPAR. Instituto de Tecnologia do Paraná. *O complexo soja no Brasil*. Disponível em: <<http://www.rastreabilidade.ufpr.br/soja%20brasileira.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2014.
- VALEC. *Mapa atualizado de ferrovias VALEC*. Disponível em: <<http://www.valec.gov.br/imgMapas/MapaAtualizadoValec.pdf>>. Acesso em: 1º maio 2014.
- WESZ JUNIOR, Valdemar João. *Dinâmicas e estratégias das agroindústrias de soja no Brasil*. Rio de Janeiro: E-papers, 2011. 141p.

Suely Martins da Silva

Economista, MBA em captação de financiamentos. Professora de Economia em cursos de graduação e Pós-graduação. Trabalha na Gerência de Regulação da Eletronorte.

A Política Regulatória do Setor Elétrico: Proposta de Revisão das Penalidades

Regulatory Policy of Electricity Sector: The Proposed Revision of Penalties Enterprises

“A tarefa não é tanto ver aquilo que ninguém viu, mas pensar o que ninguém ainda pensou sobre aquilo que todo mundo vê.”
(Arthur Schopenhauer)

Resumo

Até fins dos anos 70, coube ao Estado, no Brasil e ao longo do Terceiro Mundo, um papel indutor do desenvolvimento e garantidor do bem-estar social. Não obstante diversos setores, tais como, telecomunicações, energia, siderurgia, dentre outros, foram assumidos pelo Estado. No entanto, nas últimas três décadas, esse papel se modernizou para o ajuste do tamanho do Estado e do seu papel regulador. Nessa constante evolução, as agências reguladoras tiveram papel essencial e definitivo na construção de regras que garantissem o funcionamento ideal de cada setor objeto de sua atribuição. A grande pergunta que esse artigo se propõe a discutir é: qual a dose ideal de penalização ao não cumprimento normativo? Essa resposta poderá definir se a penalização será o remédio ou o veneno das concessionárias de serviço público, nesse caso, do setor elétrico brasileiro.

Palavras-chave: Concessão Pública; Aplicação de Penalidades; Regulação do Setor Elétrico; Energia Elétrica.

Abstract

By the end of the 70s, it was up to the State, in Brazil and throughout the Third World, an inducer of development and guarantor role of social Welfare. Despite various sectors such as telecommunications, energy, steel and others were taken over by the state. However in the last three decades that role has been modernized to the state of setting size and its regulatory role. In this constantly evolving regulatory agencies were essential and definitive role in the construction of rules that guarantee the optimal functioning of each object sector of your assignment. The big question this article is to discuss: what is the optimal dose of the penalty not regulatory compliance? This answer may determine whether the penalty will be the drug or poison of utility companies, in this case, the Brazilian electric sector.

Keywords: Public Licence; Application of Penalties; Electricity; Electricity Sector Regulation.

1. A Política Regulatória

Até fins dos anos 70, coube ao Estado, no Brasil e ao longo do Terceiro Mundo, um papel indutor do desenvolvimento e garantidor do bem-estar social. Não obstante diversos setores, tais como, telecomunicações, energia, siderurgia, dentre outros, foram assumidos pelo Estado.

Segundo Moraes (2009), a crise estabelecida no Brasil atingiu seu auge na década de 1980. Pode-se dizer que decorreu do crescimento irrazoável do Estado, caracterizado pelo intervencionismo estatal na ordem econômica e social, como instrumento para promoção do bem-estar comum. O Estado passou a assumir responsabilidade por inúmeras atividades e serviços, ampliando a sua forma burocrática e os já elevados níveis de gasto público.

É sabido que, a partir dos anos 90, o Estado teve seu papel redimensionado, de forma que a garantia da prestação adequada de serviços não fosse necessariamente dependente de sua função. Coube, ao Estado, o papel de regulador, ou ditador de regras para a boa prestação de serviços. Para que as regras fossem atendidas, foram criadas agências reguladoras com o papel de regular, fiscalizar e punir cada setor específico.

De acordo com Figueiredo (2016), com a extinção total ou parcial do monopólio estatal de alguns serviços públicos e outras atividades e com a transferência, total ou parcial, ao setor privado, da execução de tais serviços e atividades, mediante concessões, permissões ou autorizações, surgiram, no reordenamento brasileiro, às respectivas agências reguladoras.

A Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL foi criada em 26 de dezembro de 1996, por meio da Lei nº 9.427, que a instituiu e disciplinou o regime das concessões de serviços públicos de energia elétrica, como autarquia especial vinculada ao Ministério de Minas e Energia, tendo como finalidade regular e fiscalizar a produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, em conformidade com as políticas e diretrizes do governo federal.

Nos termos do Art. 4º, §3º da Lei nº 9.427/96, o processo decisório que implicar afetação de direitos dos agentes econômicos do setor elétrico ou dos consumidores, mediante iniciativa de projeto de lei ou, quando possível, por via administrativa, será precedido de audiência pública convocada pela ANEEL.

A audiência pública é um instrumento que oportuniza o debate amplo presencial e o envio de propostas por escrito de adaptação, inclusão ou exclusão de

textos propostos pelo órgão fiscalizador. Nessas oportunidades, os concessionários e usuários podem contribuir com a política regulatória que, na última instância, é julgada pela ANEEL quanto à sua aplicação.

A ANEEL promove leilões de concessões, renovação de concessões existentes, estabelece área de atuação e limites de atendimento, determina como o serviço deve ser prestado e ainda estabelece a política de comercialização por meio de regulação a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.

Nesse sentido, foi promovida a Audiência Pública nº 077/2011 para aperfeiçoar a Resolução Normativa nº 063/2004, a qual, dentre outras medidas, está alterando o número de grupos infracionais e reduzindo a diferença proporcional dentre os grupos sujeitos a multas.

Porém, na busca da proporcionalidade, os grupos I e II foram agravados de forma significativa, sendo que o Grupo I teve sua base aumentada em 12,5 vezes, e o grupo II aumentou 2,5 vezes. Outra alteração proposta foi o reordenamento dos tipos infracionais, que, matematicamente, tiveram tendência de agravamento quando consideramos o aumento percentual da base de cálculo dos grupos I e II.

Quanto ao faturamento considerado na base de cálculo, cabe ressaltar que, em empresa de grande porte verticalizada, é muito mais impactado, na aplicação de multa, que em empresa de menor porte. Desse modo, este artigo propõe ter como base o faturamento do empreendimento. Apesar do limite estabelecido na lei de constituições da ANEEL, entende-se que ele permite que a essa empresa pratique quaisquer valores inferiores ao teto estabelecido na lei.

2. As Penalidades Aplicadas e a Nova Proposta

No processo regulatório, a aplicação de penalidades é essencial para garantir a boa prestação de serviços. Ela chama as concessionárias à responsabilidade por impactar diretamente no resultado delas.

Escapa do propósito desse trabalho entrar em detalhes quanto a cada penalidade estabelecida pela ANEEL. Contudo cabe mencionar que a proposta de substituição da Resolução Normativa nº 63/2004, objeto da Audiência Pública nº 077/2011, prevê em seu parágrafo 4º as seguintes penalidades ao agente infrator:

I – advertência;

II – multa;

III – embargo de obras;

IV – interdição de instalações;

V – obrigação de fazer;

VI – obrigação de não fazer;

VII – suspensão temporária de participação em licitações para obtenção de novas concessões, permissões ou autorizações, bem como de impedimento de contratar com a ANEEL e de receber autorização para serviços e instalações de energia elétrica;

VIII – revogação de autorização;

IX – intervenção para adequação do serviço público de energia elétrica;

X – caducidade da concessão ou da permissão.

Em relação aos itens enumerados pela nova proposta, observa-se que foram incluídas as obrigações de fazer e de não fazer como alternativas de penalização:

Art. 14 As sanções de obrigação de fazer e de não fazer resultam de ordens emanadas da autoridade administrativa da ANEEL, de ofício ou com base em proposta do agente infrator, suficientes para desestimular o cometimento de nova infração, pelas quais este é compelido a, respectivamente:

OBRIGAÇÃO DE FAZER

I – praticar uma conduta lícita, diversa das obrigações já previstas em lei, regulamento ou contrato, em benefício do serviço de energia elétrica ou de seus usuários;

OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER

II – deixar de praticar determinada conduta, em benefício do serviço de energia elétrica ou de seus usuários, que poderia ser praticada sem embargo não fosse a penalidade imposta pela Administração.

Entretanto, quando da definição das novas penalidades, às quais as concessionárias estão sujeitas, não foram estabelecidos limites para ônus financeiro quanto a tais alternativas de penalização.

Dessa forma, sendo pena decorrente de obrigação diversa do estabelecido contratualmente, fica a concessionária sujeita a risco regulatório imprevisível e, por essa razão, impossível de ser estimado. Corrobora para esse entendimento, estabelecido pelo caput do Art. 14, que tais ordens podem ser emanadas de ofício por parte da autoridade administrativa da ANEEL.

Outra penalidade revista com significativa alteração é a advertência.

Art. 5º A critério da Agência, pode ser aplicada ao agente infrator a sanção de advertência, nas infrações passíveis de multa e enquadradas nos arts. 8 a 13, quando não houver reincidência específica, conforme definido no art. 24, § 1º, inciso II, desta Resolução, e as suas consequências forem de baixa ofensividade.

A Resolução Normativa nº 63/2004 tipifica situações passíveis de aplicação de advertência, no entanto a nova proposta transfere as infrações tipificadas para grupos de infrações sujeitos à multa.

A tese que implicitamente permeia este artigo é que a redefinição de limites percentuais para aplicação de multas vem a agravar aquelas tipificadas na Resolução atualmente em vigor e, conseqüentemente, aumenta o risco regulatório das concessionárias.

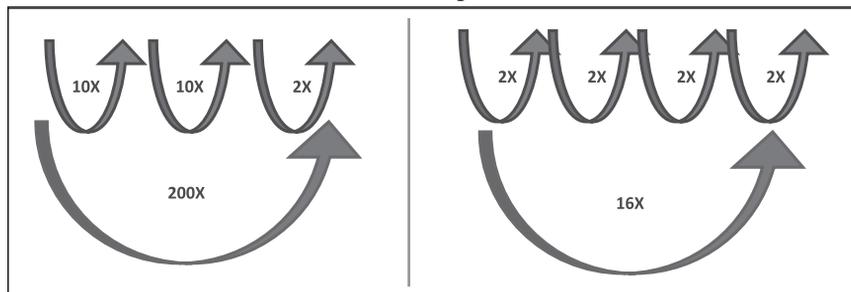
Tendo como premissa o limite por infração de 2% do faturamento anual, determinado pela Lei nº 9.427/96, a ANEEL justificou, por meio da Nota Técnica nº 01/2015/ASD/ANEEL, a proporcionalidade, o agravamento e o impacto da proposta.

3. Proporcionalidade

Os gráficos a seguir demonstram a atual estrutura dos grupos de multas estabelecidos pela Resolução nº 63/2004 e a proposta da ANEEL na nova resolução de estabelecer uma proporção de 0,5% em relação ao limite estabelecido na Lei nº 9.427/96.

Na Nota Técnica, a ANEEL argumenta que a diferença entre a penalidade do grupo I e a do grupo IV chega a 200 vezes, conforme observado no gráfico a seguir. Na nova proposta, essa diferença cairia para 16 vezes.

Gráficos 1 e 2 - Proporcionalidade



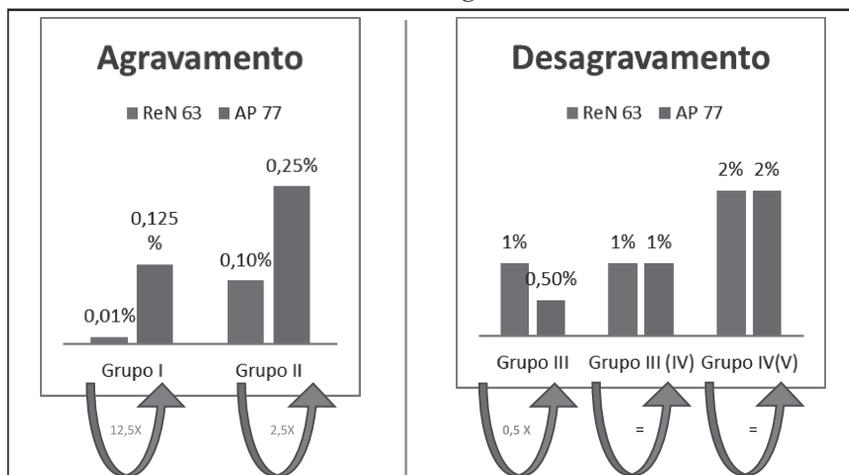
Fonte: Elaboração própria.

Escapa aos propósitos da ANEEL, em sua Nota Técnica, a análise minu-

cosa quanto ao agravamento sofrido pelos grupos I e II, sendo que apenas parte do grupo III foi desaggravado em 50%.

Os gráficos 3 e 4 a seguir ilustram que o grupo I, que tinha limite previsto de multa de 0,01%, foi agravado em 12,5 vezes, passando para 0,125%, e o grupo II, que antes tinha limite de 0,1%, passou a 0,25%, sendo agravado em 2,4 vezes.

Gráficos 3 e 4 - Agravamento

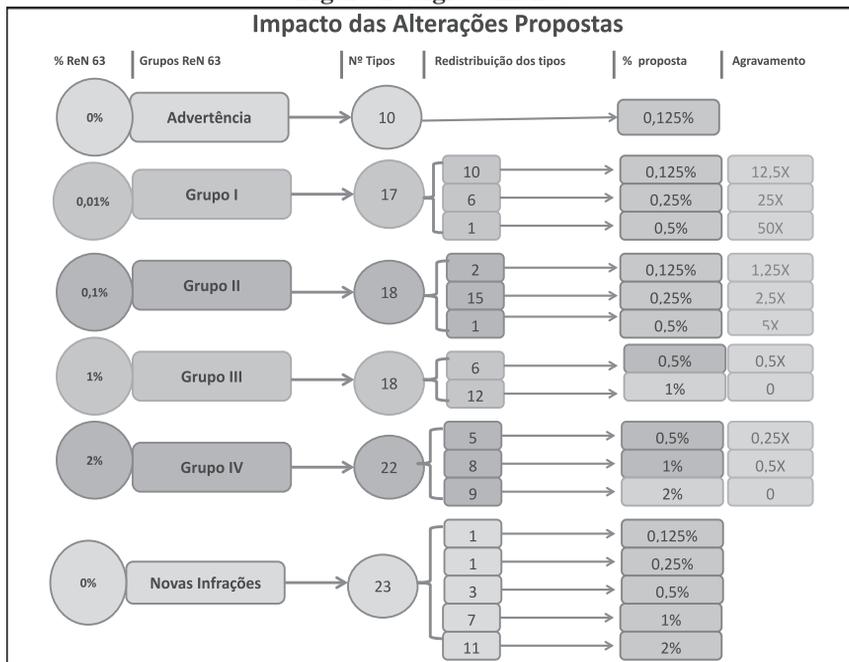


Fonte: Elaboração própria.

Considerando que o limite para aplicação de multa representa também a base de cálculo na aplicação da dosimetria, o risco regulatório foi de fato aumentado nas proporções correspondentes aos grupos supracitados.

Em seguida, foi elaborado um estudo que demonstra o impacto das alterações propostas com relação a cada grupo tipificado na Resolução nº 063/2004. O primeiro círculo representa o limite percentual estabelecido naquela ReN. O primeiro quadrado refere-se a tipificação da ReN nº 063/2004, e o segundo círculo representa o número de infrações tipificadas nessa resolução. As ramificações seguintes ilustram o número de infrações de cada grupo e seu novo limite percentual conforme a proposta da ANEEL. Observa-se que todos os percentuais em quadro laranja foram agravados, enquanto os azuis permaneceram no mesmo percentual, e os verdes foram desaggravados. O último quadro demonstra em quantas vezes os grupos foram agravados. Nesse quesito, podemos observar que existe “1” tipo infracional agravado em 50 vezes, por exemplo.

Figura 1 - Agravamento

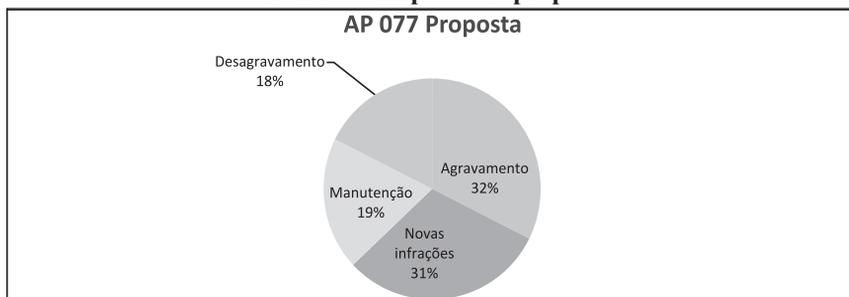


Fonte: Elaboração própria com base em quadro comparativo ANEEL.

A síntese deste quadro pode ser observado no gráfico a seguir que resume que 31% dos tipos infracionais previstos na nova proposta referem-se a novas tipificações incluídas, que na primeira resolução não existia previsão de penalidade.

Foram desagravadas 18% das tipificações, 19% mantidas no mesmo limite percentual e agravadas 32% das infrações previstas em até 50 vezes.

Gráfico 5 - Impacto da proposta



Fonte: Elaboração própria.

A proposta de resolução normativa ainda prevê aplicação de multa por condutas diversas das tipificadas:

Art. 13 Excepcionalmente, quando a inobservância de dever ou o descumprimento de obrigação legal, regulamentar ou contratual não se enquadrar em um dos tipos infracionais especificados nos arts. 8 a 12 desta Resolução, poderá ser aplicada ao agente infrator a sanção de multa, conforme as condutas e os correspondentes limites percentuais, incidentes sobre a respectiva base de cálculo estabelecida no art. 21 e parágrafos desta Resolução, a seguir indicados:

Tabela 1 - Grupos por conduta

I – até 0,125%	II – até 0,25%	III – até 0,5%	IV – até 1%	V – até 2%
<i>Quando o fato constitutivo da infração for de mera conduta e não implicar prejuízo direto à exploração do serviço ou instalação de energia elétrica.</i>	<i>Quando o fato implicar prejuízo direto à exploração do serviço ou instalação de energia elétrica e não contiver elementos que justifiquem a aplicação dos incisos III, IV ou V deste artigo.</i>	<i>Quando: a) houver o agente auferido, indiretamente, vantagem em decorrência do ilícito administrativo; b) violar deveres não relacionados diretamente a consumidores ou usuários do serviço.</i>	<i>Quando causar a infração: a) relevante dano potencial ou indireto ao serviço; b) dano ou prejuízo efetivo, mas limitado a atividade específica ou a grupo relativamente pequeno de consumidores ou usuários.</i>	<i>Quando causar a infração dano ou prejuízo direto e significativo ao serviço ou aos consumidores e/ou usuários.</i>

O Art. 13, proposto na nova resolução, expõe às concessionárias a risco regulatório imprevisível e impõe ao agente fiscalizador responsabilidade que poderia ser confundida com dever, conforme referência na Nota Técnica da AP nº 077/2011:

“Nesse ponto, vale conferir a lição de Floriano de Azevedo Marques Neto: “[...] constituindo à atividade sancionadora uma função pública, uma competência atribuída pela Lei ao agente público, não pode ela ser desconsiderada. Ou seja, sujeita-se a atividade sancionadora ao princípio da função segundo o qual o exercício do poder estatal é um dever, não uma faculdade do agente. Contudo essa sujeição deve ser

entendida como ‘um verdadeiro dever jurídico e que só se legitima quando dirigido ao atingimento de específica finalidade que gerou sua atribuição ao agente’.

Vem daí que o poder-dever de aplicar sanção não pode ser entendido como uma obrigação de punir com o máximo rigor, mas sim obrigação indeclinável de não deixar de atender às finalidades previstas na norma punitiva”.

4. A Problemática da Base de Cálculo

Segundo a proposta de Resolução Normativa em substituição a ReN nº 63/04:

Art. 21 A base de cálculo para aplicação de multa é o valor do faturamento, nos casos de concessionários, permissionários e autorizados de instalações e serviços de energia elétrica, ou o valor estimado da energia produzida, nos casos de autoprodução e produção independente, correspondente aos últimos 12 (doze) meses anteriores à lavratura do Auto de Infração.

O texto proposto não difere daquele apresentado na resolução em vigor. Dessa forma, permanece na proposta base de cálculo objeto de questionamento por parte das empresas que possuem grande número de concessões como parte de seu faturamento.

Não obstante o agravamento observado nos grupos reenquadrados, o modelo de cálculo, tendo o valor do faturamento como base, onera para uma mesma infração de forma desproporcional a depender do porte da concessionária.

Dessa forma, é possível que uma empresa que cometa a mesma infração seja penalizada de forma desproporcional, em termos de relevância em relação ao dano causado, caso seu faturamento seja maior.

Para ilustrar a grandeza da distorção que esse modelo retrata, o artigo apresenta um estudo com empresas de geração e transmissão, separando os seguimentos de geração do seguimento de transmissão, considerando apenas o empreendimento.

Tabela 2 - Dosimetria

Considerações		Avaliação	Peso	Resultado
1	Gravidade da infração	10	50	5%
2	Danos ao serviço e/ou aos usuários	0	20	0%
3	Vantagem auferida pela concessionária	0	20	0%
4	Sanções administrativas irrecorríveis	60	10	6%
5	Soma (1 + 2 + 3 + 4)			11%
6	Abrangência			1%
7	Valor máximo para penalidade do Grupo III			1%
8	Fator de reincidência (Art. 16 ReN 63/2004)			1
9	Dosimetria (5 x 6 x 7 x 8)			0,0011%

Fonte: Modelo de dosimetria utilizado na aplicação de penalidades da ANEEL com adaptações.

Considerando constantes as informações dessa dosimetria apresentada e variando o valor máximo da penalidade com a finalidade de avaliar a proporcionalidade em razão do dano ao sistema, a tabela a seguir expressa situações de empresas de grande porte em relação a empresas de pequeno porte, quanto ao faturamento.

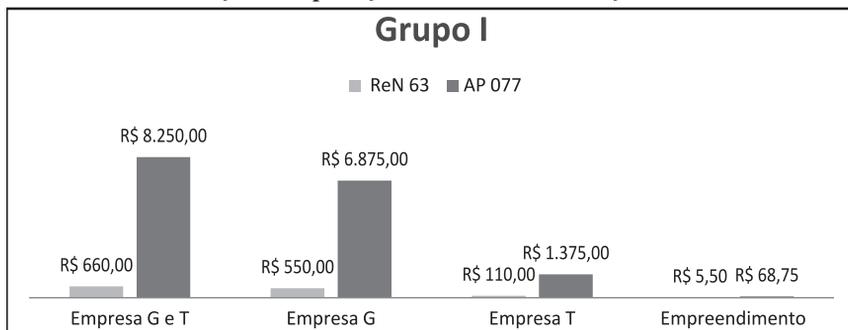
Tabela 3 - Exercício de comparação em função do faturamento

	Faturamento Anual	ReNn° 63/2004				Propostan° AP 77/2011				
		Grupo I	Grupo II	Grupo III	Grupo IV	Grupo I	Grupo II	Grupo III	Grupo IV	Grupo V
Empresa G e T	6.000.000.000	660	6.600	66.000	132.000	8.250	16.500	33.000	66.000	132.000
Empreendimento	50.000.000	5,50	55	550	1.100	68,75	137,50	275	550	1.100
Empresa G	5.000.000.000	550	5.500	55.000	110.000	6.875	13.750	27.500	55.000	110.000
Empresa T	1.000.000.000	110	1.100	11.000	22.000	1.375	2.750	5.500	11.000	22.000

Fonte: Elaboração própria.

Temos, como resultado da tabela acima, o gráfico 6 que ilustra a distorção em função da aplicação de multa decorrente de uma mesma penalidade. Com a utilização dos valores atuais praticados pela Resolução Normativa nº 063/2004, uma empresa de geração e transmissão paga por uma mesma infração R\$ 660,00, enquanto uma empresa que detém apenas uma concessão paga apenas R\$ 5,50, ou seja, 120 vezes menos.

Gráfico 6 - Distorção na aplicação de multas em relação ao dano causado



Fonte: Elaboração própria.

Cabe ainda destacar que, especificamente no grupo um, a base de cálculo proposta pela ANEEL foi agravada em 12,5 vezes. A amplitude desse agravamento vem a ampliar o risco regulatório de todas as concessionárias do setor elétrico.

5. Considerações Finais

Este artigo faz um breve histórico sobre a regulação do setor elétrico no Brasil, mas seu objetivo principal é entrar em uma discussão regulatória específica, tratando a questão da penalização e seu tratamento em audiência pública proposta pela ANEEL. Dessa forma, é possível ter visão operacional de uma argumentação levada para essa audiência.

Assim, podemos fazer uma reflexão sobre um desdobramento importante em andamento na ANEEL: o agravamento das penalidades e o comprometimento do resultado dos negócios das concessionárias de energia elétrica do Brasil, em especial aquelas que detêm grande número de concessões em seu portfólio.

Os gráficos elaborados nesse trabalho expõem a ordem de grandeza do agravamento nas penalidades, tornando as concessionárias expostas a um risco muito maior. Cabe a sociedade refletir se esse risco não seria uma armadilha que possa comprometer a prestação de serviços de energia, por ser mais uma barreira a ser enfrentada pelas concessionárias do setor, traduzindo-se no risco do negócio.

Além do agravamento, esse estudo propõe uma revisão da base de cálculo para aplicação da penalidade, demonstrando que, quando aplicada sobre o faturamento, a metodologia deixa de guardar qualquer proporcionalidade quanto ao dano causado no sistema.

Espera-se que essa reflexão contribua para a elaboração de políticas regulatórias que venham a proteger o sistema, mas que sejam viáveis de serem administradas por concessionárias de quaisquer portes, dentro desse seguimento importante na infraestrutura do Brasil.

Muitas vezes, em audiência, a proposta levada pela agência reguladora carece de ajustes e negociação com os agentes participantes. Dessa forma, as ponderações apresentadas são apreciadas pela agência e levadas em consideração em decisão final.

A publicidade do processo regulatório demonstra que ele é bastante democrático e moderno, estando em constante aperfeiçoamento. Podemos dizer que o processo regulatório é como um organismo vivo.

Referências

- ANEEL. *Resolução Normativa nº 063*, 12 de maio de 2004, 22 páginas.
- ANEEL. *Minuta de voto de reabertura da AP 063-2004*, Romeu Donizete Rufino, 15 de dezembro de 2015, 9 páginas.
- ANEEL. *Proposta de Resolução Normativa s/nº, em discussão*, dezembro de 2015, 37 páginas.
- ANEEL. *Comparativo entre a REN 63/2004 e a REN que a substituirá*, dezembro de 2015, 58 páginas.
- ANEEL. *Nota Técnica nº 95/2011-SRE/ANEEL*, de 13 de abril de 2011, 50 páginas.
- ANEEL. *Nota Técnica nº 01/2015/ASD*, de 1º de dezembro de 2015, 50 páginas.
- PLANALTO. Lei nº 9.427, 26 de dezembro de 1996. *Criação da ANEEL*.
- MORAES. Andrea A. *O Poder Normativo das Agências Reguladoras*. Rio de Janeiro, 2009.
- FIGUEIREDO, Renata P. N. *Agências Reguladora - Evolução Histórica e Poder Normativo*. Disponível em: <<http://www.viajus.com.br/viaju>>. Acesso em: 26/4/2016.

Fábio Libório Rocha

Professor de Filosofia nas Faculdades Integradas UPIIS e no Centro Universitário UDF, Pós-doutor em Psicologia Clínica, orientado por Dr^a Daniela Scheinkman Chatelard, com a temática: “Verdade e gozo na antifilosofia de Jacques Lacan”. Laboratório de Psicanálise e Processos de Subjetivação, Departamento de Psicologia da Universidade de Brasília. E-mail: liborio.fabio@gmail.com.

Daniela Scheinkman Chatelard

Professora adjunta no Instituto de Psicologia e no Programa da Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura na Universidade de Brasília. E-mail: dchatelard@gmail.com.

Jacques Lacan e o Sujeito Suposto Saber no Diálogo Socrático de Diotima

Jacques Lacan and the Supposed Subject of Knowledge in Diotima's Socratic Dialogue

Resumo

Contrário à teoria do finalismo de felicidade no amor e no gozo, Lacan se opõe à concepção eudemonista, na qual o estado de felicidade constituído de desejos poderia ter um fim absoluto. Essa noção levou Lacan à reflexão antifilosófica sobre um sujeito paradoxal em seu Êxtimo, dentro e fora dele, porque o Eros grego esteve dentro dele, em seu íntimo. No entanto, baseado na concepção dada por um Lacan, estudioso da filósofa Diotima no Banquete platônico, amor e erotismo são entronizados pela amizade, pois, assim, para Lacan, o significante fálico é o único sentido do ser, do ter, da fala, e dá significado a novos significantes, como os da beleza, necessários, contudo, à ascendência.

Palavras-chave: Psicanálise; Jacques Lacan; Sujeito suposto saber.

Abstract

Contrary to the theory of teleology of happiness in love and joy, Lacan opposes eudemonistic concept, in which the state of happiness consists of desire that could have an absolute end. This notion led to Lacan's non-philosophical reflection on a paradoxical subject in his Extimacy, in and out of it, because the Greek Eros was inside him, in his inner part. However, from the conception given by Lacan, the scholar philosopher Diotima in Plato's Banquet, love and eroticism are enthroned by friendship, since for Lacan, the phallic signifier is the only meaning of being, of having, of the speech, and gives meaning to new signifiers as the ones of beauty, which are necessary, however, to the ascendancy.

Keywords: Psychoanalysis; Jacques Lacan; Supposed subject of knowledge.

Introdução

A questão preliminar teórica deste artigo sobre Lacan será a do gozo, que é demonstrado em sua psicanálise pela fala como linguagem. A princípio, investigamos o *Ápeiron* (ἄπειρον), uma terminologia filosófica grega para uma substância universal e infinita, que nos remeteria ao Real, que é o gozo em si, pois o objeto dele pode ser fantasma, e ademais simbólico, como se não nascesse da experiência empírica, não podendo tornar-se verdade. Lacan nos convidou, em seus *Escritos* (1966/1998), para uma dimensão nova na fala do sujeito, que deve ser dinamizada. Porém poderia a tonalidade dessa nova dimensão denominada antifilosofia inferir como o sujeito fala do seu gozo? Badiou (2013) nos remete à questão do real em que o discurso, “portanto, o de Lacan filósofo, como antifilósofo, ou filósofo do que a psicanálise tem de antifilosófica” (BADIOU *et al.*, 2013, p. 65) denota tal reflexão. O gozo real não pode ser encontrado no imaginário nem no simbólico, porque o sujeito é mínimo. Essa será nossa mobilização na investigação da antifilosofia do gozo, tendo em vista a concepção grega de gozo (*apolausai*) e gozo egoísta (*philautos apolausai*). Pensamos que o Gozo do qual nos fala Lacan, seja o real gozo egoísta, aquele que não queremos admitir pela máscara, e que, para o Ser lacaniano, “é o gozo do corpo como tal, diferenciado do ser platônico” (LACAN, 1968-1969/2008, p. 14). O gozo não poderia advir do deus Apolo (*apolausai*), mas do superego do sujeito mesmo. Em tempo, nasce a tese lacaniana do sujeito suposto saber com sua leitura da fala socrática de Diotima de Mantinea, temática do presente artigo.

1. Antifilosofia lacaniana e a verdade do Gozo

O *logos*, como estrutura primordial racional da filosofia antiga da *verdade* na fala helênica, é subvertido por Lacan, “na medida em que não somente é o homem que fala, mas também no homem e pelo homem que se fala” (LACAN, 1992, p. 265). Como a letra não é um fonema e também não é um som em termos lacanianos, entendemos a fala como estrutura permanente do signo na linguagem, em que, inexoravelmente, ocorre o simbólico, inimigo do real. Para Lacan, o inconsciente é uma estrutura que não precisa do simbólico arcaico para se fazer conhecer à epistemologia. Ocorre, então, um sujeito barrado, que a letra do discurso e a ficção do gozo em si dão significação ao nada, ao vazio, sendo ficção porque ele é mortífero, uma *petitemort*, pois quando consumimos o objeto, esse se aniquila. Assim, simbolicamente, Aphrodite é a bela porque o seu Ser é um conjunto estruturado como um desejo do inconsciente, o qual possui intrinsecamente, sua linguagem. Dizendo

de outro modo, o *Eros* e a *afrodisíaca Aphrodite* são signos, tendo também um significado de qualidade, potência e energia amorosa.

Aqui se encontra a antifilosofia da verdade no desejo lacanian, na subversão do finalismo filosófico eudemonista, pelo qual o sujeito supõe que conhece seu desejo, como sujeito suposto saber dele, efetivamente como um *ápeiron*. Tais conclusões de Lacan podem ser exemplificadas no seu apreço particular pela obra *O Banquete* (380 a.C.) de Platão e em variados seminários que ministrou, sobretudo nas narrativas dos seminários¹ 8, 11, 17 e 20. Ali, onde as representações-representativas platônicas dos personagens daquele texto fundador da filosofia do conhecimento ocorrem sobretudo em relação ao tema do amor, com certeza senão o único, o mais notório. Sócrates admite saber pouco sobre o amor e transfere à filósofa Diotima suas explicações. Segundo Diotima, o gozo de possuir uma pessoa é o que provoca o amor, nos diz Lacan, por sentirmos uma espécie de atração para a posse do belo no corpo do Ser² (LACAN, 1960-1961/ 2010, p. 163). Sendo assim, *in loco*, urge uma questão filosófica em Lacan sobre o real significado do gozo em nossas vidas em virtude da deturpação de visão moralista que já havia sido complicadora em tempos do debate platônico do *Banquete*, texto fundador da filosofia. Interpretamos, no presente artigo, algumas redefinições filosóficas do gozo, pois, segundo o próprio Lacan, Sócrates não disse tudo. Propomos uma totalidade do gozo, sem tais preconceitos linguísticos, morais, de gênero e oníricos, de modo que qualificamos o gozo lacanian de *ápeiron*, infinito em suas possibilidades no real sentido desse. Mas como, filosoficamente, o gozo se apresenta limitado ao finalismo, postulamos epistemologizar antifilosoficamente. Logo, investigamos a passagem que se dá entre a narrativa antifilosófica e a questão do gozo infinito, isto é, sem nenhum determinismo epistemológico explicativo do fenômeno, que não seja o próprio gozo em si, pois tal postulado seria tautológico:

¹ Referimo-nos, naturalmente, aos Seminários de Lacan: Lacan, J. (1960-1961/ 2010). O seminário: livro 8: a Transferência. Rio de Janeiro: Jorge Zahar; Lacan, J. (1964/1996). O seminário: livro 11: os quatro conceitos fundamentais da Psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar; Lacan, J. (1969-1970/1992). O seminário: livro 17: o avesso da psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar; Lacan, J. (1975/1996). O seminário: livro 20: mais, ainda. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

² Vejamos uma observação de Diotima, de acordo com Lacan, J. (1960-1961/2010). O seminário: livro 8: a Transferência. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, p. 162: “Voltando ao discurso de Diotima, vemos nele desenvolver-se algo que nos faz deslizar para cada vez mais longe desse traço original que Sócrates introduziu em sua dialética, formulando o termo “falta”. Aquilo sobre o que Diotima nos vai interrogar, aquilo em direção a que ela nos conduz, já se anuncia na questão que ela traz, no ponto em que retoma o discurso de Sócrates – o que falta àquele que ama? Encontramo-nos aí, imediatamente, transportados para a dialética dos bens, sobre a qual peço que se remetam ao nosso discurso do ano passado sobre a ética. Esses bens, porque os ama, aquele que ama?”

ora, se o gozo incorpora um objeto dele no ego, quando o sujeito consome esse objeto, ele o aniquila. Desse modo, o sujeito possui um *ethos* renovador mesmo sem não o saber, mesmo sem pensar, com existência garantida em sua semiverdade. A filosofia racionalista do “*penso, logo existo*” se encontra em esvaziamento antifilosófico, pois o sujeito engendra e é engendrado pelo nada, uma vez que ele somente pode ser pensado e falado no *Outro*. De outra forma, essa filosofia se perdeu nessa suposição do saber, na qual Descartes foi irreflexivo, pré-reflexivo, de adesão irrefletiva, pois somente com subjetividade não se produz epistemologia, mas dialética. Acreditamos que custará muito nos livrarmos de Hegel e de seu determinismo histórico.

De outro modo, dizia o filósofo Alain Badiou (2013), em sua obra *Não há relação sexual*, que Lacan fora um filósofo, sendo um antifilósofo ao seu modo. Ora, é bem verdade, se a mulher não existe, é porque o gozo não pode se apropriar de forma única, torna-se, pois, o nosso *ápeiron* de Anaximandro. Mas o que tal assertiva significa? O fim da teleologia conjugal; o homem não procura mais a mulher para dar e receber amor, mas sim para narcisicamente se olhar no espelho (no sentido lacaniano obviamente). Assim, pela transformação de cada coisa no seu contrário, ou melhor, dos estímulos que temos externamente, construímos o que somos, o eu e os outros, mas não a serviço dos outros, apenas da demanda dos desejos. Objetamos, com efeito, a busca da verdade no amor platônico, enquanto uma epistemologia da Filosofia seja factível a Lacan; sem verborragia onírica, reifica-se o real do desejo. Em Filosofia, a verdade é um método, por causa da busca das ideias de maneira teleológica, mas não há uma verdade a ser encontrada perante os desejos do corpo: cada desejo irá ao seu objeto, sempre de modo aleatório. A questão da verdade está imbricada diretamente ao problema da narrativa da coisa, pois o modo de ser de uma coisa só se expressa quando falamos sobre ela, pelo signo. O que entendemos por verdade – da interpretação, desocultação das coisas – tem, portanto, sua própria temporalidade e historicidade. Logo, em todo o nosso esforço por alcançar a verdade, descobrimos que não podemos dizer ou escrever tal verdade, sem interpretação e sem resposta, e, assim, sem o caráter comum do consenso obtido. O mais admirável, porém, na essência da linguagem e do diálogo, é que nenhum de nós abarca toda a verdade em seu pensar, precisando, pois, da hermenêutica. Para nós, a linguagem tem conexão intrínseca na angústia da falta do gozo, pois o gozo é seu significante, e o indivíduo, ao contrário do que se pensa, é um traço de seu gozo, pela importância hierárquica desse. A universalização da verdade, por meio de um consenso dialético, fortalece a ideia de verdade sobre um objeto, mesmo que possa estar fragmentada por miríades de interpretações também

fragmentadas. Desse modo, uma tolice dita terá sido verdade, acreditemos ou não, o que é antifilosófico para Badiou (2013) e mesmo para Alemán (2003). Somente o indivíduo consegue entender particularmente uma verdade, pois é faculdade da razão da pessoa. O homem é sempre um sujeito que conhece um objeto, ele o entende. Mas podemos entender o amor, senso de um *agonoteton*, uma competição? Somos convidados por Lacan a perceber que todos os sujeitos terão limitadas suas percepções inteligíveis de compreender a verdade do objeto por sua fantasia daí decorrente. Assim, ocorre com o amor, como designou Lacan (1966/2010) em seu Seminário 8³, indicando a relação entre o sintoma e a verdade do sujeito, verdade que, como Freud nos indica, no campo do narcisismo, “Amar é, essencialmente, querer ser amado” (LACAN, 1969-70/1992, p. 239). Os desejos, como os gregos o conheciam *Εύχουμαι*, existem no campo da provisoriedade, no transitório do texto socrático do *Banquete*, na verdade, de Diotima de Mantinea, pois ocorre que o desejo é nômade, uma vez que sempre é um *desejo de outra coisa*, falamos sempre sobre o que foi falado. O gozo é, por isso, sempre furtado da pessoa, pela ação de instituições morais, tais quais as elencadas por Freud e Lacan ao longo de suas obras, fazendo, da verdade do gozo, uma falta a ser percebida.

Segundo Lacan, lançamo-nos para o gozo do Outro, de modo total, filosoficamente, na *philia*-amizade e eroticamente na Afrodísia, pela união na genitalidade, única via de acesso ao amor verdadeiro, qual assinala Lacan. Tal posicionamento lacaniano se inicia filosoficamente pela falta de necessidade de atributos na definição do amor no *Banquete* platônico, o qual voltaria necessariamente a oblatividade platônica dos atributos, tornando-se novamente axioma.

Ademais, poderíamos inferir como garantia e sustentação da tese lacaniana, de que inclusive a maternidade e a paternidade perpassam pela genitalidade, que se torna um caminho de via única para uma união total amorosa, buscada filosoficamente no *Banquete* platônico. Logo, como percebemos, no *Banquete*, havia uma dupla discussão sobre a verdade do amor, a um só tempo, *philia* e *afrodísia*, mas, por questão de preconceito e de máscara linguística, elaborada sofisticadamente para tal encobrimento, com conotações lendárias da religião grega. Para Lacan, só pode haver uma: o gozo na genitalidade, como afrodísia. Essa é a virada antifilosofica de Lacan. Na filosofia clássica platônica e, portanto, socrática, tais conceitos estão imbricados, isto é, *Eros* é, a um só tempo, desejo e amor. Devemos então desvelar tal cadeia de conceitos, por meio da antifilosofia lacaniana da obra platônica do *Banquete*.

³ Lacan, J. (1960-1961/2010). O seminário: livro 8: A Transferência. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Como não podemos supor, de modo algum, que Platão tenha concebido mostrar-nos Sócrates como um pedante pesado, depois do discurso, certamente leve, de Agatão, quando mais não fosse por seu estilo divertido, devemos realmente pensar que, se Sócrates renuncia a seu discurso, é por outra razão que não a de não poder continuar ele próprio. (LACAN, 1960-1961/2010, p. 150).

Essa razão era o problema de ser o filósofo mais importante de Atenas e se negar a falar abertamente do desejo de seu próprio *Eros*. Assim, mesmo no tema do amor, percebemos o quanto, no texto socrático, não se busca nem a verdade, nem uma clareza direta, buscando Sócrates a interpolação de Diotima, imbricado ainda no problema do próprio Platão ser uma interpolação da fala de Sócrates. Urge então: o simbólico pelo simbólico, um problema conhecido como tautológico. Se, por um lado, todo o amor *afrodisia* depende da fantasia, então, dependerá, em última análise, da imagem. Lacan havia proposto, de início, que o olhar ao livro *O Banquete* fosse epistemológico, motivo de nossa discussão, “é por essa razão que os fiz percorrer, no início do ano, aquele longo desbravamento da teoria do amor no Banquete” (LACAN, 1960-1961/2010, p. 449).

2. A duplicidade do Eros como desejo e amor e sua hiância do gozo no Banquete Platônico

Para abordar a noção de gozo em Lacan, dentro do universo do *Banquete*, temos que compreender o contexto do amor, do desejo e da amizade dentro da cosmogonia grega à época de Platão. Quando o universo foi criado, existiriam alguns agentes constituintes dessa crença de criação: a Noite, o Caos, a Terra, o Céu e o *Eros*, sendo esse entendido como uma força também. Assim, podemos dizer que, apesar de admitirmos a existência de erros epistemológicos na filosofia platônica, temos que reconhecer que, pelo menos, ela não retirava, *a priori*, a natureza erótica de nossa existência. Lacan reintroduz essa existência em nossa sociedade castradora atual e redimensiona o escrito platônico do *Banquete*.

No entanto, após o período mitológico grego, Aristóteles adota a deusa *Aphrodite*, como a única fundadora da função do *Eros*, no sentido cosmológico, pois ela consegue unir poderes opostos, masculino e feminino, uma vez que união o é, em verdade, o que chamavam de *dynamis*. Não estamos esquecendo aqui a homossexualidade (chamada de *Aphrodite* ambígua), pois tal natureza será exposta no fenômeno da *philia* grega, mas também perpassa pelo problema do belo e, por

essa razão, na obra *O Banquete*, aparece a figura de um rapaz novo como *Agathón* ou mesmo em Alcebíades, um dos amantes de Sócrates. Na filosofia grega antiga, tal fenômeno era percebido, mas encoberto intelectualmente por discursos platônicos. Além de um modelo de interpretação, o filólogo da língua grega Werner Jaeger (2003) afirmou que todo o objetivo da filosofia grega antiga, contida no *Banquete*, era o da experimentação do *Eros*, segundo a interpretação de Diotima, pois Filosofia é um *eros*:

Alcebíades, à cabeça de um bando de companheiros ébrios, irrompe casa adentro e em audacioso discurso aclama Sócrates como mestre do *Eros*, naquele supremo sentido que Diotima revelou. E é assim que se fecha o coro dos louvores dirigidos a Eros com um elogio dirigido a Sócrates. Neste se encarna o *eros* que é a própria Filosofia. A sua paixão impele-os para todos os jovens e bem-dotados. (JAEGER, 2003, p. 747).

Relembrando a cultura grega, naquela época, em 400 a.C., as pessoas na Grécia recebiam nomes que eram sinônimos de virtudes. *Agathón* significa o bem mais importante entre os antigos gregos⁴. O gozo é um fenômeno erótico, pelo poder que sustenta como tributo a imagem de *Aphrodite-Apolo*, sobretudo se consideramos que todo reforço vital o será para o gozo, poder que é constituinte fundamental do ser na dimensão grega. Como Lacan afirmara (1975/2008, p. 11): “Nada força ninguém a gozar, senão o superego. O superego é o imperativo do gozo – *Goza!*”. Não há utilitarismo para o gozo, pois ele é um *automaton* (algo espontâneo) e não possui o sentido de um bem ou em uma ética aristotélica eudemonista da felicidade, não há, pois bula de remédio nem certezas. O real é o gozo em si, não pensamos em adjetivos; o real é um sintoma apenas e o horário do desencontro de interesses nos sujeitos será inconveniente para dar certo. Contudo o real de Lacan é *arbitrário* e traumático. Por isso, o sujeito em sua estrutura tende a comportar um mecanismo de sonho, no qual o real é levado a uma incursão na esfera do simbólico. Pensamos, como hermenêutica do imperativo do gozo em Lacan, a ideia de *Týche*, ou causa puramente acidental ou arbitrária, similar, portanto, ao conceito de gozo lacaniano e de seu sinônimo grego denominado *symbebekos* (acidental). Nessa *Týche* de gozo, não existe verdade nem método.

⁴ Como vemos na obra: Peters, F. E. (1986) Greek philosophical terms: a historical lexicon. New York: New York University Press, pág. 4: *Agathón*: something good, an ultimate good, summumbonum. Não será a toa que o nome do aluno que faz interlocução no livro *O Banquete* se chama Agatão (Ágathon em grego); a beleza era atribuída somente à juventude e ele era um rapaz jovem.

De outra forma, segundo os filósofos gregos Sócrates e Empedocles, o amor não seria um *Eros*, mas sim uma *philia*, por ser mais sublime de sentimentos, por determinação grega, pois era perene; ocorrem, assim, dois tipos de atração erótica de corpos: o do igual pelo igual e do diferente pelo diferente. Os gregos consideravam o homoerotismo como amizade e, em relação ao *Eros* físico, tendo como fonte a deusa Aphrodite, abre mão de seu testemunho socrático e a encaminha para a fala da filósofa Diotima. Sabemos que todo o universo dependia da natureza da deusa Vênus-Aphrodite contida na cosmogonia grega. Era mesmo um princípio de atração análogo ao *Eros* platônico e proposto pelo filósofo Erixímaco para o estudo do físico, no *Banquete*, 185-e. Assim, Platão, entendido aqui como a fala de Sócrates, está idealizando uma teoria do prazer, *Hedon* em grego, cujo desejo (*epithymia*) é busca infinita, perpassando pela ideia de que tem um sentido diferente por ser uma falta (*endeia*). Sócrates não havia deixado uma obra escrita, e Platão foi seu ventríloquo, em significante e significado.

Ocorre, no entanto, que se encontra, no *Banquete* platônico, um discurso de Sócrates cambiando a outra direção. Sócrates distingue uma paixão de seu objeto, como Lacan havia percebido em sua leitura. O *amante* é aquele que pratica sexualidade sem entrega total, irônica, pela prática em si e, por isso, repete-a sem parar. Inaugura-se, com efeito, mais uma superfície de análise do sujeito, fonte de debate de Lacan, que o observa.

Continuando nossas reflexões sobre amor e amizade, prazer e erotismo, o tema da beleza (*kallos*) é focado filosoficamente como raiz de todas as paixões, no decurso da obra *O Banquete*. É aqui, nesse momento da obra *O Banquete* 209-e, que irrompe a presença de Diotima. A filósofa propõe que a discussão não seja levada em termos de discurso (*logoi*) e sabedoria (*sophia*). E Lacan percebe que:

Uma coisa, aí, tem tudo para nos surpreender. Tendo introduzido, há pouco, o que chamei de cunha da função da falta como constitutiva da relação de amor, Sócrates, falando em seu nome, atem-se a isso. E é justo perguntar-se por que ele é substituído pela autoridade de Diotima. (LACAN, 1960-1961/2010, p. 150).

O gozo, motor do próprio desejo, é uma busca infinita de significante em significante, uma hiância mesma do sujeito sem outra pessoa em causa; Sócrates coloca Diotima como significante, como simbolismo de outro simbolismo. E, como complicativo do fenômeno, não há desejo se o objeto dele nos é dado

gratuitamente, é, pois, um buraco, um vazio. Sócrates tenta apelar duas vezes para sua falta de sensibilidade no tema. Na primeira vez, descoloca o problema criando hierarquia de desejos no paradigma do amor, interligando-o aos deuses, como se o amor fosse opcional e desconectado, e, posteriormente, esconde-se na fala de Diotima, nas questões que não têm coragem de dizer sobre as sensibilidades do amor.

Na questão de Diotima, como princípio, a beleza seria sempre um fenômeno em que a alma do amado recebe os fluxos da deusa Afrodite, numa espécie de maldição: sem beleza grega, não há amor, há servidão⁵. Assim, ocorre no amante, segundo Diotima, a dicotomia entre os físicos elementos do amor e o desejo de ser imortal como Zeus, enfim uma *Philia*, pois o amor não parece ser originário das formas belas, mas da beleza em si mesma, sendo propriedade e natureza do *daímon*. A beleza seria um caminho para chegar ao amor da sabedoria, uma singular ciência, a ciência do belo. Assim, amor e desejo se colocam na perspectiva *de um desejo de ser imortal*, transcende-nos e com coerência tudo o que o real de Lacan impugna. Quando nós nos deparássemos com o corpo belo do amante, a atração sensual decorrente seria sinal de que Apolo está perto, de que fomos fígados num “jogo” apenas estético, uma armadilha, sendo esse apenas o primeiro degrau, devaneio. O corpo do amante é belo, pois enviado à imagem de Afrodite para a finalidade do amor, um dos atributos dela. Após esse fenômeno inevitável, estaríamos perante o *daímon*, acorrentados, pois a linguagem socrática engendra seres imaginários.

O segundo degrau seria a *philia*, como evolução desse fenômeno a um segundo grau dos sentidos, até que nos uníssemos com a morte aos deuses. Acontece que há um aspecto contraditório, menos fantasioso, que discutiremos a seguir, pois não existe em Lacan intersubjetividade que propiciasse a arbitrariedade da metalinguagem aos moldes platônicos, buscando a imago do *daímon* da beleza para nos trazer um amor. Essa equivocidade é uma autorreferência ao próprio sujeito, mas que Platão insiste em ser uma projeção externa, porém o que está fora é arbitrário, existe sim o gozo no sujeito, mas não há um sujeito no saber de seu gozo, pois apenas o saber é intersubjetivo. Assim, ocorre a evanescência no fim do sujeito mítico platônico.

⁵ Basta compreender o tópico 203-C da obra *O Banquete*.

3. Pierre Kaufmann e a tese lacaniana do sujeito suposto saber no diálogo entre Sócrates e Diotima no *Banquete*

O gozo real existe, mas não como um princípio de prazer, chamado de *blá-blá-blá*⁶, não apenas como linguagem; ele existe como assexuado, garantindo seu pertencimento ao Real, ao gozo no Um e não do gozo do Outro. Como disse Lacan (1975/2008, p. 14), “mas, o ser, é o gozo do corpo como tal, quer dizer, como assexuado”. Isso nos traz uma fala de Alain Badiou sobre a realidade da verdade e o sofrimento para a admitirmos em nossas vidas⁷ o desencontro do Outro, seu descompasso, em que a verdade lacaniana de nosso gozo percebeu seu objetivo egoísta. Será o oposto do que se afirma sobre o amor, segundo a fala socrática: o gozo do corpo é também um orgasmo fálico e não um *daímon*, pois Lacan provoca uma estrutura para sair do mito e focar no real. Lacan (2008) nos alerta que:

O discurso analítico só se sustenta pelo enunciado de que não há, de que é impossível colocar-se a relação sexual. É nisso que se encorajam os avanços do discurso analítico, e é por isso aí que ele determina o que é realmente do estatuto dos outros discursos. Esse é, nomeado, o ponto que cobre a impossibilidade da relação sexual como tal. O gozo, como sexual, é fálico, quer dizer, ele não se relaciona com o Outro como tal. (LACAN, 1972-1973/2008, p. 16).

E Foucault (1985) parece concordar que pedagogicamente, no mundo grego, pensava-se o problema da chamada verdade filosófica sobre o conhecimento, quando postulou que:

Na Grécia, a verdade e o sexo se ligavam, na forma da pedagogia, pela transmissão corpo-a-corpo de um saber precioso; o sexo servia como suporte às iniciações do conhecimento. Para nós, é na confissão que se ligam

⁶ De acordo com Lacan, J. (1975/2008). O seminário: livro 20: mais, ainda. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, p. 62: “Pode ser também a flor de retórica, que brota do vaso do princípio do prazer, que Freud chama *Lustprinzip*, e que eu defino como o que se satisfaz com o *blá-blá-blá*”. Ou seja, o gozo sem o Outro.

⁷ Ver a obra de Badiou, A. Lacan e Platão: o matema é uma ideia? *Apud* Safatle, V. (2003). Um limite tenso: Lacan entre a filosofia e a psicanálise. São Paulo: Unesp, p. 16, podemos compreender: “Não há critério de verdade. Pois a verdade não é exatamente um julgamento, mas uma operação. Ela é do registro da causa do sujeito e pode ser causa do sofrimento. Por sinal, essa é a razão da existência da psicanálise”.

a verdade e o sexo, pela expressão obrigatória e exaustiva de um segredo individual. Mas, aqui, é a verdade que serve de suporte ao sexo e às suas manifestações. (FOUCAULT, 1985-b, p. 60).

Como antinomia, na obra *O Banquete*, investigamos na narrativa o motivo do conflito do gozo, sabedores de que Platão fora o primeiro grande filósofo a tratar do problema do conhecimento em seu mito de caverna e mesmo em sua obra *A República*. À medida que a beleza seria necessária para gozarmos, teríamos que, irremediavelmente, dar uma olhadela para a beleza erótica de Aphrodite e nos voltar novamente para o problema do belo. Gozo: egoísmos à parte, o gozo em *Eros* está sobreposto ao gozo da *philia*. O gozo dolorido, o gozo com culpa. Afinal, como superar a ideia da *philia* platônica em nosso corpo gozante? Ora, mesmo sem pensar, simplesmente gozando, o sujeito tem sua existência garantida porque gozar já é um algo, um traço, um ponto; o *daímon* do amor era um truque semântico platônico para se aproximar do real.

Tendemos a hierarquizar o modo como carregamos esse corpo, colocando sua postura para cima em uma espécie de ascese platônica desnecessária, afinal gozar é importante. Mas há outro problema: o gozo é alimento dos deuses, o gozo é edificante na ética, o gozo não pode ser o nosso *ápeiron* de Lacan e é bom que não o seja mesmo. Depois do gozo, podemos desenvolver frases como “*eu estou sujo (a)*”, mas por quê? Por causa de nossa *autossabotagem* e de certo sentimento de culpa calcado em influência religiosa castradora. Adoramos insatisfação corporal; por isso, pensamos no mundo dos deuses, solidificando um axioma. Esse é um dos aspectos da máscara de Lacan que pode ser observada em uma máxima de que o *amor é algo em que o gozo é inoportuno*: é o gozo do Eu como sendo o gozo do Outro.

Como Lacan postulou no seminário 17, “o sujeito participa do real, justamente, por ser aparentemente impossível” (LACAN, 1969-70/1992, p. 97). Dizendo de outro modo, o sujeito existe onde ele não pensa, e o melhor momento para não pensar será durante o gozo; se o sujeito aqui pensar, será equívoco, será fantasma, será fantasia onírica. Por isso, Diotima e mesmo Sócrates viviam o fantasma de não existirem, dando-lhes vida a tinta de Platão, em *O Banquete*. Diotima explica o amor – a pedido de Sócrates – o qual admite nada saber disso, sobre a diferenciação entre erotismo e amizade, as formas belas, a afeição (*agapesis*) e a virtude. Kaufmann (1996) pensou sobre a genética da questão do sujeito suposto saber por meio desse embate no diálogo entre Sócrates e Diotima. Diz: “O reconhecimento por Lacan do desejo de Sócrates no *Banquete* prepara

uma nova designação do sujeito nos seminários, a do ‘sujeito suposto saber.’ (KAUFMANN, 1996, p. 504).

Começa aí a tragédia grega das virtudes proibidas em sua gênese ao secundário gozo do *Eros-Pathos*. Sempre buscar, no externo, uma saída para sua inclusão como atividade rotineira, necessária, saudável e indispensável. Um verdadeiro banquete para o estudo de Lacan: Sócrates, sendo um personagem filósofo, socorre-se de uma virtude externa para ancorar seu parecer de belo, para não ser expulso desse. Na Grécia antiga, nosso berço de civilização, tudo se encontra no externo: os deuses, o amor, a estética, o belo (*τὸνδὲ*), a virtude, o Grande Outro, a máscara. Com efeito, o amor do corpo é menor, justificando, assim, uma religião amputar um clitóris⁸, como tem acontecido na África nos dias atuais: o significante corta e o signo une. O sujeito afirma: *eu perdi meu seio, eu perdi meu falo*. Percebemos que a topografia de um órgão do amor também é externa e foi desconectada do ser por isso, podendo ser amputada por um fantasma patriarcal repugnante. É sintoma, mal-estar na cultura, é, pois, estrutural sim, o eu e o externo desconectados, não há verdade para o universal do *ápeiron* que Lacan nos propõe, surgindo uma máscara.

Diotima é obrigada a compilar o jogo do amor caricatural de Platão, no qual ele surge apenas para a procriação, a legislação e a poesia (*O Banquete, tópico 208-b*). O amor físico é apenas a forma mais arrebatadora de amor, e é, por isso mesmo, considerada menor – e se é menor, a religião moralista poderia amputar. A presença do mal, no que não é bom nem é mau (um neutro), é o que faz esse desejar o belo e o bom, como afirma Diotima (*O Banquete, tópico 202-e*).

Descobre-se, nesse ponto, na mesma obra (PETERS, 1986, p.34), que o amor é construído por um *daímon* dentro daquela estrutura mental grega e, por assim dizer, necessitamos dos pequenos diabos que fazem uma ponte com Aphrodite. Observa-se que esse comportamento verbal gera, sem dúvida, uma demonização do amor, a qual perpassa estruturalmente toda a nossa contemporaneidade. Na psicanálise da moral platônica, pensada em Lacan, a relação sexual não existe, a mulher não existe pelo traço do apagamento da marca, em que o início é apenas um lugar, pois o simbólico de Aphrodite não pode ter experiência empírica gozante, pois esse gozo grego é ficção, é discurso. O gozo de Lacan (2008, p. 12) é nômade, salta de corpo em corpo, por isso disse “*Mais... ainda*”.

⁸ Devemos compreender o problema religioso em Lacan, J. (1964/2008). O seminário: livro 11: os quatro conceitos fundamentais da Psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, p. 274: “O horrível é que a relação de que se fomenta a coisa toda, nada mais concerne senão o gozo e que o interdito que ali projeta a religião fazendo partilha com o pânico de que procede nessa região a filosofia, uma multidão de substâncias surgindo como substitutas à única própria, a do impossível de se falar dela, por ser o real”.

Considerações Finais

A fala do sujeito é a única possível verdade e o *ápeiron* é uma linguagem em espiral que não se fecha. Temos de esvaziar o simbólico platônico e tal esvaziamento se torna em Lacan antifilosófico, estancando a mecânica da percepção sem objeto, reatando o sensível, a realidade, retirando o mito da caverna, pois o real é o gozo, sem lições morais. Em Lacan, pode ou não existir um *ápeiron*, mas não como um universal, pois os universais caíram em desuso com o final das ideologias políticas e religiosas do século XX. Contudo o todo não acrescenta as partes, os destroços do sujeito não são conhecidos pelo próprio sujeito, serão inconscientes.

Se tivermos de ter posturas dialéticas hegelianas por demais, então que o sejam pelas estruturas antifilosóficas do gozo em Lacan. A única verdade possível será a da fala no sujeito, pois, se por um lado Lacan rompe com a subjetividade socrática, é porque ele não admite metalinguagem filosófica que esteja acima da ação discursiva do sujeito, da linguagem mesma, para encontrar o real.

O sujeito será sempre pensado e falado no discurso do Outro, pois só há pensamento se esse for inconsciente, uma vez que a verdade é um truque referencial da pseudo verdade onírica. De resto, surge a arbitrariedade filosófica, porém pode existir verdade na fala do sujeito, mas pelo avesso da psicanálise, em que o gozo está além da palavra, acima do que podemos nomear. Gozar é gozar de algum objeto, não é gozar de si mesmo; não existe o *Um* gozante, goza-se de algo embora o gozo não convenha à relação sexual.

Por outra parte, não poderemos nomear o gozo nem como verdade, nem como um *ápeiron*, como pensamos inicialmente em nossa reflexão. Como Kaufmann (1996) nos alertou, a proposta lacaniana da interpretação do *Banquete*, coloca-nos em frente a uma disparidade subjetiva que constitui um obstáculo à intersubjetividade, no sentido em que um sujeito suporia um Outro sujeito, no discurso do outro socrático, chamado por Platão de Diotima.

Referências

- ALEMÁN, J. (2003). *L'antifilosofia di Jacques Lacan*. Vol. 9. Roma: Franco Angeli.
- BADIOU, A. Lacan e Platão: Omatema é uma ideia? Apud SAFATLE, V. (2003). *Um limite tenso: Lacan entre a filosofia e a psicanálise*. São Paulo: Unesp.
- _____, A. & Cassin, B. (2013). *Não há relação sexual: duas lições sobre "O aturdo" de Lacan*. Tradução: Claudia Berliner. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

- FOUCAULT, M. (1985b). *História da Sexualidade*. Vol. 3. Rio de Janeiro: Graal.
- KAUFMANN, P. (1996). Dicionário enciclopédico de psicanálise: o legado de Freud e Lacan. Rio de Janeiro: Zahar. KAUFMANN, Pierre. Sujeito. In: _____. *Dicionário enciclopédico de psicanálise: o legado de Freud e Lacan*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996. p. 501-510.
- LACAN, J. (1966/1998). *Escritos*. Rio de Janeiro, Zahar.
- _____, J. (1960-1961/ 2010). *O seminário: livro 8: A Transferência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- _____, J. (1964/ 2008). *O seminário: livro 11: os quatro conceitos fundamentais da Psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- _____, J. (1969-1970/1992). *O seminário: livro 17: o avesso da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- _____, J. (1975/2008). *O seminário: livro 20: mais, ainda*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- PETERS, F. E. (1986). *Greek philosophical terms: a historical lexicon*. New York: New York University Press.
- PLATÃO (1979). O Banquete. *Coleção Os Pensadores*. São Paulo: Abril.
- JAEGER, W. (2003). *Paidéia – A Formação do Homem Grego*. São Paulo: Martins Fontes.

RESENHA

Gilmar dos Santos Marques

Mestre em Planejamento e Gestão Ambiental pela Universidade Católica de Brasília (UCB). MBA em Gestão Empresarial pela FGV. Professor da Upis - Faculdades Integradas e Coordenador do Curso de Administração. Administrador e Economista.

Sociedade com Custo Marginal Zero

*Society with Zero
Marginal Cost*

***RIFKIN, Jeremy.** *Sociedade com custo marginal zero.* São Paulo: M. Books, 2016.

Jeremy Rifkin é considerado um dos maiores pensadores sociais da atualidade. É autor de 20 *best-sellers* traduzidos para 35 idiomas, entre eles A Era do Acesso, A Economia do Hidrogênio, O Fim do Emprego e A Terceira Revolução Industrial (TRI). Rifkin é consultor para a União Europeia e para chefes de estado ao redor do mundo, bem como palestrante do programa de educação executiva da Wharton School da Universidade da Pensilvânia. Em sua obra TRI, ele considera que o Brasil é a Arábia Saudita da energia renovável e tem, de longe, mais potencial que qualquer outro país do mundo para gerar energia renovável por metro quadrado. Para ele, o Brasil está no ponto da Terceira Revolução Industrial, em plena evolução e, portanto, caminha a passos largos para uma sociedade com custo marginal zero. Custo marginal é a mudança no custo total de produção advinda da variação em uma unidade da quantidade produzida.

Rifkin vislumbra uma grande mudança de paradigma do capitalismo de mercado para os bens de consumo colaborativo. Nessa visão, acredita que as pessoas e as comunidades estão no centro de uma nova conceituação de modelo econômico. Demonstra, de forma muito clara, que as pessoas em todo o mundo estão construindo o que ele denomina ser a economia do compartilhamento. Como isso vem ocorrendo? Ele afirma que a economia do compartilhamento já está mudando o modo como a sociedade vem organizando a sua vida econômica, “oferecendo a possibilidade de reduzir drasticamente a divisão da renda, democratizar a economia global e criar uma sociedade ecologicamente sustentável”.

Nessa obra, Sociedade com Custo Marginal Zero, Rifkin relata, ainda, como a internet das coisas (IdC), os bens comuns colaborativos e o eclipse do capitalismo afetarão a sociedade, ao longo do século XXI. Essa obra foi dividida em cinco partes e dezesseis capítulos, nos quais o autor elabora narrativas sobre o tema abordado, descreve casos sobre projetos e experiências em curso, define conceitos que serão norteadores desse novo modelo de sociedade. Assim, o autor

leva o leitor a reviver o passado, desde o início do século XIX, com o advento de um novo sistema econômico denominado capitalismo. Passeia, também, no socialismo, mostrando o desenvolvimento do sistema, bem como o seu auge e o início de seu lento declínio, até os dias atuais e, ainda, procura demonstrar como será o novo sistema econômico, que já iniciou e terá marcos interessantes por volta de 2025, 2035 e 2050.

De acordo com a tese de Rifkin, o mundo experimentará um modelo econômico híbrido, composto pela economia do compartilhamento, convivendo com um capitalismo em franco declínio, minimizando a sua importância. Ele explica a evolução desse processo e argumenta que tudo isso é decorrente da eficiência do capitalismo, que trouxe ganhos de produtividade de forma extrema. Com isso, possibilitou fórmulas para alcançar o custo marginal próximo de zero, o que certamente levará à oferta de produtos e serviços praticamente grátis, em um futuro próximo. Esclarece, ainda, que esse enorme salto na produtividade é possível porque a IdC é “a primeira grande revolução de infraestrutura inteligente da história”, conectando “equipamento, empresa, residência e veículos em uma rede inteligente composta por Internet de Comunicações, uma Internet de Energia e uma Internet do Transporte, todas embutidas em um único sistema operacional”.

Rifkin revela que essas revoluções econômicas ocorrerão quando novas tecnologias de comunicação convergirem com novos sistemas de energia. Por exemplo, com o advento da impressora 3D, o modo de produção passará da produção em massa à produção por meio de massas. As novas tecnologias de comunicações impactaram fortemente na educação de nível superior, de forma que já se fala no fim da sala de aula e no início da escola com sala de aula única para bilhões de alunos, no ensino superior.

O autor, ao escrever sobre o fim do emprego, volta a tratar do grande impacto que esse sofrerá, pois até mesmo o trabalhador do conhecimento será dispensável – a mesma tecnologia da TI e da Internet, que reduz de forma substancial o custo marginal de produtos e serviços (comunicação, energia, manufaturados e serviços como educação superior) a algo próximo de zero, vem fazendo de forma semelhante com a força de trabalho humano. O que antes foi o fim do emprego será, em um futuro próximo, o fim do trabalho. Mas fique calmo, uma vez que o mundo está “em meio a uma mudança épica”, a migração do emprego da economia de mercado, em declínio, para a economia colaborativa crescente irá reduzir o impacto da mudança.

Todas essas mudanças na tecnologia, energia e emprego, que já estão em curso, segundo Rifkin, são os indutores de um novo Sistema Econômico (Sociedade Colaborativa) e desenvolvem um novo perfil da sociedade. Dessa forma,

vendedores e compradores dão lugar a prossumidores (produtores + consumidores e/ou profissionais + consumidores), o direito de propriedade abre espaço para o compartilhamento livre, pois o domínio se torna menos importante que o acesso, e os mercados são substituídos por redes. Com isso, “o custo marginal de produzir informação, energia, fabricar produtos e ensinar alunos” se torna praticamente zero.

O autor cita um estudo da General Electric, prevendo que o aumento significativo de produtividade afetará metade do mercado global, em 2025. Alerta, ainda, que a produção e distribuição de energia renovável, principalmente a energia solar, crescerá de forma exponencial e responderá por 80% do mercado de geração de energia em 2040. Tudo isso, de forma altamente descentralizada (o cidadão irá gerar energia solar e repassar o excedente na rede), o que certamente derrubará o preço da energia para próximo de zero.

Diante disso, o que fazer para sobreviver em um mercado com tais características? A resposta é: os empreendedores deverão repensar os modelos de negócio e o Estado deverá repensar as Políticas Públicas em tempos de uma Sociedade com Custo Marginal Zero.

Deve-se destacar algo incontestável: as mudanças na economia são sentidas cada vez mais. O hiato entre as crises tem sido reduzido substancialmente, o que pode ser um sinal de agonia do capitalismo, por isso recomendo a leitura do livro.

Normas para submissão de artigos

1. Informações gerais

- 1.1 Os artigos devem conter no máximo 20 páginas e poderão ser escritos em português, inglês ou espanhol.
- 1.2 Na primeira página, devem constar o título do artigo, nome dos autores, titulação máxima, e-mail e afiliação institucional. Havendo agradecimento, esse deve constar após as informações sobre os autores.
- 1.3 Na segunda página, devem constar: o título do artigo em português e inglês, o resumo e o abstract, ambos com até 200 palavras cada um, além de um máximo de cinco palavras-chave em português e inglês.
- 1.4 O autor poderá fazer um resumo adicional em outra língua. Nesse caso, o título e as palavras-chave também deverão ser escritos na língua escolhida.
- 1.5 Os artigos, cujo tema possuir classificação JEL, devem ter a respectiva classificação inserida logo após as palavras-chave.
- 1.6 Os artigos devem conter introdução, objetivos, revisão bibliográfica, metodologia, resultados e conclusão.

2. Formatação

- 2.1 Papel A4, orientação: retrato; margens 2,54 cm cada; espaçamento simples; espaçamento entre parágrafos: 6 pt.
- 2.2 Fonte: Times New Roman, tamanho 12. Nos títulos e subtítulos, utilizar fonte 14. As seções deverão ser numeradas sequencialmente 1, 2, ..., e as subseções 1.1; 2.1; 1.1.1; 1.1.2 etc.
- 2.3 Notas, referências e bibliografias devem estar de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e colocadas ao final do artigo.

Obs: as notas devem restringir-se a aspectos do texto que não se coadunem com a fluência do texto onde o assunto é abordado. Devem ser utilizadas parcimoniosamente e podem ser notas de rodapé.

- 2.4 Notação matemática: utilizar o que for essencial; as equações deverão ser numeradas e aparecer no local pertinente e deverão ser criadas com os símbolos existentes no Word ou com a função “inserir equação” ou inseridas como imagem ou fotografia. Deixar uma linha em branco antes e outra depois da equação.

2.5 Tabelas e figuras devem ser centralizadas horizontalmente e aparecer no local apropriado ou localizadas em parte do texto onde ainda fizer sentido, desde que necessário em virtude de quebra de página. Se, por ventura, necessitarem de quebra de página, localizá-las no final do artigo, com indicação desse fato no local apropriado no texto.

3. Resenhas

Devem ter cerca de 75 linhas, respeitadas as margens e espaçamentos vistos acima.

Obs.: os artigos poderão ser enviados para *revistamultipla@upis.br* ou *bernardo01879@upis.br*

diagramação, arte-final, impressão e acabamento



Inconfidência
printer

fores:(61) 3552.4024 3552.2510 fax:(61) 3386.2350
brasilía distrito federal
E-mail: graficainconfidencia@terra.com.br

